



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS (PROFLETRAS)

**INTERTEXTUALIDADE E INTERTEXTUALIZAÇÃO EM GÊNEROS EM
QUADRINHOS**

LILIAN MOREIRA PARÁ

FORTALEZA

2015

LILIAN MOREIRA PARÁ

**INTERTEXTUALIDADE E INTERTEXTUALIZAÇÃO EM GÊNEROS EM
QUADRINHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de Concentração: Linguagens e Letramentos, com linha de pesquisa em Teorias da linguagem e ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

P237i Pará, Lilian Moreira.
Intertextualidade e intertextualização em gêneros em quadrinhos / Lilian Moreira Pará. – 2015.
144 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Letras (PROFLETRAS) – Mestrado Profissional em Rede Nacional, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: Linguagens e letramentos.
Orientação: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

1.Histórias em quadrinhos. 2.Intertextualidade. I. Título.

CDD 741.560141

LILIAN MOREIRA PARÁ

INTERTEXTUALIDADE E INTERTEXTUALIZAÇÃO EM GÊNEROS EM
QUADRINHOS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Linguagens e Letramentos, com linha de pesquisa em Teorias da linguagem e ensino.

Aprovada em: 20/07/2015.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito (1ª Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria (2ª Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Valdinar Custódio Filho (Suplente Interno)
Universidade Federal do Ceará

Lucineudo Machado Irineu (Suplente Externo)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

A três seres que, enquanto estavam no meio de nós, dedicaram a mim todo o amor que um ser humano é capaz de sentir por outro: meu pai, Haroldo, minha tia Waldeglace e minha avó paterna, Aldery.

AGRADECIMENTOS

Às forças superiores e aos mentores espirituais que me conduzem na caminhada da vida.

À minha mãe de coração e de alma, Silvana, pelo cuidado, carinho, incentivo e amor: sem você eu não teria conseguido.

Aos meus irmãos, Iara, Heric e Igor, pelo companheirismo, pelas risadas e pelo amor que sentimos mutuamente.

À minha mãe, Etelvina, por não desistir de mim no passado; se hoje completo mais esta prova, muito devo a esta mulher guerreira.

Aos amigos Albano, Mayara, Paulo Henrique e Roberta: sem vocês eu não teria completado a “travessia”; o ditado “Quem tem amigos não precisa de dinheiro” se aplica incondicionalmente a vocês. Amor para várias vidas!

Ao meu querido amigo Glairton, pelo companheirismo, pelas gargalhadas gostosas e pelos momentos de alento quando tudo parecia desmoronar.

Aos amigos que torceram por mais uma conquista, Luiza, Daniel, Rannah, Cléo, Dayvid, Thiago e Fernanda: levo vocês na alma e no coração.

Aos colegas de mestrado, pelas discussões teóricas e boas risadas; em especial agradeço à Cristina Franco, por dividirmos momentos de alegria, de “quase desespero”, de alívio e de superação.

À minha orientadora-mãe, Mônica Magalhães Cavalcante, meu modelo de mestre e ser humano iluminado: impossível não amá-la.

Às professoras do Profletras, pelas discussões construtivas; em especial à professora Áurea Zavam, pela atenção, solicitude e humildade, uma verdadeira educadora.

Às professoras que fizeram parte da minha banca examinadora de qualificação de projeto, Mariza Brito, Áurea Zavam e Ana Célia Clementino, pelas orientações valiosíssimas, simplicidade e leveza: não poderia ter escolhido melhor.

Ao grupo gestor da Escola Municipal Professor Martinz de Aguiar, representado por Conceição, Daiana, Erika e Jeanete, pela força e por me permitirem continuar fazendo uma das coisas de que mais gosto: dar aula; espero que sigam acreditando que posso somar boas coisas ao grupo.

Aos alunos da Escola Municipal Professor José Parsifal Barroso, por me darem a chance de aprender, a cada dia, a ser professora e uma pessoa mais humana; vocês me

ensinam muito mais e é por vocês que, no meu espírito, se reacendeu o entusiasmo pela Educação.

Aos vigilantes da Escola Municipal Professor José Parsifal Barroso, Carlos e Júnior, por me receberem todos os dias com um sorriso e um bom dia calorosos seguidos de apertos de mãos e abraços: vocês não imaginam como me fazem um bem danado.

A todas as pessoas que torceram e acreditaram que eu “daria conta do recado”.

À CAPES, pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho.

“Um texto pode sempre ler um outro, e assim por diante, até o fim dos textos. (...) Quem ler por último lerá melhor.”

Gérard Genette

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos identificar e analisar os fenômenos intertextuais presentes nos gêneros em quadrinhos, como a charge, o cartum e a tirinha; analisar as marcas semiolinguísticas da intertextualização; verificar se essas marcas seriam úteis para o reconhecimento da intertextualidade e propor uma abordagem dos diálogos intertextuais para o ensino fundamental. Tal proposta didático-pedagógica poderia auxiliar os docentes no entendimento das relações intertextuais, dos processos que as engendram e das marcas que as assinalam nos gêneros em quadrinhos, muito recorrentes nos livros didáticos. Esta pesquisa pressupõe que a exploração dos aspectos intertextuais em sala de aula propicia ao aluno meios para uma compreensão mais ampla dos mecanismos linguísticos que estabelecem o diálogo entre textos diversos e um melhor desenvolvimento da reflexão crítica a partir das inferências possíveis. Esta proposta se funda nos estudos de Genette (2010), Piègay-Gros (2010) e Koch, Bentes e Cavalcante (2007), no que respeita à noção de *intertextualidade*, e no livro de Miranda (2010), no que tange à noção de *intertextualização* – um termo cunhado pela autora para designar o processo de produção textual em que se põem em relação de copresença traços de textualização associados a gêneros diferentes. Este trabalho recorreu ainda à tese de Faria (2014), que demonstrou como a alusão e a citação operam como processos de construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais. O *corpus* é formado por charges, cartuns e tirinhas publicados em livros didáticos, jornais virtuais, blogs, redes sociais, gibis e livros especializados em gêneros em quadrinhos. Nossa análise incidiu principalmente sobre os marcadores semiolinguísticos, verificando quais deles são mais típicos das intertextualidades de copresença e de derivação e se dão conta dos textos presentes nos gêneros em quadrinhos. Constatamos que a intertextualidade é constitutiva dos gêneros aqui estudados e que as marcas semiolinguísticas descritas por Miranda (2010) nem sempre se prestam ao reconhecimento da intertextualização nos gêneros em exame, nem podem aplicar-se a todos os tipos de intertextualidade.

Palavras-chave: Intertextualidade, intertextualização, gêneros em quadrinhos.

ABSTRACT

This work aims to identify and analyze the intertextual phenomena present in comic genres, such as editorial cartoons, cartoons and comic strips; analyze the semiolinguistic markers of “intertextualization”, verify if those markers would be useful for recognizing the intertextuality and propose an approach to the intertextual dialogues for Element: School. Such didactic-pedagogical proposal could help the teachers understand the intertextual relationships, the processes that rule them and the markers that can be found in comic genres, which are often present in textbooks. This research assumes that the exploration of intertextual aspects in class provides the students with the means to understand more widely the linguistics mechanisms that bond the dialogue among a variety of texts and a better development of critical reflection from possible inferences. The proposal is based on the studies of Genette (2010), Piègay-Gros (2010) and Koch, Bentes and Cavalcante (2007), when it comes to the notion of *intertextuality*, and in the book of Miranda (2010), concerning the concept of *intertextualization* – a term coined by the author to describe the process of text production in which textualization traces associated to different genres are put in relationship of co-presence. As to the elaboration of the didactic-pedagogical proposal, this work relied on the thesis of Farias (2014), which showed how the allusion and the citation operate as construction processes in parodies and paraphrasing in visual-verbal texts. The *corpus* consists of editorial cartoons, cartoons and comic strips published in textbooks, newspapers, news homepages, blogs, social networks, comic books and books specialized in comic genres. Our analyses had special focus on the semiolinguistic markers, verifying which of them are more typical in the intertextuality of co-presence and derivation and if they are able to account for the texts present in comic genres. We have found out that the intertextuality is part of the genres we studied and that the semiolinguistic markers described by Miranda (2010) not always account for the recognition of the intertextualization in the examined genres and cannot be applied to all kinds of intertextuality.

Key words: Intertextuality, intertextualization, comic genres.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Classificação dos fenômenos intertextuais de Piègay-Gros	27
Quadro 2:	Quadro geral das práticas hipertextuais	34
Quadro 3:	Planos de organização da textualidade e da discursividade	49
Quadro 4:	Reorganização das relações transtextuais	54
Quadro 5:	Processos, operações e forma	68
Quadro 6:	Escala sobre área de cobertura no texto empírico	69
Quadro 7:	Escala de grau de estabilização e recorrência	70
Quadro 8:	Formas de intertextualização	81
Quadro 9:	Marcadores Semiolinguísticos	83
Quadro 10:	Organização temporal	93
Quadro 11:	Organização estratégico-intencional do exemplo 30	106
Quadro 12:	Resumo das subdimensões semiolinguísticas	114
Quadro 13:	Recorrência dos critérios de operação e dos marcadores.....	143

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Mona Lisa	37
Figura 2:	Why so serious?	38
Figura 3:	Bombril	39
Figura 4:	Texto e discurso – Adam (1990)	44
Figura 5:	Texto e discurso – Adam (1999)	44
Figura 6:	Anúncios classificados	58
Figura 7:	Charge “Sociedade recreativa”	60
Figura 8:	Rubem Fonseca – O caso Morel	61
Figura 9:	Artigo de opinião	62
Figura 10:	Publicidade	64
Figura 11:	Provérbios modificados	66
Figura 12:	Esquema de regimes – Genette (2010)	69
Figura 13:	Bartoon	71
Figura 14:	Publicidade LG	72
Figura 15:	Ginsana	73
Figura 16:	Cif Active Gel	74
Figura 17:	O seu fim-de-semana I	76
Figura 18:	O seu fim-de-semana II	77
Figura 19:	Império tropical	78
Figura 20:	Charge “Piscina”	79
Figura 21:	Cartão de Saúde	80
Figura 22:	Correio das leitoras	85
Figura 23:	BPN	88
Figura 24:	Charge “Atenção”	90
Figura 25:	BES	91
Figura 26:	Honda	92
Figura 27:	Xis	94
Figura 28:	Cif Active Gel amostra grátis	94
Figura 29:	Mérito	99
Figura 30:	Ford Focus Living	104
Figura 31:	Novo Ford Focus	108

Figura 32:	Celulares	109
Figura 33:	Palavras-cruzadas	111
Figura 34:	Clix	112
Figura 35:	Impostos	113
Figura 36:	Um novo José	118
Figura 37:	Copa do mundo	123
Figura 38:	Perfil no Facebook	124
Figura 39:	Mônica e Cebolinha	125
Figura 40:	Portador de necessidades especiais	128
Figura 41:	“O grito” X “Mona Lisa”	130
Figura 42:	A flora brasileira	131
Figura 43:	Velázquez e Mauricio de Sousa	132
Figura 44:	Educação	133
Figura 45:	Espelho, espelho meu	134
Figura 46:	A hora da verdade	135
Figura 47:	Classe de Direito Incivil	136
Figura 48:	Hino brasileiro	137
Figura 49:	Patinho feio	138
Figura 50:	Adão	139
Figura 51:	Ovelha negra	140
Figura 52:	Cocoricór	140
Figura 53:	Cascão e Cebolinha	141
Figura 54:	Cena de filme I	142
Figura 55:	Cena de filme II	142

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	TEXTO, INTERTEXTUALIDADE E CONCEITOS AFINS	20
2.1	1 Algumas definições de texto	20
2.2	Intertextualidade: visões de um mesmo fenômeno	24
2.3	Relações transtextuais	30
2.4	Paródia, travestimento e pastiche	34
3	TEXTO, GÊNERO E INTERTEXTUALIZAÇÃO	40
3.1	A relação texto(s)/gênero(s)	41
3.2	Texto, discurso e enunciado	43
3.3	Considerações sobre tipo, classe e gênero	47
3.4	Gêneros de texto ou de(do) discurso: uma reflexão	51
3.5	Intertextualização	53
3.5.1	O fenômeno da intertextualização	54
3.5.2	Marcadores semiolinguísticos	83
3.5.3	Intertextualização e intergenericidade	116
4	OS GÊNEROS EM QUADRINHOS	119
5	INTERTEXTUALIDADE E INTERTEXTUALIZAÇÃO EM CARTUNS, TIRINHAS E CHARGES	125
5.1	Análise de cartuns	127
5.2	Análise de charges	132
5.3	Análise de tirinhas	138
5.4	Conclusão das análises	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	147

1 INTRODUÇÃO

Gradativamente, os gêneros textuais de natureza verbo-visual deixam de ser vistos como leitura marginal e são inseridos no currículo escolar, mesmo porque estão amparados por documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

O preconceito em relação ao estudo, ao ensino e à leitura desses gêneros, tanto em nível escolar quanto em nível acadêmico, começou após a Segunda Guerra Mundial quando um psiquiatra alemão radicado nos Estados Unidos – Fredric Wertham – se empenhou em disseminar negativamente os supostos malefícios das histórias em quadrinhos, conforme nos mostra Vergueiro (2012). Vários países da Europa, como França, Itália e Alemanha, se deixaram influenciar por essa perspectiva. O Brasil também acompanhou essa tendência e, a exemplo do que se fazia nos Estados Unidos, elaborou o Código de Ética dos Quadrinhos, uma legislação que tinha a intenção de regular o conteúdo das histórias em quadrinhos e restringir sua distribuição e seu acesso. Esse cenário só começou a mudar nas últimas décadas do século XX, quando as ciências da comunicação e dos estudos culturais se propuseram a desenvolver trabalhos cada vez mais voltados para análise específica e compreensão desses gêneros.

Aos poucos, a faceta pedagógica das histórias em quadrinhos mostrou-se eficaz, mesmo como instrumento de campanhas educativas em prol de sistemas de governo – como aconteceu na China da década de 50 do século passado (VERGUEIRO, 2012). Aqui no Brasil, o reconhecimento das histórias em quadrinhos como instrumento pedagógico se consolidou através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Pensando nisso, percebemos que há uma necessidade por parte dos professores em compreender a linguagem e os recursos desses gêneros para que eles venham a dominar esse instrumento educacional de forma eficaz.

Um dos traços mais presentes nos gêneros em quadrinhos é a intertextualidade. Por isso elegemos essa temática para desenvolver o presente trabalho. Segundo Ramos (2012), o estudo dos gêneros em quadrinhos merece atenção por se tratar de uma manifestação linguística dotada de linguagem autônoma, que requer compreensão de seu funcionamento e de seus mecanismos particulares que levam o leitor a produzir sentido através de diferentes signos (verbais e visuais).

Essa linha de pensamento se filia à Linguística Textual – perspectiva com a qual trabalharemos. Mas essa filiação teórica não nos impede de convocar outros aportes teóricos necessários à sustentação de alguns pontos de vista aqui defendidos. Essa

decisão de apoiar-se em um arcabouço teórico interdisciplinar já foi tomada pelo principal estudo em que se ancora esta pesquisa: a obra de Miranda (2010), fruto da tese da autora, na qual ela se vale de muitos dos pressupostos do Interacionismo Sociodiscursivo, de Bronckart; da Análise Textual dos Discursos, de Adam, e da Análise do Discurso, de Maingueneau.

Assim, com amparo em Miranda (2010), trataremos, em particular, das intertextualidades por copresença e por derivação e dos mecanismos responsáveis pelo que a autora chama de intertextualização: um processo de produção textual em que se relacionam parâmetros de textualização a gêneros diferentes, de modo a derivar um gênero de outro. Ou seja: a intertextualização ocorre quando um texto apresenta traços de um gênero ou de um estilo autoral diferentes do gênero em que esse texto se enquadra. A este último gênero, a autora chama de hipergênero; ao gênero imitado, a autora chama de hipogênero. Preferimos, em nossa pesquisa, tratá-los, respectivamente, como gênero convocante e gênero convocado, para evitar confusões terminológicas.

Após breve levantamento da literatura no assunto, constatamos que, em âmbito nacional, não existem muitas pesquisas voltadas para a temática de nosso trabalho. Os estudos que versam sobre os textos verbo-visuais, sobretudo aqueles que são direcionados à educação (particularmente, os gêneros em quadrinhos), contam com pesquisas de Ramos (2012, 2013) e Vergueiro (2012, 2013).

Como já dito anteriormente, nosso foco foi verificar os fenômenos da intertextualidade e da intertextualização em gêneros em quadrinhos. A intertextualidade ainda divide opiniões, sobretudo porque os grandes estudos na área a exploraram sob o prisma literário, como Genette (2010); Piègay-Gross (2010) e Sant'Anna (2007). As pesquisas mais consistentes em Linguística são muito recentes e ainda estão em busca de uma tipologia que dê conta da grande variedade de gêneros em diferentes dimensões discursivas, que não apenas a literária, como a de Kock, Bentes e Cavalcante (2007). Recentemente, Faria (2014) desenvolveu uma pesquisa que demonstrou como a alusão e a citação operam como processos de construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais.

Já a intertextualização foi uma noção concebida no seio do Interacionismo Sociodiscursivo pela argentina Florencia Miranda (2010), que viu a necessidade de se criar um termo que, concomitantemente, se aproximasse e se diferenciasse da noção de intertextualidade e exprimisse o duplo valor de processo e de resultado.

Em nossa pesquisa, reconhecemos como imprescindíveis para uma intervenção pedagógica nas aulas de compreensão textual uma análise mais criteriosa da intertextualidade, principalmente nos gêneros em quadrinhos, bem como da intertextualização, pela qual é possível perceber que marcas semiolinguísticas¹ evidenciam a incorporação de textos em outro texto e a imitação de gêneros e de estilos.

Por tudo isso, entendemos que é pertinente um trabalho voltado para o ensino dos gêneros que compõem o universo verbo-visual. Primeiro, porque os docentes precisam entender os processos, a linguagem e os mecanismos envolvidos nesses gêneros para melhor desenvolver estratégias de ensino dos gêneros em quadrinhos em sala de aula. Segundo, porque se faz urgente apresentar uma maneira de os alunos compreenderem o texto através das pistas deixadas no cotexto (mecanismos linguísticos) e despertarem para uma reflexão crítica (contexto, conhecimento de mundo etc.).

Em nosso trabalho, procuramos identificar e analisar os fenômenos intertextuais presentes nos gêneros em quadrinhos, como a charge, o cartum e a tirinha; analisar as marcas semiolinguísticas da intertextualização - que são pouco trabalhadas na proposta de Miranda (2010), a qual se utiliza, principalmente, de anúncios; verificar se essas marcas seriam úteis para o reconhecimento da intertextualidade e propor uma abordagem dos diálogos intertextuais para o ensino fundamental.

Nossa análise incidiu principalmente sobre os marcadores semiolinguísticos, verificando quais deles são mais típicos das intertextualidades de copresença e de derivação – com base em Miranda (2010) - e se dão conta dos textos presentes nos gêneros em quadrinhos. Refletimos sobre as intertextualidades por copresença e por derivação transformacional (que inclui as paródias), a partir das definições fundadas por Genette (2010) e Piègay-Gros (2010).

Assim sendo, nosso trabalho será embasado na perspectiva da Linguística Textual, mas se fundará, principalmente, nesse estudo desenvolvido por Miranda (2010), que propôs o novo termo de “intertextualização”, não presente na teoria de base das transtextualidades propostas por Genette (2010), cujas reflexões perpassam todo o trabalho da autora.

¹ Indícios de construção de sentido através da relação *forma-sentido* em diferentes sistemas semiológicos, com destaque para a matéria principal da forma em questão, a das línguas naturais. (cf. Charaudeau, 2005)

As diversas modalidades de relação entre dois ou mais textos empíricos (ou fragmentados) no interior de um único texto são caracterizadas por Miranda (2010) como um fenômeno intertextual. Para ela, a intertextualidade diz respeito às formas de copresença (citação, alusão, plágio, comentário) e de derivação (paródia). Retomando somente a terminologia adotada por Authier-Revuz (1990) quando fez a divisão do conceito de heterogeneidade enunciativa, desenvolvido pela Análise do Discurso, entre heterogeneidade mostrada e constitutiva, Florencia Miranda (2010) ainda especifica a intertextualidade em constitutiva e estratégica - esta relativa a diferentes formas de integração de textos anteriores (citação, alusão, paródia, plágio); aquela referente à ideia de que um texto só pode existir a partir da existência de um determinado texto anterior.

Nosso *corpus* é composto por 23 textos encontrados em jornais virtuais, blogs, redes sociais, gibis, livros didáticos e livros especializados em gêneros em quadrinhos.

Por essas observações, procuramos, em nossa pesquisa, alcançar os seguintes propósitos:

- i) Identificarmos e analisarmos os fenômenos intertextuais presentes nos gêneros em quadrinhos (charge, cartum e tirinha);
- ii) Analisarmos as marcas semiolinguísticas da intertextualização;
- iii) Verificarmos se essas marcas seriam úteis para o reconhecimento da intertextualidade;
- iv) Elencarmos algumas sugestões para trabalhar interpretação textual, abordando os diálogos intertextuais (intertextualidade e intertextualização), no ensino fundamental.

A partir dessas explanações, organizamos o trabalho da seguinte maneira: no capítulo 2, explicitamos o conceito de texto segundo alguns estudiosos da Linguística Textual e da Análise do Discurso, bem como elegemos, dentre esses conceitos, aquele que embasou nossa pesquisa. Ainda nesse capítulo, tecemos um panorama sobre as várias perspectivas acerca da noção de intertextualidade e comentamos também sobre as noções de *dialogismo* e de *polifonia*. Para finalizar essa seção, tratamos das relações transtextuais, estudadas por Genette (2010) e da origem dos termos *paródia*, *travestimento* e *pastiche*.

No capítulo 3, continuamos a discussão teórica, abordando o estudo de Miranda (2010), desde a descrição de sua investigação e seu propósito, passando por reflexões sobre a relação texto(s)/gênero(s), até os pormenores sobre o processo de intertextualização, traçando um paralelo com o termo intergenericidade.

O capítulo 4 trata da origem e da natureza dos gêneros em quadrinhos, especificamente das *tirinhas*, das *charges* e dos *cartuns*.

No capítulo 5, descrevemos a metodologia de nosso trabalho, explicando de que forma os marcadores semiolinguísticos podem contribuir para a compreensão dos textos de natureza verbo-visual, bem como o papel das relações intertextuais de copresença e de derivação nos gêneros em quadrinhos analisados.

Por fim, no capítulo 6, fazemos as considerações finais sobre nosso trabalho e expomos questionamentos que poderão suscitar futuras pesquisas.

2 TEXTO, INTERTEXTUALIDADE E CONCEITOS AFINS

Definir *texto* é tarefa árdua e complicada, pois, dependendo da perspectiva teórica, haverá um conceito diferente. Nosso trabalho guiar-se-á pelas definições concebidas pela Linguística Textual – fazendo observações sobre a noção de *texto*, segundo a perspectiva da Análise do Discurso -, numa interdisciplinaridade com o Interacionismo Sociodiscursivo, de Miranda (2010), e com a perspectiva literária da intertextualidade.

2.1 Algumas definições de texto

Na década de 60 do século passado, a Linguística de Texto surge com noções de texto que falavam de uma unidade linguística superior à frase, passando pela ideia de uma combinação de frases até chegar a um complexo de proposições semânticas (KOCH, 2003b). Koch e Fávero (2005) apresentam, em sua obra *Linguística textual: introdução*, a perspectiva de Stammerjohann sobre o termo texto: “(...) se trata do conceito central da Linguística Textual e da Teoria de Texto, abrangendo tanto textos orais quanto escritos (...)” (p. 19). As autoras ainda complementam:

De maneira geral, (...) a linguística textual trabalha com textos delimitados, cujo início e cujo final são determinados de um modo mais ou menos explícito. As demarcações mais evidentes são decorrentes de alterações na interação pragmática dos indivíduos que produzem ou recebem um texto. (p.19)

Abrimos aqui um parêntese para mostrar o ponto de vista de Koch e Fávero (2005) sobre os conceitos de **texto** e de **discurso**:

Verifica-se, pois, que, enquanto alguns autores diferenciam *discurso* e *texto*, atribuindo-lhes conceituações diferentes, outros empregam esses termos como sinônimos ou “quase-sinônimos”. Para os partidários da *análise do discurso*, o termo *discurso* parece ter significado mais amplo que *texto*, visto englobar tanto os enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva como as suas condições de produção. O texto seria apenas a manifestação verbal resultante. Para os linguistas que seguem a linha de Hjelmslev, o *texto* equivale a todo e qualquer processo discursivo. É nesta linha que se pode afirmar que uma das aptidões específicas do ser humano é a da *textualidade*, ou seja, a capacidade de criar textos verbais e não-verbais. Essa capacidade textual é, portanto, a-linear e, no caso do discurso, verbaliza-se linearmente.

(...) É lícito concluir, portanto, que o termo *texto* pode ser tomado em duas acepções: *texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido *estricto*). Nesse sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo textual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência. (2005, p.26)

O Dicionário de Linguística nos dá as seguintes acepções sobre texto: 1) (...) conjunto dos enunciados linguísticos submetidos à análise: o texto é então uma amostra de comportamento linguístico que pode ser escrito ou falado; 2) Hjelmslev toma a palavra *texto* no sentido mais amplo e com ela designa um enunciado qualquer, falado ou escrito, longo ou curto, velho ou novo. (...). Todo material linguístico estudado forma também um texto retirado de uma ou mais línguas. Constitui uma classe analisável em gêneros divisíveis, por sua vez, em classes, e assim por diante, até esgotar as possibilidades de divisão. (2006, p.586-587).

Sob o olhar da Análise do Discurso, Charaudeau e Maingueneau (2008) dizem que

Opor *texto escrito* a *discurso oral* reduz a distinção ao suporte ou meio e dissimula o fato de que um texto é, na maioria das vezes, *plurissemiótico*. (...) O texto revelou ser uma unidade muito complexa, para ser fechada em tipologias e para que só a coesão ou coerência linguística possam dar conta daquilo que faz sua unidade. Se existem regras de boa formação, estas regras são certamente relativas aos gêneros de discurso, ou seja, às práticas sociodiscursivamente reguladas. (p.466-467).

Para a Pragmática, o texto se configura como uma sequência de atos de fala. As vertentes cognitivistas o veem como um fenômeno primariamente psíquico, resultado de processos mentais. Já a teoria da atividade verbal define texto “como parte de atividades mais globais de comunicação, que vão muito além do texto em si, já que este constitui apenas uma fase desse processo global” (KOCH, 2003b, p.26). Desse modo, segundo Koch (2003b), o texto seria o resultado parcial de atividades comunicativas, que

compreenderiam processos, operações e estratégias imanentes na mente humana externalizados em situações concretas de interação social.

Halliday e Hasan, no Dicionário de Análise do Discurso,

(...) definiram o texto como *uma unidade de uso da língua em uma situação de interação* e como *uma unidade semântica*: “Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido”. (1976, p. 293 *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2008, p.467).

Marcuschi (2012), em sua obra *Linguística de texto: o que é e como se faz*, faz um panorama das principais definições de texto, conforme determinada perspectiva. Foram eleitos três pontos de vista e, posteriormente, os conceitos formulados no assunto. Vejamos:

a) Concebendo o texto como imanência do sistema linguístico, ou seja, como “uma sequência coerente de sentença”, destacam-se os seguintes autores:

- i) Zellig S. Harris: o texto é composto por sequência de expressões ou sentenças ligadas, com a possibilidade de ser apenas uma única palavra até uma obra de em vários volumes;
- ii) Roland Harweg: o texto é uma sequência “de unidades linguísticas constituída por uma cadeia pronominal ininterrupta” (1968, p.148 *apud* MARCUSCHI, 2012, p.23).

b) Aceitando critérios temáticos e transcendentais ao texto, para além da estrutura linguística – conforme os conceitos vistos anteriormente, encontram-se os autores que veem o texto como uma unidade comunicativa, considerando a combinação de sentenças em seu funcionamento mais amplo no processo de comunicação:

- i) Teun van Dijk: “O texto é uma estrutura superficial governada por uma estrutura semântica profunda motivada” (VAN DIJK, 1978; 1977 *apud* MARCUSCHI, 2012, p.27).
- ii) Siegfried Schmidt: o texto é uma unidade de comunicação guiada tematicamente “que realiza um potencial ilocutivo na ação comunicativa” (SCHMIDT, 1973, p.237 *apud* MARCUSCHI, 2012, p.27).

iii) Halliday e Hasan: o texto não é composto por sentenças, ele se realiza nelas. A maneira como as partes de um texto se unem é diferente da forma como as sentenças se integram, pois ambos – texto e sentença – têm naturezas distintas.

c) Vendo o texto como processo de mapeamento cognitivo, como uma unidade concreta e atual, uma ocorrência comunicativa, resultante “das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa ocorrência comunicativa” (BEAUGRANDE e DRESSLER, 1981, p.34-37 *apud* MARCUSCHI, 2012, p.29), temos Beaugrande e Dressler.

Para Koch (2003a), a concepção de texto depende das noções de língua e de sujeito. Quando a língua é conceituada como representação do pensamento, o texto é um produto do pensamento do autor, cabendo ao leitor captar essa representação mental e as intenções do produtor do texto, exercendo passivamente seu papel. Já para quem aceita a noção de língua como mero instrumento de comunicação, Koch diz que o texto é um simples resultado da codificação do produtor do texto, cabendo ao leitor decodificá-lo. Na concepção dialógica de língua, que é correntemente aceita na Linguística Textual, e que é adotada neste trabalho, os envolvidos na produção/recepção dos textos são considerados artífices sociais, o texto é considerado o próprio lugar da interação e os envolvidos nesse processo são responsáveis pelas construções de propósitos e sentido textual. Sob essa perspectiva, o que é implícito vem à tona e se reelabora graças à negociação no contexto sociocognitivo dos participantes da interação.

De forma bastante condensada, Koch (2009), em outro estudo sobre a gênese da Linguística Textual, mostra as acepções de texto, correlacionando-as a uma área da linguística:

- i) Gramática do texto: o texto é uma frase complexa ou um signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico;
- ii) Semiótica: o texto é um signo complexo;
- iii) Semântica: o texto é uma expansão tematicamente centrada de macroestruturas;
- iv) Pragmática: o texto é um ato de fala complexo;
- v) Análise do discurso: o texto é um discurso “congelado”, o produto acabado de uma ação discursiva;
- vi) Cognitivismo: o texto é um processo que mobiliza operações e processos cognitivos;

vii) Sociocognitivismo-interacional: o texto é lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos.

Das definições apresentadas, as que mais se aproximam de nossas pretensões são a da Pragmática e a do Sociocognitivismo-interacional. O texto é, ao mesmo tempo, processo que mobiliza operações e processos cognitivos e é lugar de interação entre indivíduos sociais. Complementando, nas palavras de Cavalcante (2013), “o texto é um evento comunicativo em que estão presentes os elementos linguísticos, visuais e sonoros, os fatores cognitivos e vários aspectos” (p.20).

2.2 Intertextualidade: visões de um mesmo fenômeno

A intertextualidade foi estudada, inicialmente, pela Teoria da Literatura e, posteriormente, por outras correntes do conhecimento, como a Linguística Textual. Essa noção está intimamente ligada a outras. Quando se pretende fazer um estudo sobre intertextualidade, principalmente no âmbito da Linguística Textual, é imprescindível diferenciá-la em relação às noções de dialogismo e de polifonia, pois as diferenças são tênues.

Do ponto de vista bakhtiniano, a linguagem é concebida como um fenômeno essencialmente dialógico. Portanto, o dialogismo é condição da linguagem. Trata-se de uma atividade pluriinterativa, em que cada elemento ou ação é marcado pela presença da subjetividade. O sujeito utiliza sempre as palavras dos outros através das palavras que ele apreendeu no seu meio social de maneira implícita em seu discurso, e também na medida em que seu discurso é uma resposta a outros discursos passados ou futuros. Bakhtin ainda afirma:

(...) o texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto de contato entre textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior como o anterior, juntando dado texto a um diálogo. Enfatizamos que esse contato é um contato dialógico entre textos... por trás desse contato está um contato de personalidades e não de coisas. (BAKHTIN, 1986, p. 162 *apud* KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007, p.9).

Conforme o Dicionário de Análise do Discurso, de Charaudeau e Maingueneau (2008), o termo ‘dialogismo’ foi um “empréstimo” dessa linha de estudo para o Círculo de Bakhtin². O verbete tem as seguintes definições:

(...) se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem. Mas o termo é “carregado de uma pluralidade de sentidos muitas vezes embaraçantes”, não somente – conforme afirma Todorov (1981:95) – nos escritos do Círculo de Bakhtin, mas, igualmente, devido às diferentes maneiras como ele foi compreendido e retrabalhado por outros pesquisadores. *Para Bakhtin e Volochinov*, com efeito, “o diálogo – a troca de palavras – é a forma mais natural da linguagem. Mais ainda: nos enunciados longamente desenvolvidos, ainda que eles emanem de um interlocutor único – por exemplo, o discurso de um orador, o curso de um professor, o monólogo de um ator, as reflexões em voz alta de um homem só - são monológicos somente em sua forma exterior, mas, em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente dialógicos” (Volochinov, 1981:292). Assim compreendida, a “orientação dialógica é, bem entendido, um fenômeno característico de todo discurso [...]. Em todos os caminhos que levam a seu objeto, o discurso encontra o discurso de outrem e estabelece com ele interação viva e intensa. (...) Por isso, “pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação humana, de qualquer tipo que seja” e “toda enunciação, por mais significante e completa que ela seja por si mesma, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (que toca a vida cotidiana, a literatura, o conhecimento, a política etc.). No entanto, essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um elemento da *evolução* ininterrupta de um grupo social dado” (Bakhtin e Volochinov, 1977, p.136). (p.160-161).

O conceito de polifonia foi introduzido por Bakhtin para o estudo da literatura romanesca; o filósofo da linguagem a idealizava como a presença de várias “vozes” simultaneamente nos enunciados.

Por volta de 1966, a linguista francesa Julia Kristeva introduz na literatura a noção de intertextualidade. Na verdade, ela foi influenciada pela noção de dialogismo que Bakhtin desenvolvera em seu livro *Estética da criação verbal*. Kristeva (1974, p.60 *apud* KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2007, p.14) diz que: “Qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto.”

Para os franceses Maingueneau e Charaudeau (2008), a intertextualidade é um termo que “(...) designa ao mesmo tempo uma *propriedade constitutiva de qualquer*

² Grupo de pensadores preocupados com as formas de estudar linguagem, literatura e arte. Faziam parte desse grupo Mikhail Bakhtin, Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev.

texto e o conjunto das *relações* explícitas ou implícitas *que um texto ou um grupo de textos determinado* mantêm com outros textos” (p.228). Os autores consideram a primeira acepção uma variante de *interdiscursividade*.

Koch, Bentes e Cavalcante (2007) falam em intertextualidade ampla - aquela constitutiva de todo e qualquer texto -, e de intertextualidade *stricto sensu* – que ocorre quando um texto está inserido em outro texto (intertexto³), ou seja, há remissão a outros textos ou fragmentos de textos com os quais estabeleçam algum tipo de relação.

Entre as ocorrências de intertextualidade *strictu sensu* estudadas pelas autoras, destacamos a intertextualidade intergenérica: um gênero exercendo a função de outro. Isto é possível devido ao fato de os gêneros do discurso se adaptarem a contextos de produção diferentes e não serem tão rígidos quanto à composição, ao conteúdo temático, ao estilo, às circunstâncias de uso e aos propósitos comunicativos. A crônica “Recado ao senhor 903”, exemplo 1, de Rubem Braga, foi escrita em formato de carta pessoal, com todas as particularidades desse gênero de texto. No entanto, o tom de crônica do texto é claro, principalmente por sua linguagem e temática. Isso só confirma o que falamos, baseados em Koch, Bentes e Cavalcante (2007): os gêneros textuais mantêm uma flexibilidade que viabiliza uma relação de intertextualidade latente. Esta noção de intertextualidade genérica é muito importante para observar as análises de Miranda (2010) acerca das relações intertextuais em gêneros textuais.

(1)

Recado ao senhor 903

Vizinho –

Quem fala aqui é o homem do 1003. Recebi outro dia, consternado, a visita do zelador, que me mostrou a carta em que o senhor reclamava contra o barulho em meu apartamento. Recebi depois a sua própria visita pessoal – devia ser meia-noite – e a sua veemente reclamação verbal. Devo dizer que estou desolado com tudo isso, e lhe dou inteira razão. O regulamento do prédio é explícito e, se não o fosse, o senhor teria ainda ao seu lado a Lei e a Polícia. Quem trabalha o dia inteiro tem direito ao repouso noturno e é impossível repousar no 903 quando há vozes, passos e músicas no 1003. Ou melhor: é impossível ao 903 dormir quando o 1003 se agita; pois como não sei o seu nome nem o senhor sabe o meu, ficamos reduzidos a ser dois números, dois números empilhados entre dezenas de outros. Eu, 1003, me limito a Leste pelo 1005, a Oeste pelo 1001, ao Sul pelo Oceano Atlântico, ao Norte pelo 1004, ao alto pelo 1103 e embaixo pelo 903 – que é o senhor. Todos esses números são comportados e silenciosos; apenas eu e o

³ Emprega-se frequentemente “intertexto” para designar um conjunto de textos ligados por relações intertextuais. Segundo Maingueneau (1984, p.83), o *intertexto* é o conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrase...) em um *corpus* dado. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p.289).

Oceano Atlântico fazemos algum ruído e funcionamos fora dos horários civis; nós dois apenas nos agitamos e bramimos ao sabor da maré, dos ventos e da lua. Prometo sinceramente adotar, depois das 22 horas, de hoje em diante, um comportamento de manso lago azul. Prometo. Quem vier à minha casa (perdão, ao meu número) será convidado a se retirar às 21:45, e explicarei: o 903 precisa repousar das 22 às 7 pois às 8:15 deve deixar o 783 para tomar o 109 que o levará até o 527 de outra rua, onde ele trabalha na sala 305. Nossa vida, vizinho, está toda numerada; e reconheço que ela só pode ser tolerável quando um número não incomoda outro número, mas o respeita, ficando dentro dos limites de seus Algarismos. Peço-lhe desculpas – e prometo silêncio. Mas que me seja permitido sonhar com outra vida e outro mundo, em que um homem batesse à porta do outro e dissesse: “Vizinho, são três horas da manhã e ouvi música em tua casa. Aqui estou.” E o outro respondesse: “Entra, vizinho, e come de meu pão e bebe de meu vinho. Aqui estamos todos a bailar e a cantar, pois descobrimos que a vida é curta e a lua é bela”.

E o homem trouxesse sua mulher, e os dois ficassem entre os amigos e amigas do vizinho entoando canções para agradecer a Deus o brilho das estrelas e o murmúrio da brisa nas árvores, e o dom da vida, e a amizade entre os humanos, e o amor e a paz.

Rubem Braga

Partindo para outra perspectiva, Piègay-Gros (2010), em *Introduction à l'intertextualité*, seguindo a orientação de Genette (2010), distingue dois tipos de relações intertextuais: uma baseada na relação de copresença entre vários textos e a outra baseada na relação de derivação. Sua proposta resultou na seguinte classificação:

Quadro 1: Classificação dos fenômenos intertextuais de Piègay-Gros

RELAÇÕES DE COPRESENÇA		RELAÇÕES DE DERIVAÇÃO
EXPLÍCITAS	IMPLÍCITAS	PARÓDIA →
CITAÇÃO	PLÁGIO	TRAVESTIMENTO BURLESCO
REFERÊNCIA	ALUSÃO	PASTICHE

Fonte: Adaptado de Piègay-Gros (2010)

Apenas a título de explanação, apresentamos, resumidamente, as definições da autora sobre estes fenômenos intertextuais. Alertamos que, para nossa pesquisa, adotamos a proposta de Genette (2010), na qual Piègay-Gros (2010) se apoiou.

Nas relações de copresença, é perceptível a incorporação de fragmentos de textos produzidos anteriormente num dado texto. Nessas relações, há a intertextualidade explícita, que é marcada por um código tipográfico ou por menção, enquanto que a intertextualidade implícita dependerá exclusivamente do leitor para recuperá-la no texto.

Por sua vez, a intertextualidade explícita pode ocorrer de duas formas: citação e referência. A citação se caracteriza como um tipo de intertextualidade que, corriqueiramente, vem destacada por sinais tipográficos (como aspas, itálico etc.), demarcando “(...) uma fronteira entre o trecho citado e o texto em que ela se encontra” (CAVALCANTE, 2013, p.147). Piègay-Gros acrescenta que

Seu reconhecimento se subentende, mas a maior atenção deve ser dirigida à sua identificação e à sua interpretação: a escolha do texto citado, os limites de seus recortes, as modalidades de sua montagem, o sentido que lhe confere sua inserção dentro de um contexto inédito... são também elementos essenciais na sua significação. (2010, p.221).

A referência é um recurso intertextual que consiste na remissão a outro texto sem, no entanto, citar o intertexto. Caso o destinatário não perceba a intertextualidade, o texto como todo ainda será compreendido, ou seja, as realizações comuns do processo intertextual de referência (título da obra, personagens literários etc.) só enriquecem o texto, sem causar maiores dificuldades de compreensão. Piègay-Gros (2010) nos diz que “(...) é uma forma explícita de intertextualidade. Mas ela não expõe o outro texto ao qual nos remete. É, portanto, uma relação *in absentia* que ela estabelece.” A autora completa:

(...) pode ser assinalada por um código tipográfico, ou, no plano semântico, pela menção ao título da obra ou do seu autor. Ela pode também se estabelecer mesmo com a ausência de qualquer sinal de heterogeneidade: compete então ao leitor percebê-las e colocar em evidência o intertexto. (p.220).

Partindo para a intertextualidade implícita, temos o plágio e a alusão. O plágio é um fenômeno intertextual que carrega consigo um sentido pejorativo. Trata-se da apropriação indevida do texto alheio de maneira que o plagiador se apresenta como o verdadeiro autor do texto em questão. Ou seja, caracteriza-se por ser uma espécie de citação não marcada em que se usa a passagem de uma obra de outrem que alguém toma como sendo de sua autoria. Cavalcante (2013) faz uma ressalva: “Outras vezes, porém, é efeito de um desconhecimento de formas de demarcação de autoria, como em práticas discursivas do mundo acadêmico (...)” (p.149). Nas palavras de Piègay-Gros (2010),

O plágio está para a intertextualidade implícita, assim como a citação está para a intertextualidade explícita. (...) Plagiar uma obra é, então, citar uma passagem dela, sem informar que não somos o seu autor. As metáforas habituais do plágio são o furto e o roubo; o plágio será tanto mais condenável quanto mais for literal e longa for a repetição da passagem. Trata-se, com efeito, de um atentado à propriedade literária, um tipo de fraude que não somente põe em cheque a honestidade do plagiador, como também as regras do bom funcionamento que regem a circulação dos textos. (p.224-225).

A alusão é um processo intertextual similar ao da referência, sendo mais indireto e implícito. Como assinala Cavalcante (2013), “(...) seu reconhecimento demanda maior capacidade de inferência por parte do enunciador” (p.152). Ou seja, a alusão não explicita a retomada textual e não convoca literalmente as palavras do outro, supondo que o leitor possa compreender nas entrelinhas o que o autor deseja sugerir-lhe sem expressar isso diretamente. Segundo Piègay-Gros (2010),

Da mesma forma que podemos citar escritos não literários, podemos também remeter por alusão à história, à mitologia, à opinião ou aos costumes (...). A alusão literária supõe, com efeito, que o leitor possa compreender nas entrelinhas o que o autor deseja sugerir-lhe sem expressar isso diretamente. (p.226-227).

As relações intertextuais por derivação, por sua vez, “ocorrem quando um texto deriva de outro previamente existente (...)” (CAVALCANTE, 2013, p.155). No âmbito literário, os estudos sobre os fenômenos intertextuais por derivação se dedicaram à paródia, ao pastiche e ao travestimento burlesco.

A paródia consiste na transformação de um texto-fonte, com finalidade crítica, humorística, poética, lúdica entre outras. Conforme Cavalcante (2013), a paródia lança mão de diversos recursos como “(...) a substituição de fonemas e palavras até a modificação de enunciados inteiros, que, no entanto, guardarão resquícios do texto original, como tema, nome de personagens, estilo etc.” (p.155). Sucintamente, Piègay-Gros (2010) nos diz “que a paródia consiste na transformação de um texto cujo conteúdo é modificado, mesmo conservando o estilo”. E mais:

A paródia mais eficaz é exatamente aquela que segue o mais proximamente possível o texto que ela deforma. É por isso que muitas vezes ela é relativamente breve: a montagem das citações não pode ser realizada num número excessivo de páginas. (p.230).

À semelhança da paródia, o travestimento burlesco⁴ também deriva de outros textos, mas se diferencia daquela por reescrever um texto cujo conteúdo é mantido, e o estilo é modificado, ou seja, reelaborado. Quase sempre esse fenômeno se processa com intuito de satirizar o conteúdo em voga. Vejamos o que nos diz Piègay-Gros (2010) sobre esse fenômeno intertextual:

Ao contrário da paródia, o travestismo burlesco retoma o tema, mas se afasta bastante da forma do texto do qual se desvia. Trata-se, pois, de uma suposta memória de fatos e de episódios, de temas e personagens, pois sua eficácia depende do reconhecimento do texto no qual ele se insere. Mas, sobretudo, o travestismo burlesco é baseado na consciência aguda da separação e da hierarquia dos gêneros e de sua estreita correlação com um nível de estilo: um tema nobre (o da epopéia, cujo paradigma é *A Eneida*) tem de ser tratado num estilo elevado; um gênero intermediário (representado por *Les Géorgiques*), num estilo sóbrio; e um tema simples (*Les Bucoliques*), num estilo despojado. (...) O texto é travestido como se fosse um rei disfarçado de mendigo, mas que mantivesse sua linguagem. (p.234).

Já o pastiche é a imitação de um estilo de determinado autor ou de traços de sua autoria; não atua sobre uma obra específica, respeitando a forma, mas é indiferente quanto ao conteúdo, de modo que qualquer assunto pode ser objeto de um pastiche. Piègay-Gros (2010) salienta que “fazer um pastiche não é deformar um determinado texto preciso, mas imitar um estilo: a escolha do tema é, portanto, indiferente à realização dessa imitação”.

2.3 As relações transtextuais

Nos tempos em que se escrevia em pergaminhos, o couro dos animais era utilizado na escrita e muitas vezes reaproveitado, apagando-se a escrita antiga para, sobre ela, colocar-se a nova escritura. Esta recobria a escritura anterior, deixando entrever os traços da primeira. Deste processo, temos o que se conhece por palimpsesto: textos escritos em cima de outros. Para o desenvolvimento de seu trabalho, Gérard Genette (2010) deteve-se, sobretudo, ao âmbito literário e deu a sua obra o título de *Palimpsestos*.

Nesse estudo, o autor buscou definir o que seriam as relações transtextuais e como elas se apresentavam nos textos literários. O autor classifica tais relações em

⁴ Para ver exemplos, conferir a obra da autora: *Introduction à l'intertextualité*. Paris: Dunod, 1996.

cinco tipos, enumerando-as dentro de uma ordem aproximadamente crescente de abstração e as define de uma maneira restritiva: intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, arquitextualidade e hipertextualidade. Vale ressaltar que, apesar de serem cinco relações, elas não se excluem, ou seja, não aparecem como classes estanques. Ao contrário, elas atuam, na maioria das vezes, de forma complementar. É esta classificação que adotamos nesta pesquisa, primeiramente, porque a consideramos a mais completa e, segundo, porque é a mesma classificação utilizada por Miranda (2010), autora que, também, estudamos.

Para Genette (2010, p.10), a transtextualidade seria a “(...) transcendência textual do texto, ou seja, tudo o que o coloca em relação, manifesta ou secreta, com outros textos.”. A relação de intertextualidade se caracteriza pela “(...) relação de copresença entre dois ou vários textos, ou seja, pela presença efetiva de um texto em outro”. Temos como exemplo a citação - que pode ser com aspas, com ou sem referência precisa -, o plágio e a alusão.

O exemplo abaixo ilustra bem como a citação é usada, principalmente, no meio acadêmico e científico, com fins a atestar o argumento de autoridade.

(2)

Começo citando Barthes (1974): “O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa construção é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis”.

(Ingedore Villaça Koch, *O texto e a construção dos sentidos*, p.59)

Nem sempre uma citação vem marcada; porém, o fenômeno intertextual ainda faz parte do texto. Nesses casos, o destinatário – assim considera o produtor do texto – terá condições de identificar o intertexto, que, geralmente, se trata de conhecimentos culturalmente compartilhados (CAVALCANTE, 2013).

O exemplo a seguir é um caso de plágio, que, à época, causou uma discussão acerca dos limites em que uma obra seria apenas aludida, referenciada ou plagiada.

(3) Acusação de plágio contra Dan Brown pode atrasar filme

O Código da Vinci, filme baseado no livro do escritor, deve ter sua estréia adiada

A estréia britânica do filme baseado em *O Código Da Vinci*, de Dan Brown, pode ser atrasada ou suspensa devido ao processo por plágio apresentado contra a editora, informa hoje o jornal The Times. Michael Baigent e Richard Leigh, autores de *The Holy Blood and the Holy Graal (O Sangue Santo e o Santo Graal)*, sustentam que Brown plagiou em seu romance a complexa estrutura do livro que eles escreveram há 22 anos.

Na próxima semana, Brown, que ficou multimilionário com o livro *O Código Da Vinci*, deve comparecer perante um tribunal londrino para prestar testemunho a favor da editora Random House. O resultado do julgamento pode ter repercussões sobre a lei de "direitos autorais" já que estabelecerá até que ponto um autor pode tomar emprestadas idéias de outro. Se o juiz der a razão aos querelantes, estes podem tentar obter um mandato judicial que afetaria tanto as vendas do livro como o próprio filme.

Baigent e Leigh argumentam que o livro de Brown, uma história de conspirações e assassinatos, é baseado na teoria que eles expõem em seu próprio livro, fruto de mais de 10 anos de pesquisas. Segundo os dois autores, Brown utilizou a hipótese central de seu livro: que Jesus se casou com Maria Madalena, com quem teve um filho, se criando uma linha de sangue que seria protegida ao longo dos séculos por sociedades secretas.

Baigent e Leigh sustentarão, além disso, segundo antecipa The Times, que há em *O Código Da Vinci* várias referências específicas a seu livro e que, por exemplo, o personagem Leigh Teabing é uma homenagem a eles mesmos: Leigh é Richard Leigh enquanto em Teabing aparece em diferentes ordens as letras do sobrenome Baigent. (...)

Fonte: Agencia Estado

O excerto 4 foi extraído do Romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Ao analisarmos esse capítulo do romance, percebemos que o narrador faz menção a três nomes que, até então, não haviam sido mencionados no decorrer da obra: Otelo, Desdêmona e Iago. Todos eles são personagens de outra obra: *Otelo*, de Shakespeare. A obra de Machado de Assis, à semelhança de *Otelo*, tem como tema principal a relação de três personagens que convivem com a desconfiança, o ciúme e a questão da fidelidade amorosa: Bentinho, Capitu e Escobar. Daí depreender o que o autor quis imprimir em seu texto, incorporando uma ideia ou um aspecto de outra obra. Seria um caso de alusão, pois, como o próprio termo denota, alude aos personagens de outra obra que vivem o mesmo drama narrado no romance de Machado de Assis. O autor lança

mão deste recurso, habilmente, para que fique nas entrelinhas o que quis sugerir ao seu leitor: traçar um paralelo entre ambas as histórias, que têm o tripé “desconfiança-ciúme-fidelidade” como mote, mostrando que as “mazelas” das relações amorosas atingem qualquer pessoa, indiscriminadamente. A nosso ver, é como se Machado de Assis tomasse a obra de Shakespeare para corroborar o seu argumento.

(4)

Uma Reforma Dramática

Nem eu, nem tu, nem ela, nem qualquer outra pessoa desta história poderia responder mais, tão certo é que o destino, como todos os dramaturgos, não anuncia as peripécias nem o desfecho. (...) Nesse gênero há porventura alguma coisa que reformar, e eu proporia, como ensaio, que as peças comessem pelo fim. Otelo mataria a si e a Desdêmona no primeiro ato, os três seguintes seriam dados à ação lenta e decrescente do ciúme, e o último ficaria só com as cenas iniciais da ameaça dos turcos, as explicações de Otelo e Desdêmona, e o bom conselho do fino Iago: “Mete dinheiro na bolsa.” Desta maneira, o espectador, por um lado, acharia no teatro a charada habitual que os periódicos lhe dão, porque os últimos atos explicariam o desfecho do primeiro, espécie de conceito, e, por outro lado, ia para a cama com uma boa impressão de ternura e de amor.

(Machado de Assis, *Dom Casmurro*, cap.72)

A paratextualidade é constituída pela relação que “(...) o texto propriamente dito mantém com o que se pode nomear simplesmente seu paratexto: título, subtítulo, intertítulos, prefácios (...)” (GENETTE, 2010, p.13). A relação de comentário “(...) que une um texto a outro texto do qual ele fala, sem necessariamente citá-lo (...)” foi denominada por Genette (p.15) como metatextualidade. A arquiteitualidade estabelece uma relação do texto com o estatuto a que pertence, tratando-se de uma relação que articula uma menção paratextual, de caráter puramente taxonômico.

Sobre a hipertextualidade, considerada por Genette a mais importante, o autor diz: “Adiei deliberadamente a referência ao quarto tipo de transtextualidade porque é dele e só dele que nos ocuparemos diretamente aqui” (2010, p.16). A hipertextualidade se caracteriza por unir um texto X (hipertexto) a um texto Y (hipotexto/texto-matriz). No caso, o hipertexto seria todo texto derivado de outro texto por transformação simples (de forma direta) ou por imitação (de forma indireta). Sendo assim, segundo o autor, não há obra literária que não seja hipertextual, pois, de alguma forma, uma evoca outra.

Desse modo, Genette (2010) achou conveniente classificar a hipertextualidade conforme sua função e sua estrutura.

Dentro desta classificação estrutural, o autor ainda propõe uma subclassificação, a que nomeou de “regime”⁵. Após estabelecer as classificações supracitadas, Genette (2010) procurou encaixar cada tipo de hipertexto em uma categoria, conforme observamos em seguida:

Quadro 2: Quadro geral das práticas hipertextuais propostas por Genette (2010)

Regime Relação	Lúdico	Satírico	Sério
Transformação	Paródia	Travestimento	Transposição
Imitação	Pastiche	Charge	Forjação

Fonte: Genette (2010)

De acordo com Genette (2010), é importante ressaltar a relação que um hipertexto tem com um hipotexto. Assim, propôs a classificação estrutural para estabelecer tais relações: a relação de transformação - que compreende a paródia (lúdico), o travestimento (satírico) e a transposição (sério) -, e a relação de imitação - que compreende o pastiche (lúdico), a charge (satírico) e a forjação (sério).

2.4 Paródia, travestimento e pastiche

Em sua *Poética*, Aristóteles definiu a poesia “como uma representação em verso das ações humanas” (Genette, 2010, p.24). Para o filósofo grego, essas ações tinham naturezas diferentes e opostas: uma seria mais subjetiva, levando em consideração a dignidade moral e/ou social (elevada ou vulgar); outra seria mais objetiva, tomando os modos de representação (narrativa ou dramática). Desse modo se constituiu o sistema aristotélico dos gêneros poéticos:

- i) Tragédia: ação elevada no modo dramático;
- ii) Épico: ação elevada no modo narrativo;
- iii) Comédia: ação vulgar no modo dramático;

⁵ Estudando as relações de derivação, Genette (2010) cunhou o termo ‘regime’ para dar conta do funcionamento sócio-psicológico do hipertexto neste tipo de relação.

iv) Paródia: ação vulgar no modo narrativo.

Os tipos de paródia, consoante Aristóteles, seriam:

- i) Aplicação de um texto nobre, modificado ou não, a outro tema, geralmente vulgar;
- ii) Transposição de um texto nobre para um estilo vulgar;
- iii) Aplicação de um estilo nobre (epopeia) a um tema vulgar ou não heroico.

De todas as origens da paródia que Genette (2010) analisou, a ideia mais defendida é que ela vem da rapsódia. O autor reconhece que o termo causa confusão:

(...) porque a usamos para designar ora a deformação lúdica, ora a transposição burlesca de um texto, ora a imitação satírica de um estilo. A principal razão desta confusão está evidentemente na convergência funcional dessas três fórmulas, que produzem em todos os casos um efeito cômico, geralmente às custas do texto ou do estilo “parodiado”: na paródia estrita, porque sua letra se vê de modo cômico aplicada a um objeto que a altera e a deprecia; no travestimento, porque seu conteúdo se vê degradado por um sistema de transposições estilísticas e temáticas desvalorizantes; no pastiche satírico, porque sua forma se vê ridicularizada por um procedimento de exageros e de exacerbações estilísticas. Mas essa convergência funcional mascara uma diferença estrutural muito mais importante entre os estatutos transtextuais: a paródia estrita e o travestimento procedem por transformação de texto, o pastiche satírico (como todo pastiche), por imitação de estilo. (p.36)

Após essa reflexão, Genette (2010) resolve, então, reavaliar a terminologia e propor algumas definições. Em nosso trabalho, abordaremos as noções de paródia (desvio de texto pela transformação mínima) e de travestimento (transformação estilística com função degradante/satírica). Porém, fazemos uma ressalva, seguindo a orientação de Faria (2014):

(...) a diferença entre paródia e travestimento repousa no grau de desvio (deformação) aplicado ao hipotexto. E, embora Genette (2010) marque diferenciações entre função e estrutura em sua taxionomia, o critério de transformação dos dois tipos é, também, insuficiente para, objetivamente, poder diferenciar os tipos de hipertextualidade. (...) Durante a análise e explicações, inferimos que podemos colocar paródia e travestimento burlesco em uma só categoria (...) (p.102)

No exemplo 5, a clássica carta de Pero Vaz de Caminha teve seu conteúdo modificado; porém, conservou seu estilo. Ao contrário do que se pensa, a paródia não consiste, apenas, em ridicularizar outro texto ou provocar humor. Por vezes, ela altera somente a essência, mudando, assim, sua intencionalidade. Neste exemplo, esse

fenômeno intertextual tem como objetivo fazer uma crítica ao Brasil no que tange à política, aos costumes, ao comportamento da sociedade, entre outros aspectos.

(5) Paródia da Carta de Caminha

Olá, meu amado Rei, aqui quem fala é o Pero Vaz. Está me ouvindo bem?

Peguei emprestado o celular de um nativo aqui da nova terra. Tudo bem, Capitão Pedro está lhe mandando um abraço. Chegamos na terça, 21 de abril, mas deixei para ligar no Domingo porque a ligação é mais barata.

É, aqui tem dessas coisas. Os nativos ficaram espantados com a nossa chegada por mar, não achavam que éramos Deuses, Majestade. Acharam que éramos loucos de pisar em um mar tão sujo.

A ligação está boa? Pois é, essa terra é engraçada. Tem telefonia celular digital, automóveis importados, acesso gratuito à Internet, mas ainda tem gente que morre de malária e está cheia de criança barriguda de tanto verme. É meio complicado explicar.

Se já encontramos o chefe? Olha, Rei, tá meio complicado. Aqui tem muito cacique para pouco índio.

Logo que chegamos a Porto Seguro, tinha um cacique lá que dizia que fazia chover, que mandava prender e soltar quem ele quisesse. É, um cacique bravo mesmo... Mais para o Sul encontramos outra tribo, uma aldeia maravilhosa e muito festiva, com lindas nativas quase nuas. Seguindo em direção ao Sul, saímos do litoral e adentramos ao planalto. Lá encontramos uma tribo muito grande. A dos índios Sampa. Conhecemos seu cacique, que tinha apito, mas que não apitava nada, coitado. Dizem até que ele apanha da mulher. O senhor está rindo, Majestade? Juro que é verdadeiro o meu relato. Como vossa Majestade pode perceber, é uma terra fácil de se colonizar, pois os nativos não falam a mesma língua.

Sim, são pacíficos sim. É só verem um coco no chão para eles começarem a chutá-lo e esquecerem da vida. Sabem, sabem ler, mas não todos. A maioria lê muito mal e acredita em tudo que é escrito. Vai ser moleza, fica frio.

Parece que há um "Cacicão Geral", mas ele quase não é visto. O homem viaja muito. Dizem que se a intenção for evitar encontrá-lo, é só ficar sentado no trono dele. Engraçado mesmo é que a "indiaiada" trabalha a troco de banana. É, banana!!! Todo mês eles recebem no mínimo 151 bananas. Não é piada, Majestade!! É sério!! Só vindo aqui pra ver.

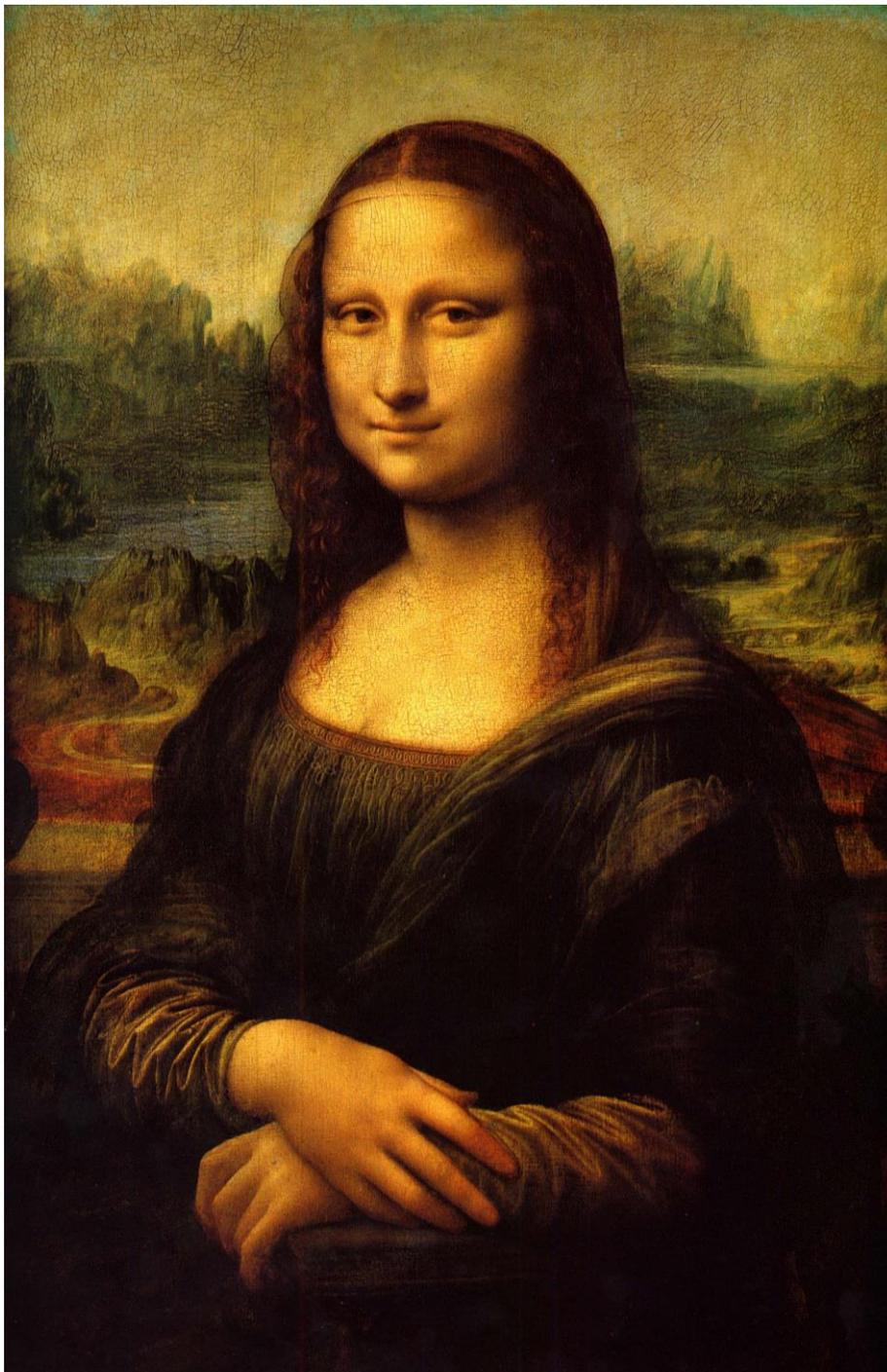
Olha, preciso desligar. O rapaz que me emprestou o telefone celular precisa fazer uma ligação. Ele é comerciante. Disse que precisa avisar ao povo que chegou um novo carregamento de farinha. Engraçado... eles ficam tão contentes em trabalhar... A cada mercadoria que chega, eles sobem o morro e soltam rojões.

É uma terra muito rica, Majestade. Acho que desta vez acertamos em cheio. Isso aqui ainda vai ser o país do futuro. (BOND BILAU, 2008)

Nos exemplos 7 e 8 observamos a paródia presente em dois textos verbo-visuais, ambos inspirados pela grande obra de arte da pintura: a *Mona Lisa*, exemplo 6, de Leonardo da Vinci⁶.

Figura 1: Mona Lisa

(6)



Fonte: Leonardo da Vinci (1503-1506)

⁶ Pintor italiano renascentista, cuja obra mais conhecida é a *Mona Lisa*, pintada entre 1503 e 1506.

O texto 7 transforma o texto-fonte baseado no personagem Coringa do filme “*Batman: o cavaleiro das trevas*”⁷. A pergunta “*Why so serious?*” ficou famosa por ser usada na fala do personagem, que, a cada vítima capturada, explica por que tem uma cicatriz no rosto que lembra um grande sorriso largo. A intenção, neste caso, seria apenas de humor e/ou lúdica.

Figura 2: Why so serious?

(7)



Fonte: Andre Luis Mora (2015)

Já o exemplo 8, apesar de transformar o mesmo texto-fonte do exemplo anterior, fez isso com outra finalidade. Como se trata da propaganda de um produto de limpeza, o idealizador deste texto tomou a pintura da *Mona Lisa* como forma de convencer o destinatário de que o produto seria tão bom a ponto de ser comparado a uma obra de

⁷ Filme do diretor Christopher Nolan lançado em 2009 pela Warner Bros. Entertainment.

arte ou, pensando em outra possibilidade, de insinuar que, quando o produto fosse utilizado, o resultado seria “uma obra de arte”.

Figura 3: Bombril

(8)



Fonte: Washington Olivetto e Francesc Petit (1998)

Mesmo com uma abordagem literária e, principalmente, não direcionada a textos verbo-visuais, o estudo de Genette (2010) é fundamental para nossa pesquisa, que segue a corrente da Linguística Textual, porque analisa os fenômenos intertextuais através de relações de transformação e de imitação, incluídas numa categoria maior, denominada “relação de derivação”. Essas manifestações de intertextualidade são exatamente aquelas que, frequentemente, estão presentes nos gêneros em quadrinhos – foco de nosso trabalho. Por isso também adotamos esta perspectiva para desenvolver nossa proposta de intervenção pedagógica. A par dela, utilizaremos a proposta de Miranda (2010) para o fenômeno que ela designa como *intertextualização*, assunto da próxima seção.

3 TEXTO, GÊNERO E INTERTEXTUALIZAÇÃO

Em seu livro *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*, fruto de sua tese de doutorado, Florencia Miranda descreve os aspectos relacionados à dimensão semiolinguística dos textos, não ignorando sua relação com outras dimensões que tecem a complexidade textual. Essas dimensões, segundo a autora, seriam de ordem social e psicocognitiva.

Inicialmente, Miranda (2010) chama a atenção para o fato de a diversidade genérica suscitar problemas de ordem teórica, citando alguns estudiosos como Beaugrande e Dressler, Adam e Rastier. Seu posicionamento em relação à querela sobre a prioridade ou não de um estudo de gêneros para a Linguística pauta-se em duas perguntas: a) É possível um estudo linguístico de gêneros?; b) Os gêneros precisam dos estudos linguísticos? (MIRANDA, 2010, p.36). Justificando a sua investigação, a autora responde afirmativamente aos dois questionamentos.

Em seguida, a autora problematiza a questão de como se processaria a investigação linguística dos gêneros. Sobre isso, cita Jean-Claude Beacco, linguista francês que propõe três perspectivas linguísticas dos gêneros: 1) representações metalinguísticas sobre os diferentes gêneros; 2) gêneros como tipos de texto e 3) relação entre os gêneros e a “espacialidade social” (Análise do discurso). Para o autor, essas três vertentes constituiriam o campo da “Linguística dos gêneros”. De acordo com Miranda (2010), essas perspectivas se coadunam com as dimensões que identificou em relação à abordagem dos textos. Preferencialmente a autora optou pela linha de pensamento identificada por Beacco em que a Linguística Textual e a Análise do Discurso se mesclam.

Com esse aparato teórico, Miranda (2010) direciona seu foco para uma modalidade específica de interação textual e/ou genérica, ou seja, “o caso dos textos que imitam ou introduzem (elementos de) gêneros que são diferentes daqueles de que relevam - constituindo, assim, um efeito de co-presença de distintos gêneros no espaço do texto” (p.41). Esse processo foi nomeado pela autora de **intertextualização**. Seus questionamentos, a partir de então, são: a) o que faz com que seja (textualmente) possível a realização do processo de intertextualização?; b) Que elementos semiolinguísticos asseguram a produção e a interpretação deste processo? (p.41).

Sua hipótese é de que existam indicações de ordem semiolinguística que proporcionem a identificação da intertextualização, mostrando como esse processo se dá

na produção textual, bem como no seu reconhecimento na interpretação dos textos. Com isso, Miranda (2010) apresenta outro termo com o objetivo de conceituar e caracterizar as pistas semiolinguísticas: **marcadores de gêneros**.

3.1 A relação texto(s)/gênero(s)

Determinado seu objetivo e objeto de pesquisa, a autora reflete acerca da noção de comunicação – já que concebe “o texto enquanto unidade de comunicação” (p.45), e das noções de discurso e enunciado, apontadas como conceitos muito próximos da concepção de texto. Também traça um panorama teórico dos aspectos gerais da comunicação, citando, por exemplo, a teoria do reflexo e a teoria mentalista. Sua crítica a essas ideias é de que seja desconsiderado o ato de comunicação como fenômeno social. Para Miranda (2010), o ato de comunicação é “uma instância particular de uma prática social” (p.47).

Ainda são citadas definições de Enrique Bernárdez, com a ideia de comunicação linguística como “um sistema complexo, dinâmico e aberto” (p.47); de Jean-Blaise Grize, com as noções de pré-construídos culturais e representações; e de Jean-Paul Bronckart, com a ideia de situação de ação de linguagem, dividindo-a em *situação de ação externa* e *situação de ação interna*.

A autora aprofunda sua análise sobre o conceito de contexto conforme Brockart, que, por sua vez, distingue-o em *contexto físico* e *contexto sócio-subjetivo*. Essas duas perspectivas se relacionam com os mundos formais e suas influências no ato de produção textual. Notadamente, Miranda (2010) explora minuciosamente os componentes do ato de comunicação segundo Bronckart. Alguns dos principais constituintes do ato de comunicação são: os sujeitos e os objetivos; o tempo e o espaço; a modalidade e o suporte.

Miranda (2010) assevera que “Todo ato de comunicação se processa entre duas instâncias agentivas no quadro de uma prática social (...)” (p.50). Bronckart distingue *emissor* e *receptor* de *enunciador* e *destinatário*. Aqueles são organismos físicos que produzem e recebem o texto, ambos se colocando como *interlocutores* e integrantes do contexto físico; estes equivalem “à posição sócio-subjetiva associada a cada um desses sujeitos físicos no quadro de uma interação específica” (MIRANDA, 2010, p.51), inseridos no contexto sócio-subjetivo, conforme Bronckart.

A autora ainda aprofunda o cerne da dimensão sócio-objetiva dos sujeitos comunicantes, citando um estudo de Robert Vion. Para o autor, há duas noções que merecem ser esclarecidas nessa dimensão: estatuto e papel. A primeira, segundo o autor, refere-se às posições sociais do sujeito relativas à idade, ao sexo, à atividade profissional, ao tipo de relação familiar, às posições de prestígio social e à filiação a certos grupos (por exemplo, partidos políticos). Miranda (2010) concorda com Vion quando este diz que “os sujeitos podem falar (ou escrever) fazendo convergir mais de uma de tais posições” (p.51). Já a segunda noção implica os modelos culturais, como atitudes, valores e comportamentos, que na esfera social são atribuídos ou associados a determinado estatuto, constituindo-se como aspecto dinâmico do *estatuto*.

Quanto aos *objetivos*, Miranda (2010) diz que estes são inerentes aos sujeitos e não aos textos. A autora ainda reforça a ideia de que haja diferença entre os objetivos do emissor e do receptor: “(...) a produção e a recepção de um mesmo texto surge na sequência de objetivos de produção e de recepção não equivalentes, embora em certos casos possam ser complementares.” (p.53).

Sobre *tempo e espaço*, Bronckart situa essas duas instâncias como intrínsecas ao contexto físico, pois “(...) o momento da produção é a extensão temporal durante a qual o texto se produz e o lugar corresponde ao espaço físico em que a produção se desenvolve.” (MIRANDA, p.53). Uma distinção bastante pertinente é apresentada por Miranda (2010), quando analisa os domínios da *produção, circulação e recepção*. Para a autora, há situações em que os três domínios coincidem, como num diálogo em que os sujeitos estão frente a frente; outra possibilidade é a combinação tempo de produção e recepção, como acontece num telefonema, mas o espaço é diferente para os interlocutores.

Particularmente, acerca do espaço de produção do texto, Bronckart propõe uma distinção entre *lugar físico* e *lugar social*. Eles estariam ligados à formação social, ao âmbito institucional ou discursivo em que o texto é produzido (esfera escolar, literária, política etc.), conforme Miranda (2010). Para a autora, “Este lugar social terá relação com os papéis sócio-subjectivos que os sujeitos empíricos assumem na interação (...) (p.53).

No que tange à *modalidade* do texto, ainda com base em Bronckart, a produção pode ser oral ou escrita. Esta escolha é considerada um fator secundário em relação às propriedades de ação de linguagem e do gênero de texto. O autor ressalta que a

modalidade de produção do texto é peculiar ao plano do contexto, exercendo influência na globalidade do texto. Quanto ao posicionamento de Bronckart, Miranda (2010) diz que a dicotomia *oral/escrito* pode ser muito simplista, visto que não considera as diferenças entre a modalidade oral (texto manuscrito e texto impresso) ou uma interseção entre as modalidades oral e escrita, como é comum na televisão.

Em relação ao *suporte*, a autora destaca que este não deve ser considerado apenas um meio material de transmissão do texto. Sua reflexão recai sobre o fato de o suporte ter um papel decisivo na configuração do texto, lembrando que um texto oral, por exemplo, ao ser transcrito, torna-se outro texto e não mais aquele. Outra observação que a autora faz diz respeito a um dilema: “(...) como lidar com a reprodução de um texto para a sua análise sem construir um texto diferente?” (MIRANDA, 2010, p.56).

3.2 Texto, discurso e enunciado

Nesse ponto do trabalho, Miranda (2010) apresenta visões de diferentes estudiosos sobre os conceitos de texto, discurso e enunciado. Primeiramente, a autora cita Dominique Maingueneau e Jean-Michel Adam. Maingueneau concebe enunciado como “frase inscrita num contexto particular” e texto como “as unidades verbais que relevam de um género do discurso” (MIRANDA, 2010, p.58). Já para noção de discurso, o linguista afirma que

Ao falarmos de discurso articulamos o enunciado sobre uma situação de enunciação singular; ao falar de texto, colocamos o acento sobre aquilo que lhe confere uma unidade, que o torna uma totalidade e não um simples conjunto de frases. Em outros termos, os dois pontos de vista são complementares (...). (MAINGUENEAU, 1986, p.82 *apud* MARCUSCHI, 2008, p.83).

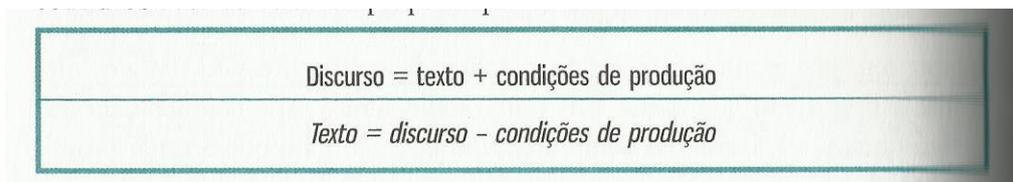
Para Adam (1999), desatrelar a noção de texto da noção de discurso é uma prática apenas metodológica. Revendo uma concepção antiga⁸, o autor inclui o “texto num campo mais vasto das práticas discursivas que devem ser pensadas na diversidade dos gêneros que elas autorizam e na sua historicidade” (p.39 *apud* MARCUSCHI, 2008,

⁸ Em 1990, Adam sugeriu uma fórmula para definir os termos texto e discurso. O autor considerava o texto “uma unidade abstrata em que se tinha em mente o fato linguístico ‘puro’ sem suas condições de produção” (cf. MARCUSCHI, 2008, p. 2).

p.83). As duas fórmulas⁹ a seguir demonstram as visões do autor acerca dos termos texto e discurso.

Em 1990:

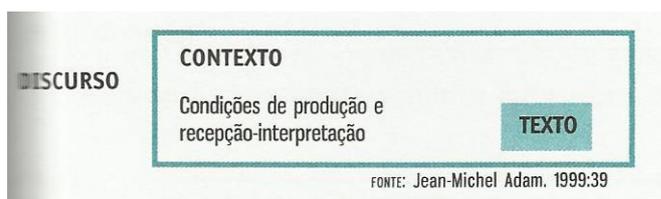
Figura 4: Texto e discurso – Adam (1990)



Fonte: Marcuschi (2008)

Em 1999:

Figura 5: Texto e discurso – Adam (1999)



Fonte: Marcuschi (2008)

Para Marcuschi (2008), é importante reiterar a articulação entre discurso e texto. O autor considera, respectivamente, este como o “*objeto de figura*” e aquele “*objeto de dizer*” (p.81). Em suas palavras, “o discurso dar-se-ia no plano do dizer (a enunciação) e o texto no plano da esquematização (a configuração). Entre ambos, o *gênero* é aquele que condiciona a atividade enunciativa” (p.81-82).

Segundo Bakhtin, o enunciado era definido “como produção oral ou escrita, cuja delimitação é assinalada pela mudança de locutor” (MIRANDA, 2010, p.58). Em “*Estética da criação verbal*”, do filósofo russo, Paulo Beserra¹⁰ esclarece que:

Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura, etc.” (p.261).

⁹ Ambas as fórmulas constam na obra *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, de Marcuschi (2008).

¹⁰ Traduziu essa obra de Bakhtin do russo para a versão brasileira em português.

Já o vocábulo texto tem duas interpretações: conjunto coerente de signos e texto enquanto enunciado, ou seja, seu projeto (a intenção) e a execução desse projeto.” (BAKHTIN [1979] 1992, p.330 *apud* MIRANDA, 2010, p.59).

Conforme Bronckart, texto é uma unidade semiolinguística “situada, finita e auto-suficiente”¹¹ (MIRANDA, 2010, p.59). Para enunciado, o estudioso dá a seguinte definição: “segmentos de produções verbais” (MIRANDA, 2010, p.60). São estas perspectivas que Miranda (2010) adota em sua investigação. Porém a autora acrescenta outras particularidades ao conceito de enunciado apresentado por Bronckart: não adotar como fator de medição a extensão da frase; considerar os enunciados como unidades dependentes, não funcionando com autonomia – o que os difere dos textos. (MIRANDA, 2010, p.60).

Particularmente, em relação às noções de texto e de discurso, Miranda (2010) diz que cada investigador pode optar por duas linhas de pensamento: 1) considerar a dicotomia *texto* e *discurso* infundada; ou 2) defender que se trata de entidades de naturezas diferentes que apresentam especificidades quanto a sua diferenciação. É comum que a segunda atitude permeie a maior parte das investigações, embora haja divergências no que tange à distinção desses termos. Alguns parâmetros de diferenciação entre *texto* e *discurso* são colocados como oposições: oral/escrito, concreto/abstrato e processo/produto.

O primeiro par de oposições, oral/escrito, está relacionado ao suporte, associando *discurso* à produção oral, por vezes oral e escrita, e *texto*, às produções escritas. O problema dessas perspectivas reside no fato de reduzir o texto a uma única forma de materialização, além de colocar ambos os termos como sinônimos. Miranda (2010) chama atenção sobre se considerar texto apenas a componente verbal, implicando que toda produção que lançasse mão do signo não verbal seria desconsiderada como texto. E completa, afirmando que, gradualmente, esses posicionamentos estão sendo rejeitados pela comunidade científica, pois, além de o texto não ser definível pelo suporte, há produções plurissemióticas.

O segundo par de oposições, concreto/abstrato, trata do contraste *texto/discurso* e *abstração/concretização*. Adam foi um dos estudiosos que, ao longo de suas

¹¹ Apesar de adotar a noção de texto de Bronckart, para quem o texto é uma unidade “verbal”, Miranda modifica propositalmente a definição dada pelo autor e defende que, além de elementos verbais, o texto pode conter elementos não verbais.

pesquisas, reviu suas definições para esses termos. Como falamos anteriormente, na década de 1990, o autor conceituava discurso como a soma do texto com as condições de produção, e texto como a diferença entre discurso e condições de produção. No final da mesma década, propôs as seguintes definições: *texto* é o objeto abstrato, examinado pela Linguística Textual; *textos* são objetos materiais, concretos e empíricos que constituem “o resultado sempre singular de um ato de enunciação” (ADAM, 1999, p. 39 *apud* MIRANDA, 2010, p.64). Em 2005, Adam modifica novamente o conceito de *texto* (objeto abstrato investigado pela Gramática transfrásica). Depois de tantas revisões feitas por Adam, Miranda (2010) conclui que o autor adota os seguintes conceitos: *texto/discurso* se opõem quanto ao “ponto de vista da análise que toma por objeto *os textos*”. Os problemas identificados pela autora nessas perspectivas são:

- i) se *texto* for considerado “o objeto linguístico abstrato”, implicitamente se aceita a possibilidade “de um estudo puramente linguístico dos *textos*.” (MIRANDA, 2010, p.64);
- ii) adotando esse posicionamento, segundo Bronckart, não se permite observar texto e discurso como duas realidades diferentes.

O último par de oposições, processo/produto, baseia-se nas ideias difundidas por Algirdas Greimas e Joseph Courtès, para quem *discurso* está para *processo*, assim como *texto* está para *produto*, ou resultado, desse processo. Contudo, existem discordâncias quanto a esse ponto de vista. Antonio Briz vê a distinção desse par de oposições como algo superado, pois considera próximas as áreas da Linguística Textual e da Análise do Discurso, além de entender que a diferença da dicotomia *texto/discurso* já estaria superada. Para Miranda (2010), o problema é atribuir a característica de estático ao *texto* e relacionar o *discurso* ao dinamismo – interpretação que considera simplista quando se refere a *texto*.

Para Eugenio Coseriu, *texto* é o “produto concreto da actividade verbal”, definição que se aproxima da proposta por Enrique Bernárdez: “produto do uso da linguagem.” (MIRANDA, 2010, p.67).

Finalizando essa seção de sua investigação, Miranda (2010) retoma os conceitos de texto e de discurso dos estudiosos supracitados para, então, mostrar e justificar as concepções que foram adotadas em seu trabalho

O **texto** é um objecto semiótico complexo, aberto e dinâmico (Bernárdez), que constitui uma unidade de comunicação situada, finita e auto-suficiente, independentemente da modalidade ou suporte (Bronckart), e que pode ser produzida por um ou mais sujeitos empíricos (Maingueneau).” (MIRANDA, 2010, p.68)¹².

Em relação ao termo *discurso*, a autora adota o pensamento de Bronckart:

(...) o *discurso* constitui a **língua em acção** e, portanto, o único modo de manifestação do sistema da língua (sistema que resulta de um processo de abstracção). A partir desta concepção pode dizer-se que *textos* e *enunciados* constituem **materializações** do discurso, sendo que tais materializações são independentes da fixação ou não num suporte que as faça perdurar no tempo. (MIRANDA, 2010, p.69).

Na seção que trata das concepções de texto, consta aquela que adotamos em nosso trabalho. Agora nos posicionamos em relação ao termo *discurso*, seguindo as ideias de Marcuschi (2010): “*Discurso* é tudo aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim o discurso se realiza nos textos” (p. 25). Entendemos, então, que os textos seriam os “portadores” dos discursos em situações das esferas histórica, ideológica, social e institucional.

3.3 Considerações sobre tipo, classe e gênero

Classificar é uma necessidade científica que sistematiza os dados e resultados das investigações, segundo Miranda (2010). A autora afirma que os linguistas dos textos “assumiram desde cedo a tarefa de descrever (e explicar) as várias espécies de textos de um ponto de vista tipológico – o que levou até o extremo de se construírem diversas tipologias de tipologias” (p.71, 2010). Partindo desta perspectiva, Miranda (2010) defende que a noção de tipo de texto só ganha sentido se for atribuída a uma “categoria específica de uma tipologia fechada, em que cada tipo não se sobrepõe ao restante”

¹² Como já dizia Maingueneau (2001, p.71-71 *apud* MARCUSCHI, 2008, p.173), “é necessário reservar um lugar importante ao modo de *manifestação material* dos discursos, ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão (...)”. Para o linguista, a mudança do suporte acarretaria mudanças no gênero do discurso.

(p.70). Isso funcionaria, conforme a autora, para o nível da frase. Miranda (2010) reconhece que, no plano textual, os estudiosos ainda não elaboraram e justificaram, de maneira satisfatória, uma tipologia que inclua todos e quaisquer exemplares de textos numa só categoria. De acordo com a autora, Isenberg buscou identificar a estrutura lógica de uma tipologia textual, bem como os requisitos que esta deve reunir. O autor elenca os seguintes elementos estruturais presentes em qualquer tipologia ([1983] 1987, p.102 *apud* Miranda, 2010, p.73):

- i) Uma determinação geral do seu campo de aplicação;
- ii) Uma base de tipologização, ou seja, um critério (se possível complexo) diferenciador dos tipos de texto;
- iii) um conjunto manejável e limitado de tipos de texto;
- iv) Uma especificação das regularidades textuais de cada tipo de texto;
- v) Um conjunto de princípios de aplicação que evidencia de que maneira se relacionam os tipos de textos com os textos concretos.

Miranda (2010) chama a atenção para os requisitos (ou propriedades) da tipologia destacados por Isenberg: homogeneidade, monotipia, rigor (falta de ambiguidade) e exaustividade. Com isso o linguista prova que nenhuma das tipologias analisadas consegue reunir todas as condições supracitadas.

Num outro momento, mais precisamente no final da década de 80, os investigadores adotaram dois posicionamentos: a) construir sistemas tipológicos complexos, de vários níveis ou b) abandonar a noção de **tipo de texto** em detrimento de categoria de **gênero**. Para Bernádez (1982, p.213 *apud* Miranda, 2010, p.75), o uso do conceito de gênero para textos não literários é um risco. Sobre isso Miranda (2010) comenta:

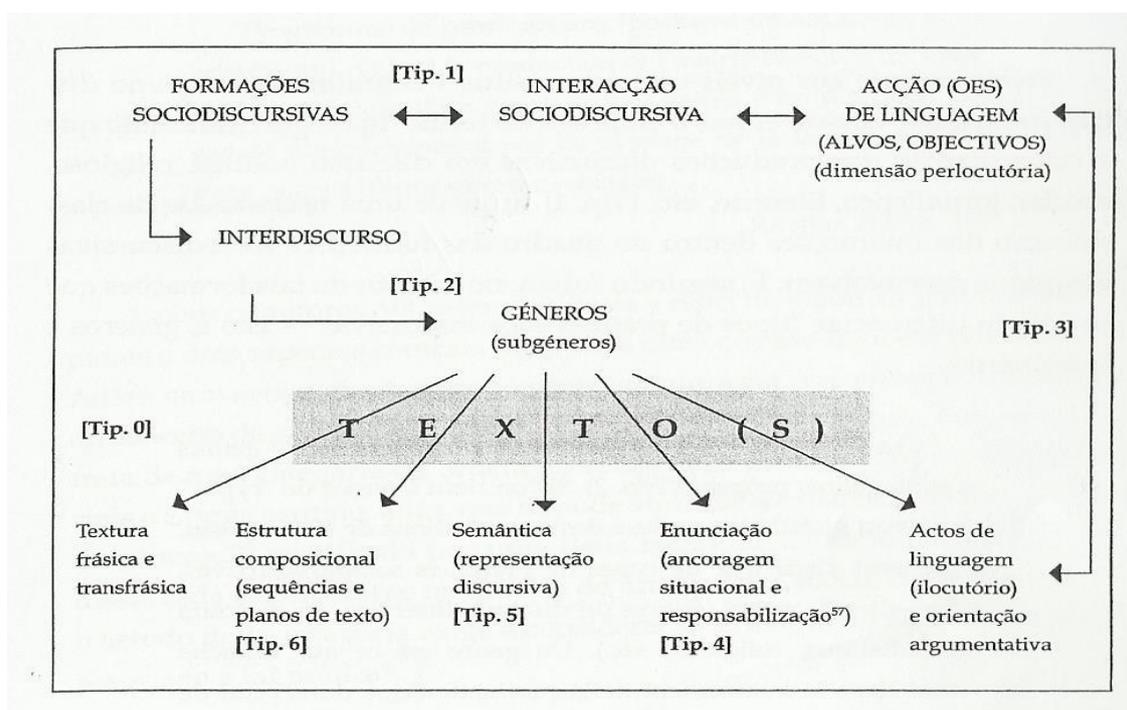
Não se trata, de facto, de transpor simplesmente um termo de uma área de estudo para outra e, menos ainda, no caso de um conceito tão carregado de história e confusões quanto este. Mas se a Teoria Literária se debruçou sempre sobre textos empíricos, a Linguística Textual – uma vez aceite o desafio de estudar os textos enquanto objectos semióticos complexos – não pode rejeitar o seu contributo neste sentido. (p.75).

A autora segue elencando outros usos da noção de gênero, que, herdada da Antiguidade, surgiu tanto no âmbito da produção e crítica literária quanto nas produções

não literárias, constituindo outra linha de reflexão, conforme aponta Charaudeau (2001, p.45 *apud* Miranda, 2010, p.75), como, por exemplo, o termo **gênero** desenvolvido no chamado “círculo de Bakhtin”, que faz referência às formas de organização de textos literários e não literários. Ainda menciona o uso do termo em áreas como o jornalismo, a música e o cinema, cujo objeto de estudo, produção e análise tem sido produções semióticas complexas.

Outro linguista citado por Miranda (2010) é Adam, que afirmou ser um equívoco a ideia de elaborar tipologias ao nível textual. O estudioso analisou alguns caminhos tipológicos que normalmente os investigadores seguem, tendo como base o seu modelo dos planos ou níveis de organização da textualidade e da discursividade. O quadro abaixo é a proposta de análise textual dos discursos do autor.

Quadro 3: Planos de organização da textualidade e da discursividade



Fonte: Miranda (2010)

O esquema acima apresenta a distribuição e as relações dos níveis propostos. Para Adam, a parte superior é referente aos planos que o autor considera serem responsáveis pelas “determinações discursivas”. Já na parte inferior do esquema, há os cinco níveis de organização “mais propriamente textuais”. Sobre isso, Miranda (2010) comenta:

Adam considera que as tipologias ao nível do texto [TIPO] não são realizáveis, porque quando se pretende elaborar uma tipologia 'textual' identifica-se, na verdade, um efeito de dominância explicado a partir da "estrutura composicional" dos textos, ou seja, trata-se de tipologias construídas a partir de um dos níveis de organização [TIP 6]. Estas são as tipologias que Adam denomina "seqüenciais" e é sobre elas que particularmente se debruça na maior parte de sua obra. (p.77)

Conforme Miranda (2010), as tipologias enunciativas [Tip. 4], as tipologias semânticas [Tip. 5] e as tipologias que se baseiam nos atos de linguagem [Tip. 3] constituem abordagens que não conseguem dar conta da totalidade do texto.

Um ponto de vista que julgamos relevante explicar é o de Marcuschi (2008), que não foi mencionado por Miranda (2010). O linguista esclarece que "tipo textual" seria uma espécie de construção teórica, quase sempre subjacente ao texto, definida pela natureza linguística de sua composição (como aspectos lexicais, sintáticos, estilo entre outros), caracterizando-se "mais como seqüências linguísticas (seqüências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais". (p.154). No caso, seriam, conforme o autor, o que conhecemos como *narração*, *descrição*, *argumentação*, *exposição* e *injunção*.

Encerrando essa discussão, a autora assevera que tanto Isenberg quanto Adam "demonstram a impossibilidade da (mono)tipologização ao nível textual" (p.78). E mais: que Adam sublinha "o facto de existir uma categoria que domina a organização dos diferentes níveis (ou planos) de texto, sendo que (...) esta categoria não pode ser objecto de uma tipologização". (p.78).

Sobre o conceito de gênero, Miranda (2010) cita Rastier como um dos autores que mais insistem na ideia de que um gênero "não é nem um tipo nem uma classe" (p.79). Para a autora, os termos **tipos**, **classes** e **gênero** poderiam ser definidos da seguinte maneira:

- i) Tipo: remete a uma categoria específica no contexto de uma dada tipologia;
- ii) Classe: não deixa claro quais são os objetos categorizados, pois apresenta duas propriedades fundamentais, que são a heterogeneidade (os critérios de classificação podem ser variados) e a parcialidade (há um desequilíbrio entre a quantidade de espécies de textos existente e as formas de denominação social de uso corrente);
- iii) Gênero: dispositivo dinâmico de estabilização de parâmetros para os diferentes planos de organização textual.

Particularmente, para a elaboração do conceito de gênero, Miranda (2010) apoiou-se em outros autores, como Todorov, para quem

Numa sociedade, institucionalizam-se a recorrência de certas propriedades discursivas e os textos individuais são produzidos e concebidos em relação à norma que constitui essa codificação. O gênero, literário ou não, não é mais do que essa codificação de propriedades discursivas.
([1978] 1981, p.51 *apud* Miranda, 2010, p.80)

E Karl Canvat (1998, p.275 *apud* Miranda, 2010, p.82), que define gênero como “uma unidade de estruturação, de organização e de composição relativamente à escrita”.

Como resultado de suas reflexões, Miranda (2010) afirma que o modo como texto e gênero se ligam depende de três dimensões: social, linguística/semiótica e cognitiva. Para a autora, esse estatuto de categoria psico-sócio-semiótica referido ao gênero permite compreender o porquê de existirem várias concepções desse termo: ora privilegiam uma dimensão, ora outra(s). Os gêneros assim conceituados não seriam objetos de uma única classificação, estável e definitiva, ao contrário da noção de **tipo de texto**.

3.4 Gêneros de texto ou de(do) discurso: uma reflexão

A partir do momento em que Miranda (2010) decidiu trabalhar teórica ou/e empiricamente com a noção de gênero, deparou-se com alguns questionamentos, que passou a chamar de “a problemática do gênero”. Suas reflexões recaíram sobre as unidades ou entidades consideradas, a denominação e a classificação. Em relação às unidades, a autora fez a seguinte interrogação: trata-se de gêneros de enunciados, de textos ou de discursos? Segundo Miranda (2010), essa escolha terminológica não deve ser vista como irrelevante “já que por trás de qualquer escolha terminológica há sempre um posicionamento de ordem epistemológica”. (p.87-88).

Há autores, conforme a linguista, que empregam a forma “gêneros do/de discurso”, como Bakhtin, Todorov, Maingueneau e Adam; outros nomeiam como “gêneros de texto”, como Rastier e Bronckart; existem, ainda, as formas “gêneros sociolinguísticos de textos”, o que é defendido por Beacco, e outros falam em “gêneros situacionais”, como Charaudeau, e em “gêneros linguísticos”, como Bouquet.

Para os estudiosos que defendem a terminologia “gênero do discurso”, a essência está no “acto de utilização da língua numa determinada prática social” (Miranda, 2010, p.89). Aqueles que preferem o termo “gênero de texto” não descartam “a relação dos textos com as circunstâncias em que são produzidos e/ou interpretados”. (p.90), e mais:

(...) põem o foco no facto de o género ser uma categoria que diz respeito aos diferentes “formatos textuais”, que moldam ou organizam a utilização da língua, e imprimem ao termo discurso um valor particular – quer mais geral e abrangente (Rastier), quer mais específico e restrito (Bronckart). (p.90).

Com o intuito de justificar a escolha por um ou outro termo (“gênero de texto” ou “gênero do discurso”), Miranda (2010) conclui que são levados em consideração dois fatores: a) perspectiva (e interesses) de estudo e b) concepção assumida em relação às noções de texto e de discurso. Para sua pesquisa, a autora diz ser necessário haver concordância entre a noção de gênero e as definições (ideias) de texto, de discurso e, também, de enunciado. Miranda (2010) compara exemplos de “gêneros do discurso” propostos por Maingueneau (provérbio, cabeçalho dos artigos de jornais) e de “gêneros de texto” apresentados por Rastier (exemplos de linguística, títulos de tratados) e afirma que, para cada autor, há consonância entre o que eles concebem como as noções de texto e de discurso. Para a autora, de acordo com suas escolhas terminológicas, esses exemplos não se constituem gêneros de texto: “(...) se estas etiquetas identificam unidades de materialização do uso da língua relativamente estabilizadas, elas não são auto-suficientes do ponto de vista comunicacional” (p.91). Miranda (2010) explica isso dando como exemplos o anúncio publicitário e o debate político, cujas formas são, para a autora, autossuficientes, ou seja, têm funcionamento autônomo. Já um exemplo de linguística ou um cabeçalho de artigo de jornal “só são produzidos e compreendidos no quadro de uma unidade¹³ maior onde ganham sentido” (p.91). Para a autora, esses dois últimos exemplos são considerados gêneros de enunciado que se integram a gêneros de textos, pois se trata de “formas de estruturação do material linguístico que, apresentando uma relativa estabilidade (semântica, composicional, pragmática, disposicional, etc.), constituem formatações não autónomas”. (p.91). Ainda reitera que, por exemplo, um artigo científico, por ser autossuficiente da perspectiva comunicacional, se configura como um gênero de texto, no qual há a possibilidade de identificar diferentes gêneros de enunciado, como o título, o resumo, a listagem de palavras-chave, as notas de rodapé

¹³ Miranda denomina esta unidade como texto.

etc. Julgamos desnecessária essa terceira “proposta” de denominação dos gêneros, visto que, independente da esfera discursiva e do texto que se produzirá, haverá sempre enunciados.

Concluindo esta discussão, parece-nos que Miranda, que tinha como propósito sobre a problemática do gênero pontuar pontos de vista e justificar a escolha de determinada tipologia (“gênero do discurso”, “gênero de texto” ou “gênero de enunciado”), acabou por fazer uma miscelânea de conceitos, em que, por vezes, uma noção se iguala a outra ou a sobrepõe.

(...) a forma **gêneros do discurso** pode corresponder a qualquer uma das outras duas, na medida em que se refere a configurações relativamente estáveis da língua em (disc)u(r)so. Os **gêneros de texto** são aquelas formatações que funcionam de forma autônoma na comunicação, enquanto que reservamos a noção de **gêneros de enunciado** para dar conta das construções verbais que, apresentando também uma certa estabilidade reconhecível, carecem da auto-suficiência associada à unidade *texto*. Nesse sentido, o emprego da forma **gênero** sem especificação pode remeter para qualquer uma destas possibilidades. (p.92).

Nossa pesquisa adota a terminologia *gêneros textuais*, pois entendemos que são eles, os textos, que se materializam em situações comunicativas cotidianas, seguindo padrões sociocomunicativos, que, por sua vez, são definidos por “composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas” (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

3.5 Intertextualização

Miranda (2010) considera o diálogo entre gêneros uma relação secundária, pois se funda num outro processo que a autora considera primário: a textualização. Para a autora, a textualização é “um processo de construção da unidade comunicativa *texto* realizado conforme as possibilidades de organização associadas a um *gênero*”. (p.106).

A inter-relação de textos e gêneros basear-se-ia nas dimensões social (fatores de ordem sociológica, cultural e histórica), psico-cognitiva (representações, conhecimentos, estratégias, intenções e emoções) e semiolinguística (semiotização). Em seu estudo, Miranda (2010) se detém na dimensão semiolinguística, mas considera todas as dimensões como imprescindíveis no processo de textualização. A escolha por uma

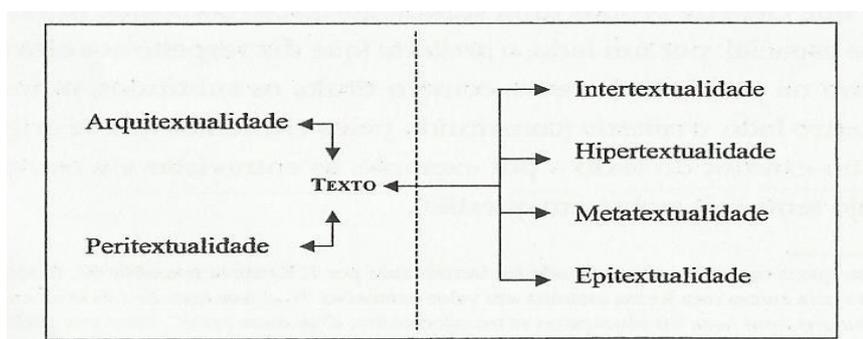
das dimensões (no caso a dimensão semiolinguística) em detrimento das outras se justifica apenas por razões de ordem metodológica e disciplinar (p.106).

3.5.1 O fenômeno da intertextualização

Em suas reflexões sobre as modalidades de relação entre gêneros e textos, Miranda (2010) defende a existência de duas delas: a textualização e a intertextualização. A primeira concerne à relação primária entre um texto e o gênero no qual esse texto se materializa, constituindo, assim, uma relação necessária em toda produção textual. Já a segunda é concebida, conforme a autora, como uma relação secundária que se baseia no processo de textualização. Ou seja, “(...) constitui um processo de produção textual em que se põe em relação de co-presença traços de parâmetros de textualização associados a gêneros diferentes” (p.172).

A autora recorre à obra de Genette, *Palimpsestos*, que versa sobre as relações transtextuais, isto é, uma proposta de sistematização das modalidades da “transcendência textual dos textos” (p.172). Mesmo que esse estudo de Genette seja enquadrado na Teoria Literária, Miranda (2010) reconhece que a categorização proposta pelo autor é de grande valia para as investigações sobre os textos em geral em outra esfera da atividade de linguagem, porque a considera flexível, admitindo sobreposições e cruzamentos. A linguista argentina redistribuiu as categorias propostas por Genette – já comentadas no capítulo 2 -, da seguinte maneira:

Quadro 4: Reorganização das relações transtextuais



Fonte: Miranda (2010)

As relações de arquitextualidade e peritextualidade correspondem ao âmbito da *textualização*. As demais relações ligam dialogicamente dois ou mais textos e/ou

gêneros e estão situadas no âmbito da *subdimensão interativa*¹⁴. Em suma, Miranda (2010) diz que todas estas modalidades sempre se submetem à textualização.

Como o objetivo maior da pesquisa da autora é entender as misturas e hibridações genéricas, seu interesse pelo estudo de Genette (2010), além do motivo justificado anteriormente, é verificar em que medida a categorização proposta pelo autor contempla as formas de cruzamento de gêneros. Sobre isso Miranda (2010) diz que

(...) de entre as quatro modalidades em que se faz intervir entidades alheias ao texto singular, três correspondem exclusivamente a formas de interação textual. De facto, a metatextualidade e o epitexto constituem classes particulares da intertextualidade – ou seja, da relação entre textos empíricos. Já o caso da hipertextualidade resulta mais complexo, uma vez que corresponde a ligações ou ‘diálogos’ que se estabelecem quer entre textos empíricos quer entre gêneros, ou, ainda, entre estilos. (p.175)

O esquema geral de relações hipertextuais, propostas por Genette (2010, p. 37), identifica duas formas de relação sob três regimes diferentes. As relações podem ser de transformação (quando um texto foi alterado e gerou outro) e de imitação (quando há imitação de estilos de um autor, de uma época ou de um gênero). Já os regimes são: o lúdico, o satírico e o sério (cf. Quadro 1). Para Miranda (2010), a hipertextualidade não dá conta dos cruzamentos genéricos, mas admite que se trata de uma relação mais abrangente e específica (p.176).

Depois de analisar as relações transtextuais de Genette, Miranda (2010) conclui que a proposta do autor é “sólida e fundadora”, mas peca pela “ausência de uma noção que dê conta especificamente dos cruzamentos genéricos” (p.176), acrescentando que a noção de intertextualidade é restrita, precisa e limitada, apesar de se tratar de uma noção ambígua e/ou instável até os dias de hoje. Para comprovar isso, a autora apresenta as definições de alguns estudiosos do assunto para o termo intertextualidade. Vejamos:

i) Maingueneau: considera-a como uma propriedade constitutiva de qualquer texto e um conjunto de relações que um texto (ou um grupo de textos) estabelece com outros textos;

¹⁴ Miranda enquadra essa subdimensão no conjunto de (sub)dimensões semiolinguísticas e admite ter retomado a proposta de Adam e algumas contribuições do modelo do Interacionismo Sociodiscursivo.

ii) Koch: à semelhança de Maingueneau, reconhece existir a intertextualidade *lato sensu* (ou em sentido amplo) e a intertextualidade *stricto sensu* (ou em sentido estrito), caracterizada por marcas específicas;

iii) Beaugrand e Dressler: constitui umas das sete normas de textualidade, intervindo na construção da coerência textual.

Após elencar essas noções sobre intertextualidade, Miranda (2010) reafirma que, “no quadro desta concepção lata e polivalente da noção, não resulta estranho que a questão das relações intergenéricas surja associada à intertextualidade” (p.178).

Para a literatura e a publicidade, embora não seja exclusividade de ambas, o questionamento é: qual noção permite dar conta especificamente das relações entre gêneros diferentes no interior de um único texto? Daí Miranda (2010) ver a necessidade de buscar expressões alternativas, já que o termo *intertextualidade* deixa a desejar. A autora argumenta a criação de um novo termo com base nas definições que julga manter ambiguidades entre as diferentes denominações propostas, como:

i) Marc Bonhomme, que, tentando lidar com este problema de questão teórica, recorre à noção de “pastiche” trabalhada por Genette. A partir disso, o autor diferencia “pastiche de gênero” de “pastiche de estilo”. Apenas o primeiro diz respeito aos cruzamentos genéricos. Isso demonstra que o termo “pastiche” é insuficiente para referir as relações entre gêneros. Mas ele é uma das formas em que dois ou mais gêneros podem cruzar-se no interior de um texto.

ii) Alexandra Pinto, trabalhando com o discurso publicitário, propõe a ideia de intertextualidade na arquitekstualidade quando da convocação de outros gêneros na publicidade. A autora diz que “[...] por vezes, não é um texto em particular que ecoa por trás de um determinado anúncio, mas sim um conjunto de características que diferenciam um determinado esquema textual prototípico face a outros.” (PINTO, 1997, p.135 *apud* MIRANDA, 2010, p.180).

iii) Ana Mafalda Leite, estudando literatura africana em língua portuguesa, fala sobre a representação dos gêneros orais na obra “Terra sonâmbula”, de Mía Couto. Para ela, a noção de intertextualidade é insuficiente para trabalhar a inter-relação entre oralidade e literatura. Então, propõe a noção de relação intersemiótica como a “mais adequada para

estes estudos críticos, uma vez que não privilegia apenas os textos, enquanto matéria verbal”. (LEITE, 2003, p.45-46 *apud* MIRANDA, 2010, p.181).

iv) Marcuschi, a partir da proposta de Ursula Fix, recorre à noção de intertextualidade intergêneros para designar “o aspecto da hibridação ou mescla de gêneros em que um gênero assume a função de outro” (MARCUSCHI, 2003, p.31 *apud* MIRANDA, 2010, p.182).

Seguindo essas considerações, Miranda (2010) propõe “uma noção para tratar a problemática dos cruzamentos genéricos” (p. 183): a intertextualização. Para a autora, esse fenômeno ocorre quando “(...) um dado texto, que se inscreve num gênero textual determinado, apresenta traços que se associam a outros gêneros diferentes do próprio”, conforme o exemplo 9, em que a autora considera o anúncio publicitário como gênero convocante e os classificados como gênero convocado. Seus argumentos para o reconhecimento deste processo são: em relação ao classificado de jornal, a disposição e a temática típicas desse gênero dão indícios de seu reconhecimento; já para o anúncio publicitário, as pistas seriam o enunciado “*Quem lê, sabe mais*”, que faz uso do imperativo, comum nesse tipo de gênero, e a advertência “*Estes textos são simulados*”, que guia, de certa forma, a leitura no intuito de evitar ambiguidade.

Figura 6: Anúncios classificados

(9)

ESTES TEXTOS SÃO SIMULADOS

ESCRITÓRIO
para cargo de direcção em empresa multinacional. Boa remuneração. Edge-se conhecimentos de inglês e informática.
☎ Tel. 21 555 2345

EXECUTIVO
para cargo de direcção em empresa multinacional. Boa remuneração. Edge-se conhecimentos de inglês e informática.
☎ Tel. 21 555 2345

ESTRADA DA LUZ
3 lojas - Aluguer - Localização: Av. das Torres Velhas, 3 fracções, podem ser ligadas. 200m2 área, para qualquer ramo. Inveitor (AM 9803)
☎ 227 992 079/Tel. 923 345 069

CASA PARA FÉRIAS
Aluguer - 2 quartos, cozinha equipada, piscina, jacuzzi, etc.
☎ 221411 925441251

LOJA-SETÚBAL
Trespasse €15000
40m2, renda €850, qualquer ramo.
Praceta D. Pedro I, 2-A
☎ 244 734 234 - 243 456 789

MOTA SR-250
estado impecável, de garagem!
Oportunidade! Renda: €900,00.
Particular ☎ 214125

TERRAÇOS DE ALCobaça
Cede-se posição
T2, 2 lugares garagem. Urgente
☎ 944 234 567

Comércio
Toda tipo de viaturas
reguladas. Av. da
Aberto Aluguer
Mesmo crédito por
da de Noite, 30 A/B
45 345 789

Diário de Notícias
Publicação de Anúncios no Domingo, 11.
de 9h às 12h, das 8h às 10h horas
diárias, das 8h às 13h horas
☎ 213 421 777 - Ligar para Notícias

SALDOS
Conciliada e em
terminada de crédito,
em artigos de
Elaborar
Informações

Andares
Lisboa - R. Moeiros - T4,
c/ estacionamento
Venda Oeiras
T2 c/ estacionamento
Venda/Aluguer
Av. Ibiz - 9 assoalhadas
Aluguer
Cascais - Praia do Guincho
T3 c/ garagem - Venda.
Contacto pelo Tm. 927 291 221
A. Oliveira Silva AM 9340

MORADIA
Casalotes (160m da Vila Tempero)
Razoável estado conservação.
1 suite, c/ varanda + 3 quartos
esq. sala, adega, arrecadado, garagem.
Estrad. 4328 499.3518 926 248 989

USADOS DE QUALIDADE
Com garantia e facilidades
Com os seus direitos, até 60 meses
Samuca & Gonçalves, LDA
Av. da Liberdade, 25-B, Lisboa
☎ 244 345 678

VENDO
Consola Playstation 2, muito
pouco uso. Com controles novos
e comando de TV. Acompanha 3 jogos.
Pisa 2002, GT3 e Metal Gear 2000.
☎ 924583741

REFORMADO/A Part-Tim
Para serviço externo, precisa-se
para escritório em Lisboa.
Marcar entrevista pelo tel. 254 345 1

ALUGA-SE
Ao Salgueiro, escritório. Área 60m.
150m2, 2 estacionamentos
Telef. 223 003 110

Golden record
ninhada de pais pro
já registados procura
nova. ☎ 213970

Anúncios Classificados é no DN.

Quem lê, sabe mais.

Fonte: Miranda (2010)

Miranda (2010) define intertextualidade como as diversas modalidades de relação entre dois ou mais textos empíricos (ou fragmentados) no interior de um único texto. Seriam as formas de copresença (citação, alusão plágio, comentário) e de derivação (paródia). Para nós, há outra forma de intertextualidade por copresença que não foi contemplada por Miranda (2010): a referência, noção proposta por Pièggy-Gros

(2010) - já comentada por nós anteriormente. Sobre esse termo, a autora assevera: “(...) é uma forma explícita de intertextualidade. Mas ela não expõe o outro texto ao qual nos remete. É, portanto, uma relação *in absentia* que ela estabelece” (PIÈGAY-GROS, 2010, p.223). Nós acrescentaríamos que a referência, na verdade, seria uma interseção entre citação e alusão: o intertexto não apresentaria claramente sua fonte, porém traria pistas que propiciassem ao leitor o reconhecimento do fenômeno intertextual, como no exemplo 10. Este é um caso claro de referência, pois, como o próprio nome já diz, refere-se a uma história da mitologia grega sem, no entanto, recorrer literalmente a alguma passagem do texto que fale sobre ninfas ou sobre Tétis.

(10)

(...) Se isto vos parecer enfático, desgraçado leitor, é que nunca penteastes uma pequena, nunca pusestes as mãos adolescentes na jovem cabeça de uma ninfa ... Que ninfa! Todo eu estou mitológico. Ainda há pouco, falando dos seus olhos de ressaca, cheguei a escrever Tétis; risquei Tétis, risquemos ninfa, digamos somente uma criatura amada, palavra que envolve todas as potências cristãs e pagãs. (...)

Machado de Assis, *Dom Casmurro*, cap. 33

Para a linguista, a noção de intertextualização deve ser próxima e, simultaneamente, diferente da noção de intertextualidade, bem como deve exprimir o duplo valor de processo e de resultado. Em outras palavras: intertextualidade e intertextualização são processos dialógicos específicos. O diferencial entre esses dois fenômenos se refere às entidades envolvidas em cada um: textos ou fragmentos de textos, no caso da intertextualidade, e gêneros, no caso da intertextualização.

Seguindo a proposta de Authier-Revuz (1990) sobre a heterogeneidade¹⁵ enunciativa, Miranda (2010) toma de empréstimo o termo “constitutivo”, juntamente com o termo “estratégico” – escolhido pela autora -, para tecer algumas especificações dos processos de intertextualidade e de intertextualização.

Para Miranda (2010), há textos que só podem existir a partir da existência de um determinado texto anterior. Por exemplo, uma resenha crítica só é produzida se tiver como base outro texto para, a partir dele, se realizar. A isso Miranda (2010) define como *intertextualidade constitutiva*.

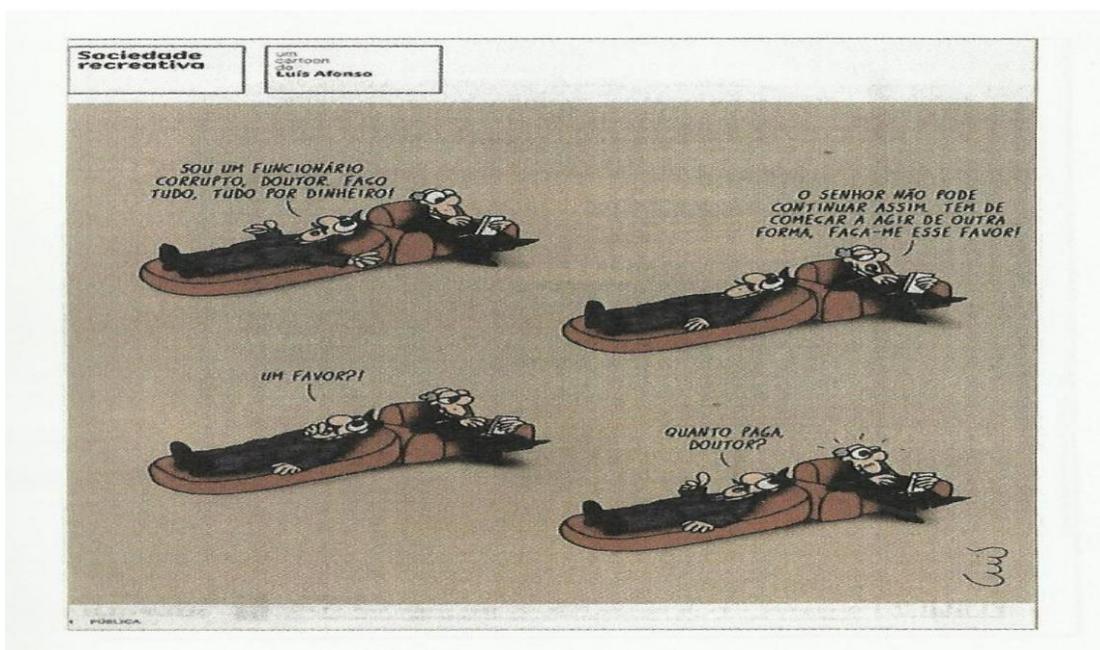
¹⁵ Authier-Revuz (1982) chamou de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva* a “presença de outros discursos, isto é, de outra fonte enunciativa, num dado discurso, seja essa fonte identificável ou não”.

Já a *intertextualização constitutiva* concerne à relação necessária entre dois ou mais gêneros textuais no interior de um texto. Seriam os gêneros secundários de Bakhtin (2010). A autora mostra o exemplo 11, um cartum retratando uma sessão de terapia psicológica, classificando como gênero convocante o *cartum* e gênero convocado a *sessão de terapia*. Eis a explicação de Miranda (2010) para o exemplo:

O gênero *cartoon* precisa de mobilizar diferentes formas genéricas para a sua realização (...). Muitas vezes trata-se de gêneros orais, embora, como se observará em outros exemplos deste trabalho, esta não seja a única possibilidade. No caso escolhido, o texto convoca parâmetros (temáticos, enunciativos, composicionais) do gênero ‘sessão de terapia psicológica’.
(p.188)

Figura 7: Charge “Sociedade recreativa”

(11)

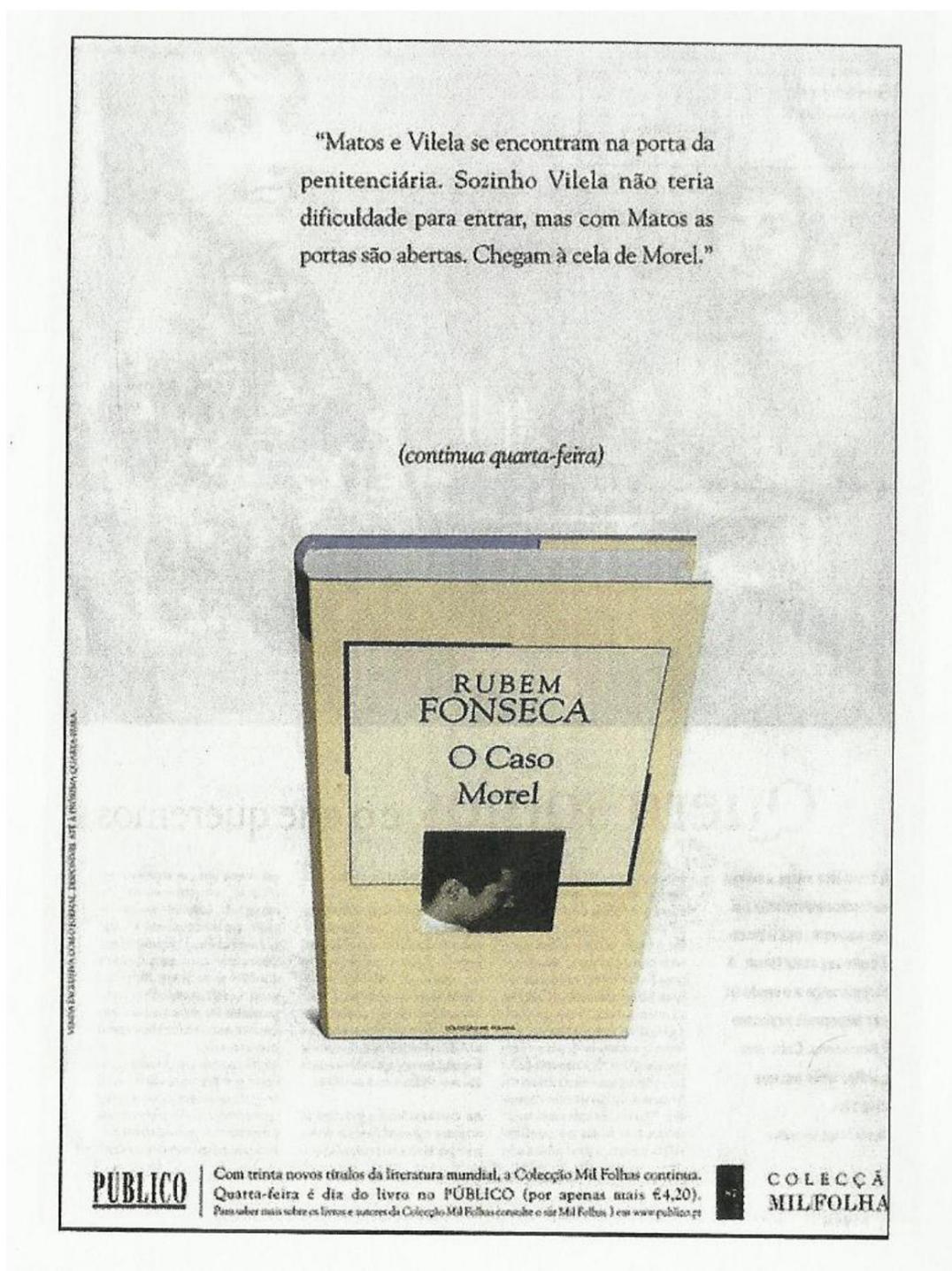


Fonte: Miranda (2010)

As diferentes formas de integração de textos anteriores (citação, alusão, paródia, plágio) foram denominadas de *intertextualidade estratégica*. No exemplo 12, há uma citação da obra “O caso Morel”, de Rubem Fonseca, usada como estratégia para aguçar a curiosidade do leitor, bem como fazê-lo comprar o livro da coleção “Milfolhas”.

Figura 8: Rubem Fonseca - O Caso Morel

(12)



Fonte: Miranda (2010)

A *intertextualização estratégica*, conforme Miranda (2010), é um processo de construção textual em que são convocados traços concernentes a gêneros diferentes daquele em que o texto se inscreve, não se tratando de uma relação causal necessária –

“ou seja, este texto poderia ‘existir’ sem a convocação de outras formas genéricas” (p.188). O texto 13, por exemplo, inscreve-se no gênero artigo, mas incorpora traços característicos do gênero conto maravilhoso (expressão ritualizada e organização descritivo-narrativa dos dois primeiros parágrafos).

Figura 9: Artigo de opinião

(13)



Fonte: Miranda (2010)

Miranda (2010) considera intertextualidade e intertextualização dois processos diferenciados, mas que apresentam características comuns. Para a autora, esses fenômenos podem ser observados sob duas perspectivas: o modo de funcionamento geral e as operações de realização.

No que tange ao funcionamento geral, há três aspectos a serem observados:

i) O modo como influem nestes processos os condicionamentos genéricos e discursivos;

- ii) Os “regimes”¹⁶ em que ambos os processos podem funcionar;
- iii) O papel dos conhecimentos partilhados nos dois processos.

Nos aspectos i) e ii) há traços convergentes nos dois fenômenos. Na intertextualidade as formas de citação variam conforme os gêneros e os âmbitos discursivos. Na intertextualização, as possibilidades de construção não são livres e arbitrárias, a fim de evitar ambiguidades e problemas ao nível da coerência textual. Por exemplo, um médico escrever uma receita com traços de carta pessoal causaria dúvida quanto à autenticidade do texto, implicando no não desempenho de sua função social.

Especificamente no traço ii), a escolha de determinado “regime” está sujeita aos âmbitos discursivos e aos gêneros. Já a escolha de um texto ou de um gênero faz parte de alguma estratégia discursiva que orienta a construção do texto convocante. Gêneros convocados e gêneros convocantes podem legitimar o discurso; introduzir argumentos, contra-argumentos, exemplificações, comparações, avaliações etc.; facilitar a captação da atenção para a leitura (ou para a escuta); imprimir no gênero convocante funções e características próprias dos textos ou dos gêneros convocados.

Quanto ao papel dos conhecimentos partilhados e das representações há uma divergência. Na intertextualidade, os gêneros convocados podem ser conhecidos ou desconhecidos pelo destinatário. Miranda (2010) defende que, caso o texto convocado seja desconhecido, haverá marcas específicas para explicitar a intertextualidade (pontuação, verbos *discendi*, introdutórios do universo de discurso como “segundo fulano...), como no exemplo 14. Se o texto convocado for conhecido, haverá uso de formas não marcadas (alusão, reformulações). De acordo com a autora, “(...) também se observam procedimentos linguísticos específicos que dizem respeito à substituição, à troca, ao acréscimo ou à eliminação de elementos do texto (ou fragmento citado)” (p. 192).

¹⁶ No sentido genettiano: lúdico, satírico, sério, humorístico, polêmico e irônico.

Figura 10: Publicidade

(14)

A 11:50 A TEMPERATURA AUMENTA. NADA QUE O
 AE CONDIÇÃO NÃO POSSA, ENQUANTO
 NÃO CHEGA A MADRUGADA DO PORTIMÃO.

11:50
 FICAMOS POR MAIS UM DIA DE AGUSTAMENTO, O
 SÓTIMO. O CARLOS ANDA QUE TOMAR CAFE NA
 COM O TOYOTA YARIS D-4D EDITION-EXCEL DE 1000
 COM DIREÇÃO E DA VONTADE MUITO DA DA VONCA
 PORÉM TRANSPORTANTE COM MUITA COMBUSTÃO
 TRANSPORTA ENTRE TUDO A POTÊNCIA.

**"Demos a volta a Portugal sem
 2,7 Litros aos 100Km. Foi com esta média impressionante
 mundo automóvel, Carlos Blanco e Helder de Sousa, deram
 1.311Km com apenas 35,39 litros de combustível (para**

TOYOTA
 DIESEL

A forma séria como a curva da...
 satisficou-me. Tinha um controle total do
 automóvel. A uma velocidade limite e com
 uma visibilidade extraordinária. 95 cavalos permitem
 12,6 segundos na aceleração dos 0 aos 100 km/h, o que é
 extraordinariamente interessante. Se quiser alguma coisa sobre
 a abstração do motor D-4D, elas acabaram por me

17h20
 o início do posto de abastecimento de Pico Para três
 infinitamente. O motor D-4D é o mais mane econômico do
 seu segmento. Com estes níveis de consumo, nunca vamos sofrer
 nunca nos custos tradicionais das familiares. Preciosa

17h55
 fomos a cidade de Pico. Tudo me como se tivesse a
 iniciar a viagem. O TOYOTA YARIS é absolutamente um
 veículo seguro interior e economia de consumo perfeita,
 para grandes viagens...

encher o depósito (1.311Km)."
 que dois dos mais importantes jornalistas portugueses do
 a volta a Portugal no novo Toyota Yaris D-4D. Fizeram
 um depósito de 45 litros) e deram ao Yaris mais um recorde.

CEGONA AO PARQUE DAS NAÇÕES,
 DIA 21 DE MAIO, ÀS 8 HORAS DA MANHÃ.

YARIS
TOYOTA

O exemplo 15, a seguir, mostra que a intertextualidade não marcada constitui uma estratégia limitada a um texto singular. É comum ver os gêneros textuais ligados à esfera publicitária recorrerem a esse tipo de estratégia para desenvolver uma campanha. Como vemos, trata-se de dois pacotinhos de açúcar que incorporaram frases reformuladas de dois enunciados que se supõem conhecidos pelo destinatário: “Bebo café, logo existo” (Penso, logo existo) e “Se a fé move montanhas, o café ajuda a subi-las” (A fé move montanhas). Se o leitor não (re)conhecer os enunciados aludidos, a intertextualidade ainda será um fenômeno presente neste texto, mas perderá o efeito lúdico – que entendemos ser o objetivo do produtor do texto.

Figura 11: Provérbios modificados

(15)



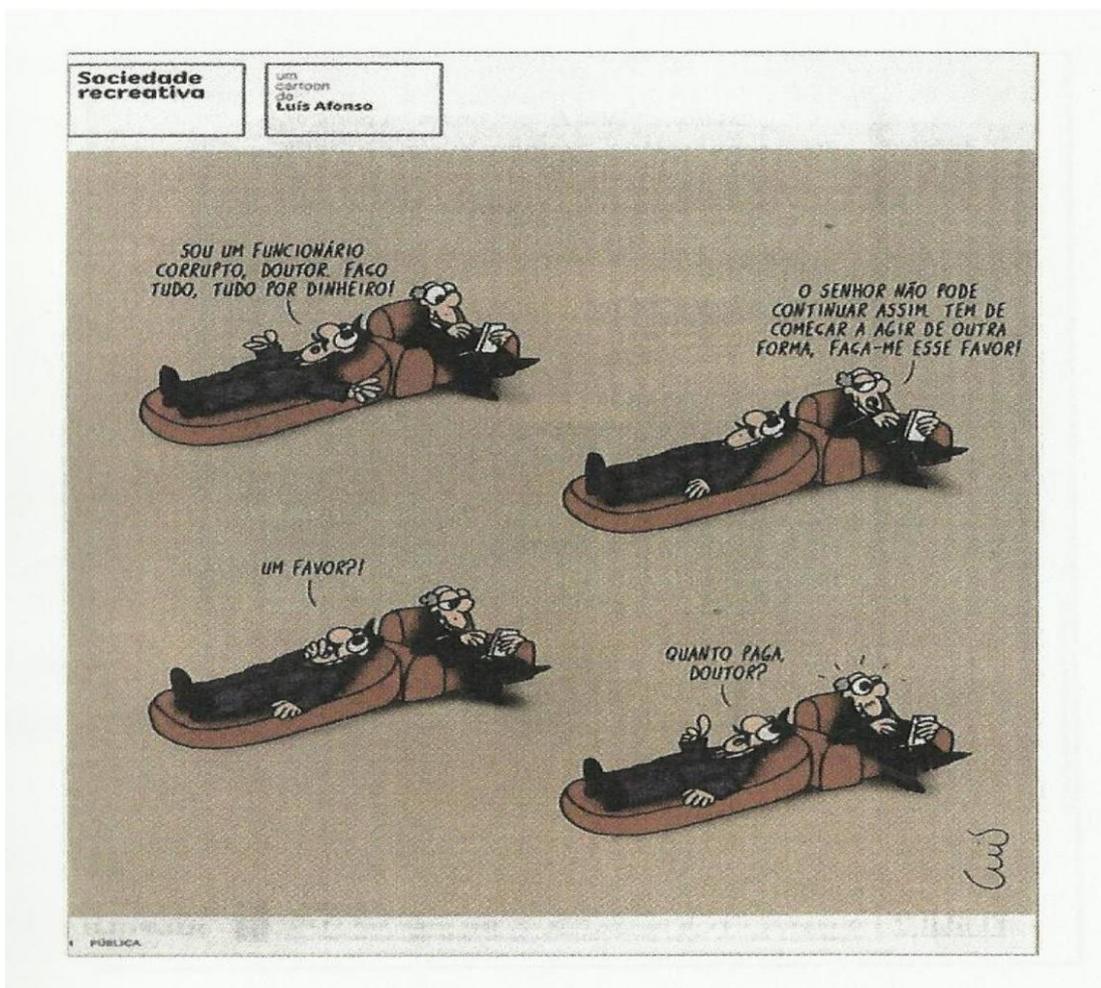
Fonte: Miranda (2010)

Quanto ao processo de intertextualização, Miranda (2010) assevera que o destinatário sempre será capaz de identificar o(s) gênero(s) convocado(s). Nesse ponto, não concordamos com a autora, visto que um fenômeno dessa natureza não depende de um ou outro leitor para existir, ou seja, assim como na intertextualidade, o não reconhecimento da intertextualização por determinado sujeito não implica sua inexistência. Assim, concluímos que nem sempre o destinatário identificará o gênero convocado. Para confirmar seu argumento, Miranda (2010), mais uma vez, recorre ao exemplo 11 – já comentado por nós neste capítulo - considerando que um cartum retratando uma sessão de terapia psicológica trataria de uma relação de intertextualização, uma vez que o gênero convocante seria o cartum e gênero convocado seria a sessão de terapia. Para nós, conforme salientado anteriormente, este pode ser um

caso de intertextualização, mas não a *constitutiva*, pois um cartum não expõe obrigatoriamente um gênero.

Figura 7: Charge “Sociedade recreativa”

(11)



Fonte: Miranda (2010)

Passando aos processos de realização da intertextualidade e da intertextualização, Miranda (2010) observa que existem três classes de operações: a *introdução*, a *reformulação* e a *imitação*. Contudo, a autora adverte que cada um dos processos apresenta especificidades em relação às operações que realiza. O quadro abaixo mostra cada processo e suas respectivas operações e formas ou modalidades.

Quadro 5: Processos, operações e formas

PROCESSOS	OPERAÇÕES	FORMAS OU MODALIDADES
INTERTEXTUALIDADE	Introdução (reprodução sem alterações)	Citação Plágio ...
	Reformulação (substituição, eliminação, acréscimo ou troca de constituintes)	Alusão Paródia ...
INTERTEXTUALIZAÇÃO	Introdução (actualização de outro/s género/s)	Encaixe Fusão ...
	Imitação (ficcionalização de outro/s género/s)	Pastiche parcial Pastiche global ...

Fonte: Miranda (2010)

Miranda (2010) considera a *introdução* e a *imitação* as duas operações basilares do processo de intertextualização: os gêneros convocantes introduzem ou imitam traços que se associam aos gêneros convocados. Para identificar as formas de intertextualização, a autora propõe sete critérios diferentes. Vejamos quais são:

i) Necessidade e/ou opção

Neste critério, a autora analisa duas condições

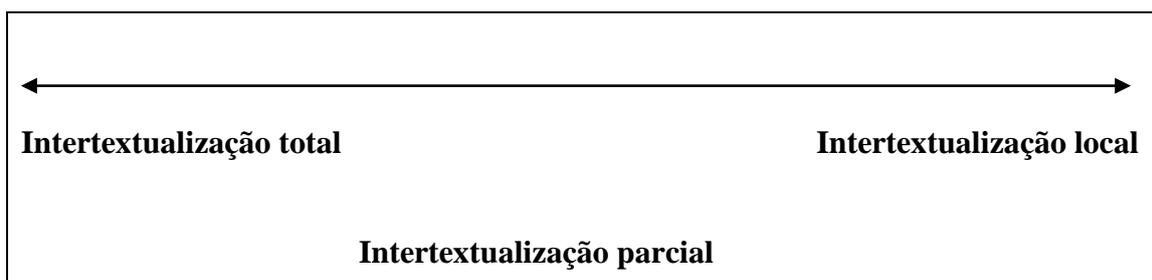
- a) se a intertextualização é uma ‘necessidade’ do gênero convocante e, simultaneamente, uma opção do texto;
- b) se se trata de uma estratégia do texto, não constituindo uma necessidade do gênero convocante.

A partir disso, Miranda (2010) apresentou duas modalidades: intertextualização (gênero convocante) constitutiva e estratégica (texto) e intertextualização estratégica (texto).

ii) Área de cobertura no texto empírico

Miranda (2010) leva em consideração o modo como a intertextualização se localiza nos textos. Isto é, de acordo com a natureza dos textos (escritas, orais, audiovisuais), trata-se da localização espacial, temporal ou espaço-temporal no processo em cada texto empírico. Abaixo, o quadro demonstra uma escala na qual se pode observar os pontos mais próximos ou mais distantes das formas total e local.

Quadro 6: Escala sobre a área de cobertura no texto empírico



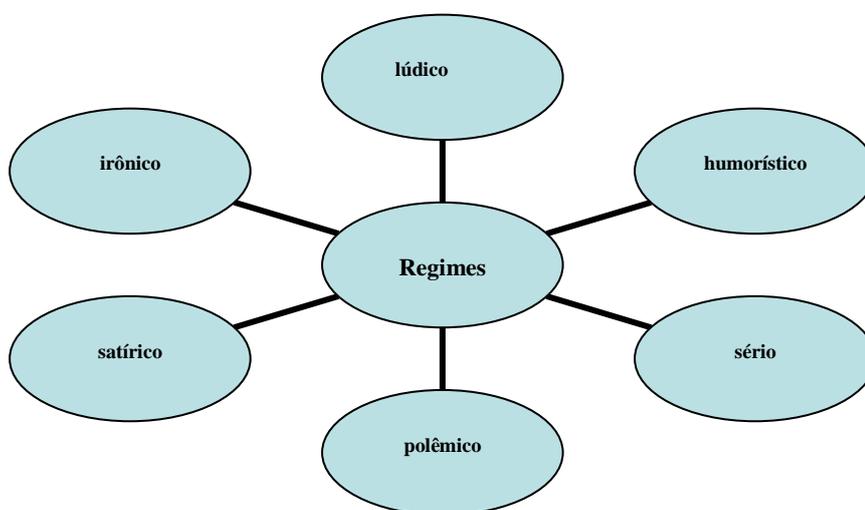
Fonte: Miranda (2010)

Com isso, a autora acredita que se pode distinguir “as intertextualizações que incidem sobre todo o texto daquelas que incidem sobre partes específicas do texto” (p. 351). Para nós, esse critério é muito subjetivo, não possibilitando uma concordância quando se trata de apontar a ‘área de cobertura’ de um texto. O que pode ocorrer é que determinado texto seja interpretado sem que necessariamente se consiga “medir” a área de cobertura da intertextualização.

iii) Regime do texto

Para formular este critério, Miranda (2010) recorreu a uma noção proposta por Genette (2010). Estudando as relações de derivação, o autor cunhou o termo ‘regime’ para dar conta do funcionamento sociopsicológico do hipertexto nesse tipo de relação. Vale ressaltar que um texto pode funcionar sob mais de um regime, sendo que haverá um mais dominante.

Figura 12: Esquema de regimes – Genette (2010)



Fonte: Adaptado pela autora.

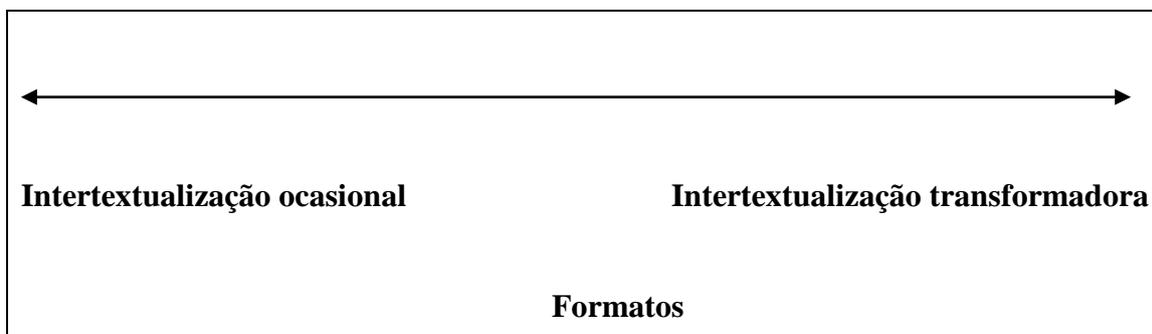
Este critério casa com um ponto que julgamos ser importante em nossa proposta didático-pedagógica: além de identificar os fenômenos de intertextualidade e de intertextualização, faz com que o destinatário depreenda o sentido do texto segundo o motivo que levou o produtor do texto a optar por determinado recurso e objetivo (criticar, entreter, alertar etc.).

iv) Grau de estabilização e recorrência

À semelhança do segundo critério, este também apresenta uma escala com dois polos, os quais Miranda (2010) denominou de **intertextualização ocasional** e **intertextualização transformadora**. O que está em foco neste critério é o fato de a convocação de um determinado gênero ser uma construção mais ou menos recorrente no gênero convocante (MIRANDA, 2010, p.353). A autora argumenta:

(...) os textos que recorrem aos cruzamentos genéricos podem estar situados no (ou estar mais orientados para o) pólo da forma ocasional ou da modalidade transformadora. Quanto mais recorrente e estabilizada for a intertextualização que se propõe, mais próximos estarão os textos de se situarem no campo da intertextualização transformadora. Nesses casos, os textos estão organizados de acordo com '**formatos**'¹⁷ mais ou menos estáveis. (p. 353).

Quadro 7: Escala de grau de estabilização e recorrência



Fonte: Miranda (2010)

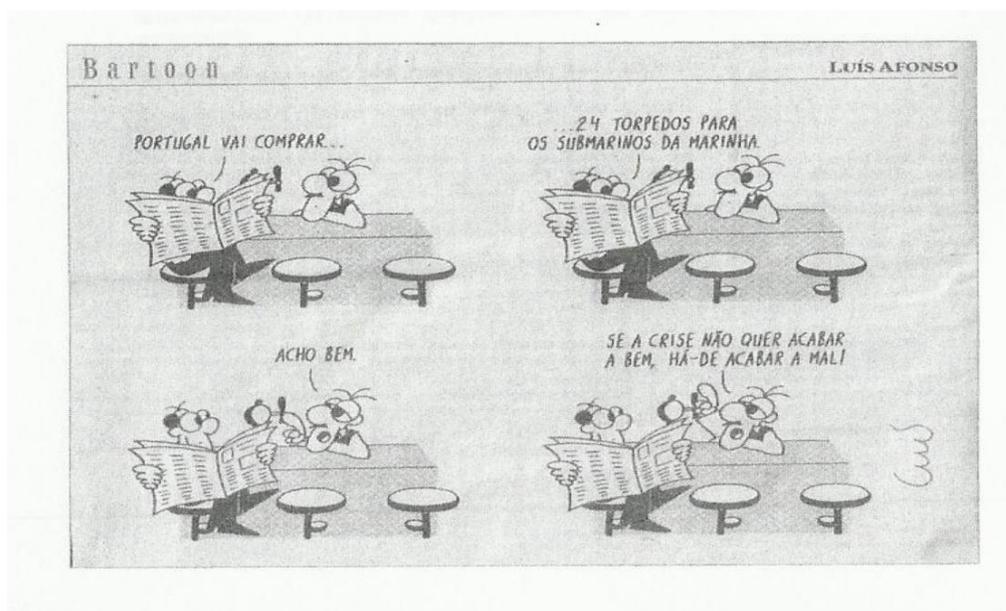
Assim como o segundo critério, este nos parece muito subjetivo, visto que não há a possibilidade de se mensurar todos os processos de intertextualização e caracterizá-los consoante uma graduação – como a proposta por Miranda (2010). Para ratificar nosso ponto de vista, em sua pesquisa, grande parte dos exemplos analisados pela linguista se encontra no polo da intertextualização ocasional, no entanto, não deixa claro

¹⁷ Formatos, segundo Miranda, são organizações recorrentes que podem estar na origem de novos gêneros e insuficientemente estabilizadas e/ou difundidas no uso.

como chegou a tal conclusão. Para as intertextualizações mais estabilizadas, a autora destacou os textos que o autor Luís Afonso publica numa seção do jornal português *Público*, chamada “Bartoon”, ilustrada no exemplo 16. Trata-se de um cartum em que, regra geral, há dois personagens num bar, o empregado e um cliente, que conversam sobre algum tema da atualidade.

Figura 13: Bartoon

(16)



Fonte: Miranda (2010)

Esse cruzamento entre gêneros (cartum e conversa de bar) é denominado por Miranda (2010) de **formato de autor**, pois “(...) a intertextualização entre os dois gêneros não é ocasional, constitui uma organização a que o autor recorre regularmente (...)” (p. 354).

v) Atividades de linguagem (ou espécies de discurso)

Os gêneros são categorias que se ligam a práticas sociais diversificadas, que, por sua vez, se associam aos usos linguísticos particulares que constituem “espécies de atividades de linguagem”, como assinala Bronckart, ou “tipos de discurso”¹⁸, segundo

¹⁸ Por não adotarmos a noção de tipos de discurso, do ISD (Interacionismo Sociodiscursivo), não lançaremos mão dos critérios que envolvem este tipo de parâmetro. A Linguística Textual assume uma visão de discurso conforme os pressupostos da Análise do Discurso.

Maingueneau e Rastier (cf. MIRANDA, 2010, p.355). Levando em conta essas considerações, Miranda (2010) distinguiu dois fenômenos que se realizam nos textos empíricos: a intertextualização intradiscursiva e intertextualização interdiscursiva.

Na intertextualização intradiscursiva, o gênero convocante e o gênero convocado pertencem ao mesmo âmbito discursivo. No exemplo 17, a autora considera o gênero convocante pertencente à esfera publicitária e o gênero convocado um trailer de filme. Para nós, evocar uma frase típica de um trailer de filme (“Numa sala perto de si”) não é incorporar esse gênero ao texto em questão. Aqui se trata de um anúncio publicitário que faz uso de um enunciado comum em trailer de filme, visto que este gênero textual aciona outros elementos semióticos (verbal, não verbal, audiovisual).

Figura 14: Publicidade LG

(17)



Fonte: Miranda (2010)

A intertextualização interdiscursiva ocorre quando o gênero convocante e o gênero convocado pertencem a âmbitos discursivos diferentes. No exemplo 18, há o cruzamento entre gêneros que são comuns à publicidade e à área da saúde. De um lado, um anúncio (gênero convocante) de um medicamento que lança mão da estrutura de uma bula (gênero convocado). O destinatário constatará que se trata de uma propaganda porque há um slogan (“Força da natureza”) e frases com o objetivo de persuadir o leitor a consumir o remédio – recurso este que é muito corrente nos gêneros publicitários. A nosso ver, o gênero bula foi incorporado ao texto com o intuito de reforçar os argumentos a favor do uso do medicamento.

Figura 15: Ginsana

(18)

O QUE É O STRESS?
A definição clássica corresponde a uma reação a qualquer interferência ou estímulo, que perturba o equilíbrio mental ou físico de uma pessoa e interrompe o seu funcionamento normal. Quando acontece em excesso, provoca cansaço físico, mental e sexual, além de fragilizar o nosso sistema imunitário, abrindo caminho para outras doenças. No nosso dia a dia, torna-se impossível evitar a maior parte destes estímulos (por exemplo, as exigências na vida profissional e familiar, exames, trânsito, as relações interpessoais). A solução passa por ajudar o organismo a responder positivamente ao stress, eliminando os sintomas que desgastam física ou psicologicamente o indivíduo.

O QUE É O GINSENG?
É uma planta cuja raiz tem propriedades medicinais reconhecidas há mais de 4 mil anos pela medicina tradicional chinesa.

O QUE É O EXTRACTO DE GINSENG G115®?
O G115® é um extracto de ginseng padronizado, extraído a baixa temperatura que garante raízes homogêneas, concentrações constantes e a máxima de seu princípio activo (os ginsenosídeos). É produzido a partir de raízes seleccionadas da Panax Ginseng C. A. Meyer, em acordo com os métodos de produção e padronização exclusivos da Boehringer Ingelheim, especialista na investigação de produtos naturais.

EFECTO ADAPTÓGENICO DO G115®:
O seu princípio activo, os ginsenosídeos, confere-lhe qualidades adaptogénicas, o que significa que auxilia o organismo a encontrar o seu equilíbrio, normalizando os níveis de energia disponíveis, reforçando assim a sua capacidade de se adaptar a situações de stress e exigências do meio exterior.

GINSENG, FORÇA DA NATUREZA.
Fruita da sabedoria oriental aliada à competência farmacéutica, Ginsana® é o único medicamento energético 100% natural, com extracto puro e padronizado de Ginseng G115®. Ginsana® melhora a produção e utilização de energia, através do aumento do aporte de oxigénio a nível intracelular, proporcionando maior energia física e psíquica e estimulando o sistema imunitário.

BENEFÍCIOS DE GINSENG:
• Melhora a capacidade de concentração, da memória, da compreensão e do mecanismo de associação de ideias.
• Aumenta o rendimento físico.
• Combate a fadiga sexual (melhoria do estado físico e mental).
• Melhora as defesas do organismo e aumenta a acção de algumas vacinas.

POSOLÓGIA:
Dose diária recomendada para Ginsana® cápsulas - adultos: 2 cápsulas ao pequeno-almoço ou ao fim do pequeno-almoço e outra ao almoço. Em situações de stress grave, a dose diária pode ser aumentada até 4 cápsulas durante o período inicial de tratamento. As cápsulas devem ser tomadas, de preferência, com um líquido frio (dose recomendada para Ginsana® líquido sem álcool - adultos).

1 copo medido (15 ml - 1 colher de sopa cheia) antes ou depois das refeições, de preferência ao pequeno-almoço.
Em situações de stress grave, a dose diária pode ser aumentada até 30 ml durante o período inicial de tratamento. Antes de usar, agitar bem o líquido sem álcool Ginsana®, os produtos naturais apresentam normalmente uma ligeira turvação.

PERÍODO DE TRATAMENTO:
Para que possa tirar o máximo proveito de Ginsana®, recomenda-se o cumprimento do tratamento continuado durante um período mínimo de 8 a 12 semanas. Para esse efeito, tem à sua disposição a embalagem de Ginsana®, 100 cápsulas, que lhe permitirá poupar cerca de 25%.

A eficácia e a intensidade da acção terapêutica do extracto de Ginseng G115® padronizado, dependem de cada situação individual e podem variar de pessoa para pessoa. Normalmente, os efeitos de Ginsana® são sentidos após 2 semanas de uso e vão-se consolidando ao longo do tratamento.

PRECAUÇÕES:
Não tomar Ginsana® em caso de hipersensibilidade ou alergia a algum dos seus componentes.

EFEITOS INDESEJÁVEIS:
Até ao momento não foram descritos efeitos adversos relacionados com Ginsana®. Se, no entanto, durante a toma deste produto, se verificarem alguns sintomas inesperados e pouco usuais, é favor informar o seu farmacêutico ou o seu médico.

Referências Bibliográficas:
1. Angeli L, Bonaldi A, Caravaggio M, Marcol M, Perica E, Lucchini S, et al. A double blind placebo-controlled clinical study on the effect of a standardized Ginseng extract on psychomotor performance in healthy volunteers. *J Int Bioprocess Biotechnol*. 2013; 2(2): 10-15.
2. Altmeyer M, S. Nishimura S, Johnson S, Johnson R. Duration of the efficacy of a standardized ginseng extract in patients with osteoporosis or osteopenia and osteoporosis. *Ann Med* 2003; 35(10): 104-11.
3. Gargano R, Turchio A. The effect of Panax Ginseng extract on cardiovascular activity. *Med Sci Res* 2003; 31(10): 104-11.
4. Fiksel S, et al. Ginseng. The efficacy of standardized ginseng extract on physical work capacity. *Complementary Therapies in Nursing*. 2003; 9(2): 10-15.
5. Fiksel S, et al. Ginseng. The efficacy of standardized ginseng extract on physical work capacity. *Complementary Therapies in Nursing*. 2003; 9(2): 10-15.
6. Fiksel S, et al. Ginseng. The efficacy of standardized ginseng extract on physical work capacity. *Complementary Therapies in Nursing*. 2003; 9(2): 10-15.

Pega mais informações na tua farmácia.

GINSENG
FORÇA DA NATUREZA.

Boehringer Ingelheim Ginsana
N.º verde: 800 201 804

vi) Classes de marcadores (autorreferenciais e inferenciais)

Quanto à modalidade de explicitação, os marcadores podem ser autorreferenciais e inferenciais – que funcionam segundo uma das subdimensões semiolinguísticas. Miranda (2010) explica que na intertextualização poderá haver ‘etiquetas genéricas’ peritextuais que indiquem a inscrição do gênero convocado ou do gênero convocante. Essas “etiquetas” nada mais são do que os marcadores autorreferenciais.

O exemplo 19 é um anúncio publicitário de um produto de limpeza que, à primeira vista, pode ser confundido com uma matéria de jornal ou, também, com um artigo de revista. Para evitar ambiguidade, o idealizador desse texto colocou a etiqueta genérica “Publicidade” no canto superior direito da página. Assim, é garantida ao destinatário a compreensão que se espera de um gênero de texto dessa natureza.

Figura 16: Cif Active Gel

(19)

Publicidade

EDIÇÃO ESPECIAL

MÁS NOTÍCIAS PARA A GORDURA E SUJIDADE.

Chegou o limpa tudo e mais alguma coisa.

Finalmente boas notícias para todos os lares portugueses. Chegou o novo Cif Active Gel com baking soda. Um gel azul surpreendente que vem revolucionar a limpeza caseira, oferecendo resultados de limpeza nunca antes vistos, sobretudo na gordura mais entranhada por toda a casa (cozinha e casa de banho).

35 anos depois do lançamento do lendário Cif Creme (que continua a ser o número 1 na remoção da sujidade mais difícil), Cif decidiu

Em termos de resultados de limpeza, o Cif Active Gel é superior a outros produtos de limpeza lava-tudo. A sua fórmula única com baking soda e pérolas de limpeza activas é adequada para uso num vasto leque de superfícies - cromadas, aço-inox, esmalte, vidro, formica - todos os tipos de superfícies geralmente encontradas nas cozinhas e casas de banho. Aquela sujidade que é tão tipicamente

**CIF ACTIVE GEL
COM BAKING SODA**

complementar a sua gama com um gel de limpeza que se presta às limpezas do dia-a-dia. O gel concentrado espalha-se e enxagua-se com o passar de uma esponja, removendo a pior sujidade, limpando e deixando as superfícies impecáveis e com um perfume fresco.

difficil de remover como gordura, tomate, óleo nos fogões, espuma de sabonete, a sujidade dos azulejos, das torneiras, dos lavatórios, banheiras e chuveiros, são todas fácil e rapidamente removidas, ou não seria a missão de Cif tornar a limpeza uma tarefa cada vez menos árdua e proporcionar às pessoas o aproveitamento das suas casas ao máximo.

PROVA GORDURA E SUJIDADE
ACTIVE GEL COM BAKING SODA

Fonte: Miranda (2010)

Miranda (2010) ressalta que a maioria dos textos analisados em sua investigação não se encontra esses tipos de marcadores, ou seja, não há etiquetas genéricas que orientem o destinatário para a identificação exata de determinado gênero. A isso nós acrescentaríamos que grande parte dos textos que circulam nas várias esferas da sociedade também comungam dessa característica: não virem acompanhados por essas “etiquetas genéricas” peritextuais. Então, como identificar o processo de intertextualização? A autora defende a possível existência de marcadores inferenciais (ou implícitos) e dá atenção àqueles marcadores que indiciam o(s) gênero(s) convocado(s).

Os marcadores inferenciais seriam “as vias indirectas às configurações genéricas em interação” (MIRANDA, 2010, p.200). Ao se produzir um texto que nele se processe o fenômeno da intertextualização, é comum o produtor desse texto recorrer a elementos de organização textual associados a diferentes gêneros.

Partindo dessas considerações, há duas maneiras de realização da intertextualização: a orientada (caracterizada pela ocorrência de marcadores autorreferenciais) e a interpretativa (caracterizada pela ocorrência de marcadores inferenciais).

vii) Operações de introdução ou imitação.

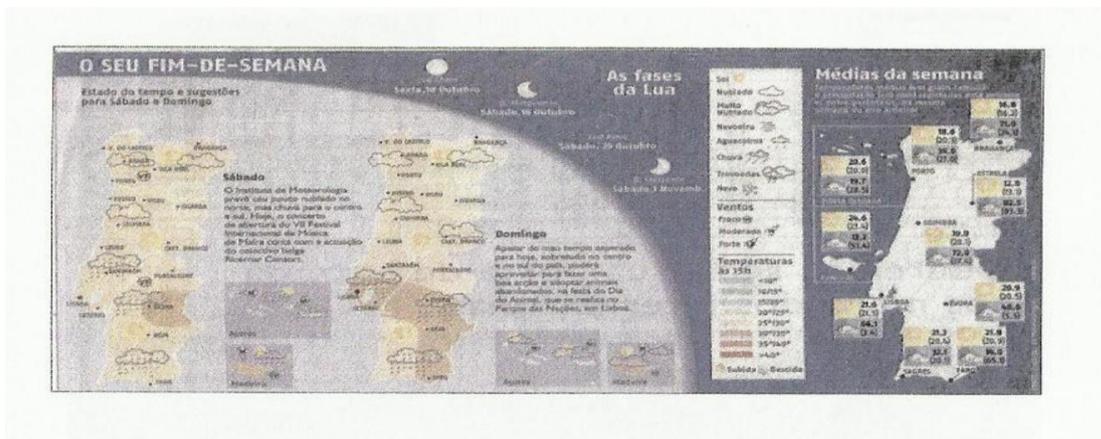
Este critério revela o modo como se realizam e funcionam os marcadores do gênero convocado no âmbito do texto. No processo de intertextualização, há duas possibilidades, consideradas fundamentais para Miranda (2010), de realização: a introdução e a imitação.

Na introdução, como o próprio nome sugere, são introduzidos traços (ou parâmetros atualizados) de um gênero diferente daquele em que o texto faz parte no momento da produção textual. Na imitação, os traços do gênero convocado não são atualizados, mas imitados ou simulados.

Segundo Miranda (2010), introdução e imitação originaram duas modalidades de intertextualização: a **atualização** (quando os traços introduzidos no gênero convocado desempenham a função sociosemiótica que lhes está associada relativamente ao gênero convocante) e a **ficcionalização** (quando o gênero convocado não desempenha a função sociosemiótica que lhe está associada; há, geralmente, a criação de um contexto ficcional e a subversão de parâmetros da organização interna).

Figura 18: O seu fim-de-semana II

(21)



Fonte: Miranda (2010)

A fusão trata do “cruzamento de traços actualizados de dois ou mais géneros em que a delimitação resulta menos evidente” (p. 360). Miranda (2010) diz que esta modalidade de actualização do género convocado pode originar novos géneros textuais. O texto 22 lança mão da fusão, que, neste caso, mescla traços dos géneros *notícia*, *anúncio* *publicitário* e *resumo de tratado histórico*. Sobre este exemplo, Miranda (2010) afirma que

(...) observa-se, então, uma hibridação de (parâmetros de diferentes) géneros actualizados. Isto significa, portanto, que o texto funciona ao mesmo tempo como uma notícia, um anúncio e um resumo de tratado histórico; (...) os textos que, sendo jornalísticos, introduzem traços publicitários têm sido definidos por Grosse & Seibold (1996) com a etiqueta genérica “publicidade redacional. (p. 361).

Consideramos esta modalidade confusa e de difícil delimitação em relação a considerar quais seriam os géneros convocantes e os géneros convocados²⁰, bem como identificar/ determinar o género dominante, que, conforme Miranda (2010), “teria o papel relacional de hipergénero²¹(...)” (p.361). A observação que a linguista faz sobre a etiqueta genérica “publicidade redacional”, cunhada por Grosse & Seibold para designar os textos jornalísticos que “absorvem” traços publicitários”, nos soa por demais arbitrária. Primeiro Miranda (2010) assevera que os três géneros presentes no texto

²⁰ Miranda (2010) adota o termo “hipogéneros” para designar os “géneros convocados”.

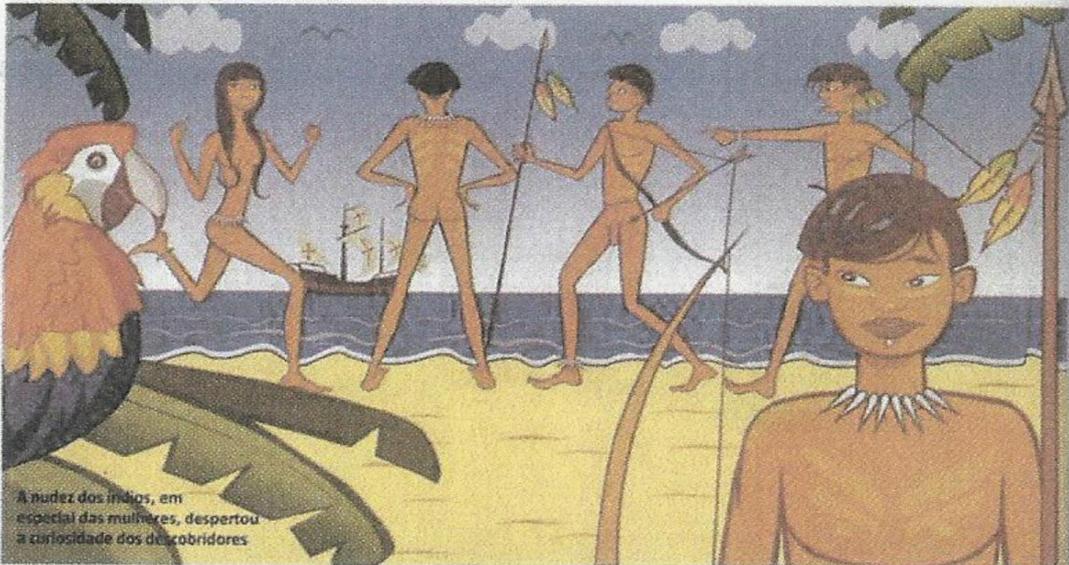
²¹ Em nosso trabalho, adotamos o termo “género convocante” para designar o que Miranda (2010) chama de “hipergénero”.

desempenhariam, concomitantemente, suas funções sociodiscursivas; depois recorre a uma nomenclatura que, a nosso entender, contradiz o que a autora afirmou.

Figura19: Império tropical

(22)

Iniciativa SÁBADO



A nudez dos índios, em especial das mulheres, despertou a curiosidade dos descobridores

Império tropical

O VI volume da *História de Portugal* da SÁBADO sai no próximo número e conta a aventura portuguesa no Brasil durante três séculos

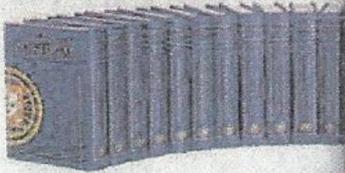
A CARTA. O Brasil tem certidão de nascimento. Quem a passou foi Pêro Vaz de Caminha, companheiro de Pedro Álvares Cabral, o descobridor. A carta do escrivão para D. Manuel I relata com pormenor a chegada dos portugueses a terras de Vera Cruz. A nudez dos índios, em especial das mulheres, foi alvo de curiosidade. Por várias vezes se referem as vergonhas – os órgãos sexuais – daquelas gentes. Em terra ficariam dois degredados e, fugidos de bordo, dois moços marinheiros.

OS JESUÍTAS. A primeira missão jesuíta ao Brasil foi chefiada, em 1549, pelo padre Manuel da Nóbrega. As cartas escritas pelos religiosos tornam-se um manancial de informação sobre o território, habitantes, fauna, flora, canibalismo e o hábito de fumar. Mal chegou, Nóbrega alarmou-se com os costumes dos colonos. Não se confessavam há muito, viviam com várias índias e estavam cheios de filhos.

A RESTAURAÇÃO. A notícia da Restauração só chegou em 1641. Entusiasmada, a população aclamou D. João IV. Nos tempos filipinos, os holandeses tinham-se instalado nalgumas zonas do Brasil. Por precisar do apoio europeu para garantir a vitória contra Espanha, o monarca começou por aceitar a ocupação, mas os colonos revoltaram-se. Vidal de Negreiros foi um dos heróis da insurreição: a vitória de Guararapes (1654) foi a guia de marcha para os holan-

O MARQUÊS. O marquês de Pombal queria mais portugueses no Brasil. Defendeu a ocupação amazônica, protegeu os índios e deu indicações para usarem mão-de-obra negra. Mendonça Furtado, irmão e enviado de Pombal, impôs aqueles princípios aos moderadores. Embora ao lado dos indígenas, os jesuítas entraram em conflito com o governador. Acabariam expulsos da colônia.

OS INSURRECTOS. Tiradentes, o mais famoso mártir da independência do Brasil, entrou na insurreição, ou Inconfidência Mineira (1788-89), feita por membros da elite econômica e cultural de Minas Gerais, que recusavam pagar os pesados impostos à Coroa. Crador imprudente, cedo se tornou notado, vindo a assumir as responsabilidades pelo movimento. Único condenado à morte, foi enforcado em 1792. Em 1821, D. Pedro, um príncipe português, declarou a independência e tornou-se imperador. ■



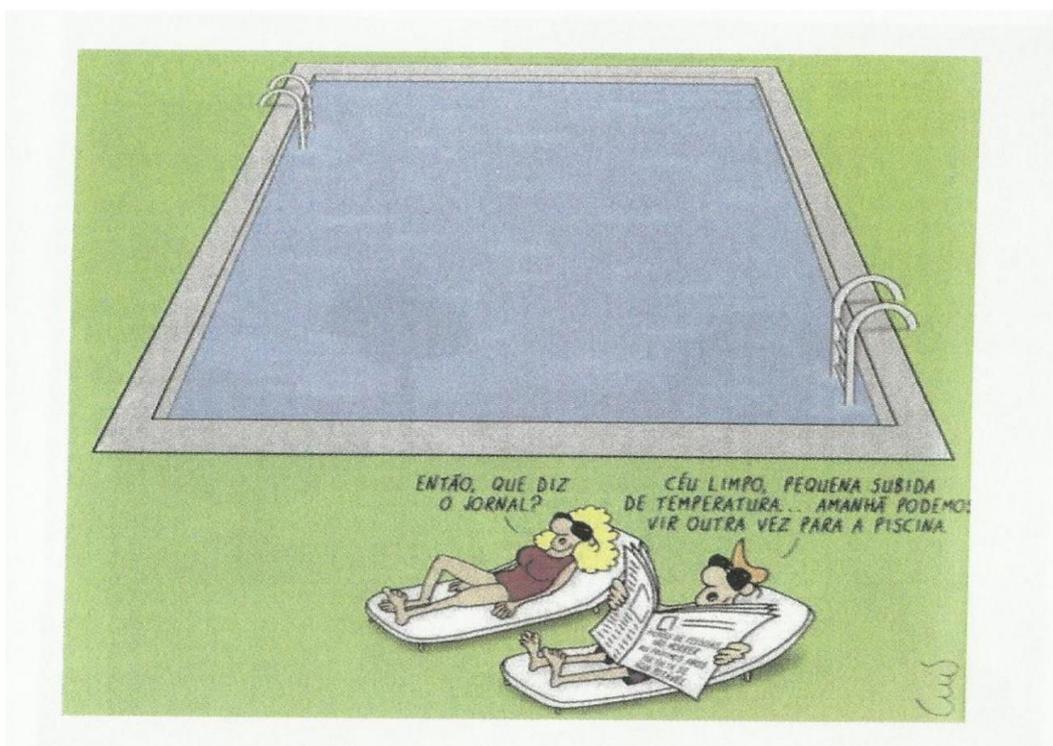
Fonte: Miranda (2010)

b) Ficcionalização de gêneros convocados

Nesta modalidade, os gêneros convocados não exercem a função social que lhes está associada. Segundo Miranda (2010), a maneira mais comum de este tipo de intertextualização se manifestar são as construções de situações de comunicação ficcionais no interior de um texto, como podemos ver a seguir. O exemplo 23 apresenta uma cena que constrói graficamente uma situação de comunicação entre um homem e uma mulher, num local e tempo reconhecíveis, embora de modo impreciso.

Figura 20: Charge “Piscina”

(23)



Fonte: Miranda (2010)

O suporte do gênero textual também pode permitir a inferência de uma construção ficcional. O exemplo 24, além do suporte, tem marcadores temáticos e composicionais associados ao gênero bula, constituindo um indício de intertextualização de modalidade ficcional. Importante informar que, neste caso, há uma subversão em alguns parâmetros temáticos, como itens lexicais e fraseologias próprias do gênero bula (posologia, indicações entre outros).

Figura 21: Cartão de saúde

(24)

CARTÃO DE SAÚDE®

Posologia: €7,50 UMA VEZ POR MÊS.
(ou optar pela forma de pagamento anual)

Propriedades:

- > Assistência Médica de Urgência no Domicílio (sem taxas moderadoras ou pagamentos adicionais, de 2ª a 6ª, entre as 20h e as 6h, sábados, domingos e feriados, 24h/dia)
- > Telemedicina (prestada por médicos, 24h/dia)
- > Descontos Especiais em Consultas Médicas, Clínicas e Exames
- > Acordos Privilegiados com o Hospital Particular de Lisboa e Ordem da Trindade, no Porto
- > Subsídios de Hospitalização
- > Subsídio por Morte ou Invalidez Permanente (em consequência de acidente)
- > Responsabilidade Civil Familiar
- > Assistência Médico-Sanitária
- > Subsídio de Funeral
- > Concessão de Empréstimos

Efeitos Secundários:

Cuida de si e da sua família, mas também dos outros. A posologia deste cartão reverte para acções de auxílio humanitário da AMI em Portugal e no Mundo.

Recomendações:

Para mais informações ligue **808 201 382**

Indicações:

Adira nas farmácias da Grande Lisboa, Grande Porto e Coimbra (e concelhos limítrofes).

DEIXE A AMI CUIDAR DE SI.

Fonte: Miranda (2010)

ficcionalização de acordo com a quantidade de marcadores e área de cobertura. É inviável e, por que não dizer, impossível quantificar esses elementos em todas as produções possíveis e infinitas de textos. A autora explica que

Um caso extremo – em termos quantitativos – é aquele em que se verifica a ocorrência de um marcador ‘transgenérico’, que não nos permite identificar um gênero preciso, mas um conjunto de gêneros. No outro extremo, temos os casos em que a totalidade ou a grande maioria de mecanismos releva do hipogênero. (p.368)

Pensamos que seria mais adequado manter a modalidade de ficcionalização como uma das formas de manifestação da intertextualização sem, necessariamente, envolver critérios quantitativos, visto que é inviável quando se trata de textos empíricos.

Em nosso trabalho, dos sete critérios de identificação das formas de intertextualização, elegemos as classes de marcadores – mais especificamente os inferenciais – e as operações de introdução e imitação, pois, como será mostrado na seção que se dedica à análise dos textos, são esses os mais recorrentes. Além disso, pensamos, também, que esses dois critérios possibilitam um melhor e mais completo reconhecimento do fenômeno da intertextualização.

É com esta proposta que Miranda (2010) tenta introduzir, seguindo principalmente os pressupostos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), um novo termo (*intertextualização*) para um fenômeno bastante estudado, mas com definições bem diferentes. A autora reconhece que ainda há muito a se pesquisar, porém vê com entusiasmo o pontapé dado nas discussões que envolvem definições de intertextualidade tanto na visão defendida pela Teoria da Literatura quanto pelo ISD. O mérito de seu estudo recai, principalmente, na tentativa de organizar marcadores de ordem semiolinguística a fim de indiciarem a ocorrência de determinados gêneros no processo de intertextualização. E são a esses marcadores que nos detemos para analisar fenômenos intertextuais e de intertextualização.

3.5.2 Marcadores semiolinguísticos

Diante das considerações acerca dos fenômenos intertextuais e da intertextualização feitas por Miranda (2010), alguns questionamentos surgiram. Entretanto, existe uma questão que a autora julga ser central: como se processa linguisticamente a intertextualização? De acordo com sua hipótese, existem *marcadores de gênero* que propiciam o reconhecimento do referido fenômeno. Esses marcadores são “(...) elementos semiolinguísticos que na construção dos textos constituem indícios dos parâmetros de um gênero” (p.195). A autora considera que só se reconhece a intertextualização através da identificação desses marcadores de gênero e comprova que, nesse processo, podem ocorrer marcadores das diversas subdimensões semiolinguísticas; em sua maioria, eles agem colaborativamente a fim de propiciar a identificação de um gênero específico. O objetivo investigativo de Miranda é

(...) comprovar que na intertextualização podem ocorrer marcadores das diversas subdimensões semiolinguísticas; sendo que, na grande maioria dos casos, tais marcadores agem colaborativamente (ou seja, co-ocorrem) para possibilitar a identificação de um gênero específico. (p.197)

Segundo a autora, “a cada uma das subdimensões corresponde uma classe de organização”, que, por sua vez, possibilita a identificação de “fenômenos de diferentes níveis”(p.149). A seguir, reproduzimos o quadro que Miranda (2010) apresenta as subdimensões semiolinguísticas e seus respectivos “conjuntos de fenômenos (unidades, mecanismos, processos) que apresentam uma certa unidade e a possibilidade de tratamento relativamente independente” (p.148).

Quadro 9: Marcadores semiolinguísticos

Subdimensões semiolinguísticas	
Temática	Tema(s). Progressão temática Léxico e fraseologias (ou expressões ritualizadas) Coesão nominal Coesão temporal e aspectual Ficção/não ficção
Enunciativa	Dêixis temporal/organização do tempo Dêixis espacial/referências espaciais Sujeitos (eu/outro(s) (dêixis pessoal); imagens; responsabilização) Modalização
	Plano de texto

Composicional	Tipos de discurso Articulações entre tipos de discurso Estrutura sequencial Sequências prototípicas e outras formas de planificação Estruturação frásica e transfrásica Estruturação morfológica Estruturação grafo-fônica
Estratégica-intencional	Objetivos / Sub-objetivos (atos de linguagem) Estratégias e processos discursivos Figuras de linguagem
Disposicional	Segmentação e organização das seções Suporte escrito (formatação tipográfica, cromática etc.) Suporte oral ou audiovisual (variações de ritmo, entonação, tom etc.) Sons, gestos e movimentos
Interativa	Relações entre as diferentes seções do plano de texto Relações entre diversos sistemas semióticos (verbais – não verbais) Intertextualidade Discurso relatado Intertextualização Outras interações (como as referências metatextuais ou metagenéricas)

Fonte: Adaptado a partir de MIRANDA (2010)

Os marcadores são divididos em duas classes: os que indiciam o gênero convocante e os que indiciam o(s) gênero(s) convocado(s). É sobre estes últimos que Miranda (2010) foca sua investigação. Identificando esses elementos, conseqüentemente – nas palavras da autora -, o destinatário interpretará “o jogo da intertextualização”.

Na seção anterior, na parte que discorre especificamente sobre as formas de intertextualização e os sete critérios diferentes propostos pela autora para se identificar as modalidades desse processo, apresentamos, de forma resumida, os tipos de marcadores.

Nesta seção, procuramos detalhar a natureza desses elementos e analisar sua relevância em relação aos fenômenos de intertextualização.

Primeiramente, uma distinção quanto à modalidade de explicitação dos marcadores: de um lado, os autorreferenciais e, de outro, os inferenciais – que funcionam segundo uma das subdimensões semiolinguísticas. Miranda (2010) explica que na intertextualização poderá haver ‘etiquetas genéricas’ peritextuais que indiquem a inscrição do gênero convocado ou do gênero convocante. Essas “etiquetas” nada mais

são que os marcadores autorreferenciais. No exemplo 25, trata-se de um anúncio publicitário publicado em duas páginas sucessivas e ímpares de uma revista.

Figura 22: Correio das leitoras

(25)

PORTUGAL

ANTÓNIO COSTA, FERRO RODRIGUES E JOSÉ SÓCRATES
Os dois secretários nacionais não descuram a preparação do terreno para um cenário de pós-férrico

seu lado, levava como seu «adjunto», na lista, Eduardo Cabrita (antigo e secretário de Estado-adjunto de António Costa). Para os socialistas contactados pela VISÃO, Pedroso, em Setúbal, perdeu em casa.

Mas ganhou noutros lados. Considerando que «Paulo Pedroso está para Ferro Rodrigues como Jorge Coelho estava para António Guterres», as vitórias do líder foram as vitórias deste jovem dirigente. É o caso de Braga, Joaquim Barreto não trouxe renovação (final, já lá estava), mas, pelo menos, pertence ao grupo «emergente» de ferristas. Em ▶

Para Paulo Pedroso, o número de participantes superou as expectativas. E o rejuvenescimento também - oito presidentes são sub-45 anos (Alberto Souto tem 44, Pita Amêixa, Miguel Freitas e Miguel Medeiros, 42, Ceia da Silva, Paulo Fonseca e Ascenso Simões, 39, e Francisco Assis, 38). Aquém das expectativas ficaram as mulheres. Nam partido que apregoa as quotas de género, a participação feminina deixa ainda muito a desejar: das três mulheres que se lançaram na lista distrital (Manuela Neto, em Faro, Teresa Portugal, em Coimbra, e Amélia Antunes, em Setúbal), apenas uma (a última) conseguiu ser eleita.

Vitórias da direcção
Além de ter sido a única mulher eleita, Amélia Antunes candidatara-se contra tudo e contra todos. «Foi uma surpresa», disse à VISÃO fonte socialista. Afinal, concorria contra o presidente distrital e ex-governador civil de Setúbal, Alberto Antunes, cuja lista era «apadrinhada», informalmente, por Paulo Pedroso. O braço-direito de Ferro não só foi o cabeça de lista por Setúbal, nas últimas legislativas, como a número dois da lista de Alberto Antunes era Arca Catarina Mendes, considerada uma «pedrosoísta» ferrenha. Amélia Antunes, por

CORREIO DAS LEITORAS

"Adoro pintar o meu cabelo, mas sei que isso o estraga. O que devo fazer?"

Susana

VÍSAO 17 de Abril de 2003



mo «segurista», uma tendência de que nunca se tinha ouvido falar... mas que, pelos vistos, começa a existir.

Fernando Cabral, da Guarda, também é comitado com o «segurismo». Aos 46 anos, é ex-deputado do Instituto Português da Juventude e ex-governador civil. Mas não pertence à renovação, já que se recandidatou e disputou as eleições... consigo próprio.

As explicações necessárias

João Raposo já é conhecido por ser sempre uma opção ganadora. Funcionário do PS, foi «pasado» por Jorge Coelho, que o lançou na corrida autárquica da Amadora, em 1997. Ganhou. Agora, como Edite Estrela a querer afastar-se da Federação, Raposo atirou-se e voltou a vencer. Era uma batalha fácil, pois ninguém o quis derrotar. Esta foi a grande vitória do «coelhismo», mas eleições distritais. Coelho pode ter perdido peso noutras federações (como no Porto), a maior estrutura distrital do País), mas conseguiu o capital.

«Narciso não percebeu que se tinha esgotado o seu prazo de validade», disse a VISÃO um dirigente próximo de Coelho. De facto, a persistência de Francisco Assis levou a melhor. Assim, que já foi tido como «sampaista» e, depois, como «guterrista» (o líder parlamentar derrotado e candidato de António Guterres), corre hoje sozinho. Mas a vida não lhe há-de ser fácil: a maioria dos membros da Comissão Política distrital está ao lado de Narciso Miranda.

As explicações são necessárias em dois casos. Assunto Simões, de Vila Real, está, segundo um próximo, numa relação de concubinato com todas as sensibidades. Identifica-se com Sócrates, tem uma longa amizade com

Costa e dá-se todo a Seguro. Resume: «Sou independente, no meio das sensibidades, mas nunca perante as circunstâncias». E Henrique Truncho, de Évora. Os «coelhistas» tomam-no por independente, mas os outros classificam-no da oposição, do ex-número dois de Guterres. Mas ele não se define precisamente.

Como última nota, refira-se o caso de António Costa. O líder parlamentar socialista está com Ferro para o que der e vier, considera que Sócrates tem mais hipóteses na sociedade, mas lá começa a descolar. A prova é o conjunto de apoios que contabiliza no terreno: além do já citado caso de Scávil, o presidente de Beja, Wá Amêria, é uma figura que não lhe foge a aplausos.

Antes que finalmente, o facto é que o processo de renovação socialista já está em curso. ■

SOS
CONDICIONADOR
CASTILHA

Organics

Olá Susana, deixa de se preocupar. Use o novo condicionador **Organics Color**. Nutrium e sinta o seu cabelo pintado suave como um novelo de lã.

E você, qual é o seu Organics?

VISÃO 17 de abril de 2003

Fonte: Miranda (2010)

O objetivo dessa disposição do texto é criar um “jogo” de enigmatização referente ao objeto do anúncio. Na primeira página, há um marcador autorreferencial: a etiqueta “*Correio das leitoras*”, que orienta a leitura e, ao mesmo tempo, é contradita por outros elementos igualmente indiciais (localização espacial da etiqueta, por exemplo). Ao virar a página, o destinatário descobre que não se trata do gênero “*carta do leitor*”, mas sim de um anúncio publicitário – que, por sua vez, é indiciado por alguns marcadores inferenciais (slogan, fotografia, logomarca).

Já os marcadores inferenciais seriam “as vias de acesso indirectas às configurações genéricas em interacção” (MIRANDA, 2010, p.200). Ao se produzir um texto que nele se processe o fenômeno da intertextualização, é comum o produtor desse

texto recorrer a elementos de organização textual associados a diferentes gêneros. Identificados esses elementos, conseqüentemente o destinatário interpretará o “jogo” da intertextualização. Miranda (2010) diferencia os marcadores inferenciais segundo uma das seis subdimensões semiolinguísticas: temática, enunciativa, composicional, estratégico-intencional, disposicional e interativa.

i) Marcadores temáticos

Conforme a autora, “a organização temática ou léxico-semântica de um texto diz respeito às possibilidades previstas pelo gênero de que o texto releva relativamente tanto de temas que podem ser mobilizados quanto de modos de estruturação do conteúdo temático” (p.201). Enquanto marcadores de gêneros, os mecanismos temáticos funcionam através da progressão temática (cf. exemplo 26), do léxico e das fraseologias ou expressões ritualizadas (cf. exemplo 26) e da dicotomia ficção/não ficção (cf. exemplo 27).

Figura 17: O seu fim-de-semana I

(26)



Fonte: Miranda (2010)

No exemplo 26, primeiramente, identificamos o plano geral de um boletim meteorológico (mapas, quadros de referência etc.). Se analisarmos minuciosamente o texto, veremos que há a progressão do tema (tempo, céu, vento, temperatura, neblina); contudo, a estrutura é quebrada pela introdução de um enunciado que soa estranho ao gênero boletim meteorológico: “À noite, o Teatro Praga estréia-se no crime ...”. Trata-se de uma informação relativa a uma atividade cultural, por isso ser alheia à organização temática prevista pelo gênero boletim meteorológico. Para corroborar, ainda no mesmo exemplo, verificamos um campo lexical que remete às atividades culturais (teatro,

dança contemporânea, peça, pianista). Esse recurso permite identificar o tema em questão, que, neste exemplo, não se coaduna com o gênero convocante (boletim meteorológico).

Como exemplo de ficção/ não ficção, Miranda (2010) apresenta o exemplo 27, que vem com a expressão ritualizada “*era uma vez...*” – expressão esta associada ao gênero **conto maravilhoso** ou **conto de fadas**. Outra expressão empregada nesse texto é “*e viveu descansada para sempre*”, que reformula a expressão “*E viveram felizes para sempre*”, também associada ao conto de fadas.

Figura 23: BPN

(27)

PUBLICIDADE 15 |
PÚBLICA • QUARTO FEIJO, 10 1.º ANDAR

**Era uma vez uma família
que encontrou um PPR/E BPN
com uma taxa muito atractiva
e viveu descansada para sempre.**

MAS é só nos livros que se faziam tão boas histórias. No BPN também.
Com o PPR/E BPN pode começar já a planear como vai ser o seu futuro, a sua
retorquia e a educação dos seus filhos. O PPR/E BPN é uma excelente aplicação financeira
de longo prazo. Para além de garantir uma taxa de rentabilidade mínima de 3% e assegurar
isenção fiscal no resgate, o PPR/E BPN apresenta-lhe as melhores condições existentes
de acesso. Descubra o que tem de mais para lhe oferecer em qualquer Agência BPN.

Linha BPN 800 22 44 44 www.bpn.pt

**PPR/E
BPN**

Fonte: Miranda (2010)

Certamente, poderíamos situar a ficcionalidade e a não ficcionalidade como características dos marcadores enunciativos. Porém, a autora justifica esses recursos no âmbito temático para “destacar (...) o modo como participa nesta distinção a organização dos temas, através do léxico e das fraseologias” (MIRANDA, 2010, p.207).

ii) Marcadores enunciativos

Nestes marcadores o foco está sobre os fenômenos semiolinguísticos constantes nas categorias de tempo, espaço e pessoa e “dizem respeito à ancoragem situacional, à responsabilização enunciativa e à organização temporal e modal do texto” (MIRANDA, 2010, p.209). A autora chega à conclusão de que “a organização enunciativa pode funcionar como um marcador de gênero (uma vez que colabora no indiciamento preciso dos gêneros convocados), mas surge sempre vinculado a questões de natureza composicional” (p.209). No que tange à ancoragem situacional (ou à referência espacial, como diz a autora), as intertextualizações são marcadas pelo emprego de expressões de espaço que se associam a gêneros textuais específicos. Sobre essas expressões de espaço, nos textos analisados, a linguista percebeu que, sozinhos, os indicadores espaciais não indiciavam gêneros precisamente. Porém, as dêixis espaciais, sim. E de duas maneiras: quando fazem parte de expressões ritualizadas (como a frase “*Numa sala perto de si*”, no exemplo 16) ou quando se ficcionalizam gêneros que as incluem para assinalar componentes do espaço da enunciação fictiva (MIRANDA, 2010).

A nosso ver, a categoria “espaço” não é muito relevante quando se trata de identificar marcas recorrentes de determinado gênero. A autora apresenta o exemplo 28 para demonstrar uma das possibilidades em que o marcador aponta o espaço.

Figura 24: Charge “Atenção”

(28)



Fonte: Miranda (2010)

O gênero convocado é ‘aviso’ e tem como suporte um cartaz. Para Miranda (2010), o enunciado “*este local*” remete para o espaço onde se desenvolve a situação representada no cartum. Confirmando aquilo em que acreditamos, ou seja, que este marcador, na verdade, não poderia ser considerado, sozinho, como um marcador, a autora faz uma ressalva:

(...) a construção [[demonstrativo] + [nome]] não é *per se* um marcador de gênero. Trata-se apenas de uma ‘participação’, que, até certo ponto e no que diz respeito à identificação do hipogênero, pode considerar-se acessória, já que, se essa construção não estivesse, ainda seria possível reconhecer o gênero convocado. (p.211).

Sobre a subjetividade nos gêneros, a autora a considera “a coluna vertebral de toda a organização enunciativa” (p.220). Neste aspecto, verifica-se o modo como diferentes gêneros parametrizam a inscrição ou o apagamento da subjetividade (ou

agentividade) e, ao mesmo tempo, as características e os valores particulares dessa inscrição – quando ela acontece. Miranda (2010) ilustra este aspecto baseada em Bernárdez (linguista espanhol), que, por sua vez, designa como “variáveis de controle dos tipos de texto” (p.221) aquilo que se entende por “parâmetros de gênero”. Segundo o estudioso, a introdução ou a ausência de elementos valorativos, por exemplo, permite diferenciar dois gêneros, como acontece nos gêneros notícia e artigo de opinião, cuja variável – neste caso, seria o “envolvimento do autor”.

Partindo das ideias de Bronckart (mecanismo de gestão das vozes do texto), Miranda (2010) observa as ocorrências do pronome ‘eu’ ou das formas verbais em 1ª pessoa do singular, que poderiam se referir ao próprio autor do texto ou a algum personagem do texto. Por exemplo: nos anúncios publicitários, a 1ª pessoa do singular não remete para “a voz do autor”. Caso apareça o ‘eu’, não sendo uma voz citada (de um texto ou fragmento de texto pré-existente que é introduzido no texto), está ficcionalizado, como vemos no exemplo 29.

Figura 25: BES

(29)

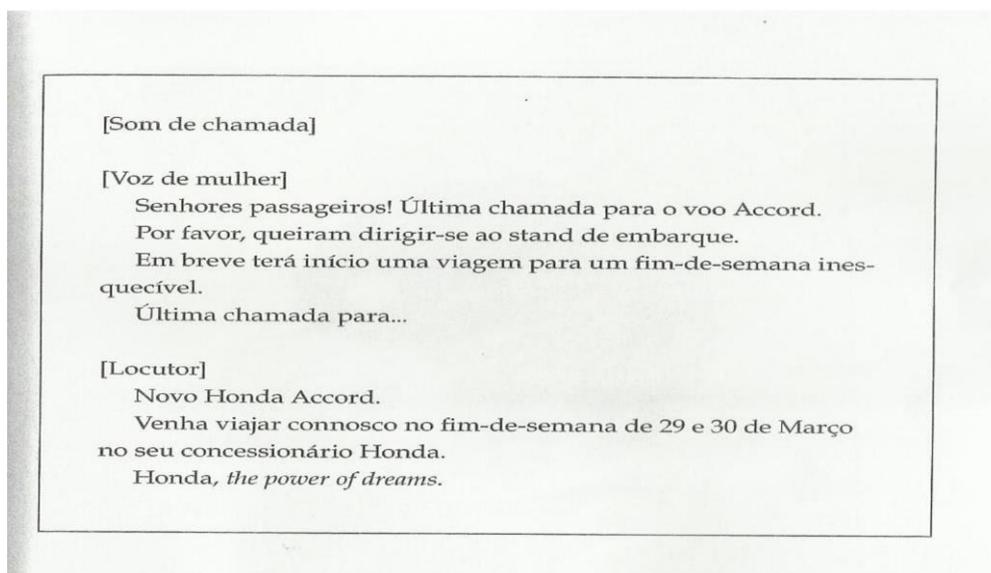
[Homem] -	<p>Reza a história de Romeu que o amor por sua donzela o fazia enfrentar o céu para aliviar a dor dela. E nada temendo, o valente vem procurar sua amada para assegurar em seus braços a sua paixão ardente e sua alma devastada. Promete-lhe erguer um castelo como se o mundo fosse seu. Ela pergunta: “já falaste com o teu banco” Não – diz ele – falei com o teu.</p>
[Locutor] -	<p>Cada vez são mais. 37% do Crédito de Habitação que o BES concede é a clientes de outros bancos. Sabe por quê? Quem sabe, sabe. E o BES, sabe.</p>

Fonte: Miranda (2010)

A autora reconhece que, em alguns casos, a simples manifestação da 1ª pessoa do singular não é suficiente para identificar o gênero convocante. Mas defende que sua presença no processo de intertextualização cria um efeito de verossimilhança e constitui pista que orienta para a identificação do gênero convocante. Ainda completa afirmando que, apesar de a 1ª pessoa do singular não ser uma forma exclusiva de determinado gênero, ela é uma forma específica de certos gêneros, daí funcionar como um marcador genérico. A autora faz a mesma observação em relação à forma de 2ª pessoa do singular, que pode vir empregada em textos cujos gêneros não preveem a ocorrência deste pronome, e às formas de tratamento alocutivo²³ (pronominais, nominais e verbais). Em relação a esta última, selecionamos um exemplo do *corpus* analisado por Miranda (2010) que a própria autora não considerou para demonstrar a ocorrência desta última forma. O texto 30 é um anúncio publicitário (gênero convocante) e de um “som de chamada” muito comum em aeroportos (gênero convocado). No gênero convocado, vemos um pronome de tratamento (“senhores”) bem peculiar a este gênero, mas não exclusivo, que permite ao leitor diferenciá-lo do gênero convocante, cujo pronome empregado, no caso “*você*” – identificável através da desinência do verbo (“venha”) -, indicia uma forma regularmente presente em anúncios publicitários: verbos no modo imperativo.

Figura 26: Honda

(30)



Fonte: Miranda (2010)

²³ O locutor enuncia sua posição em relação ao interlocutor.

Quanto à organização temporal, Miranda (2010) considerou duas ordens de fenômenos: a organização temporal parcial e organização parcial global. Elaboramos uma tabela que sintetiza o que está em foco nesta categoria. Vejamos:

Quadro 10: Organização temporal

ORGANIZAÇÃO TEMPORAL PARCIAL	ORGANIZAÇÃO TEMPORAL GLOBAL	
Emprego das expressões temporais dêiticas ²⁴ .	UNITÁRIA	FRAGMENTADA
Valores assumidos pelas formas verbais expressas no tempo presente ²⁵ .	O tempo dos acontecimentos linguísticos de todos os enunciados se organiza em torno de um mesmo localizador origem ²⁶ .	Há mais de um localizador origem para os acontecimentos linguísticos de diferentes enunciados ²⁷ .

Fonte: Adaptado a partir de MIRANDA (2010)

O texto 31 foi selecionado por Miranda (2010) para exemplificar como uma expressão dêitica temporal pode figurar como um marcador de gênero e quais são os valores assumidos pelas formas verbais expressas no tempo presente. O texto em questão faz parte de uma publicação humorística chamada *Inimigo público* (um suplemento do Jornal *Público*). O texto imita a estrutura composicional do gênero **notícia**, mas seu conteúdo são fatos fictícios, já que a finalidade é humorística. Os dêiticos empregados são as expressões “*Na passada terça-feira*” e “*Esta semana*”; embora não sejam exclusivos deste gênero, eles constituem, sim, um traço específico. Quanto às formas verbais, temos “*morre*”, que equivale à forma “*morreu*”. O emprego destes dois verbos, um no título e outro no corpo do texto, se configura como o aquilo que Fiorin descreveu acerca da “subversão temporal”: “presentifica-se o acontecimento anterior para mostrar que ele tem uma ressonância no presente, que pesa mais que o passado da ação” (FIORIN, 2001, p.196-197 *apud* MIRANDA, 2010, p.215).

²⁴ Ver análise do texto 31.

²⁵ Ver análise do texto 31.

²⁶ Ver análise do texto 32.

²⁷ Ver comentários sobre o texto 14.

Figura 27: Xis

(31)



Fonte: Miranda (2010)

O texto 32, o gênero convocante “*anúncio publicitário*”, tem traços bastante regulares em uma notícia ou em um artigo jornalístico de informação, como a forma composicional e disposicional desses gêneros. Para além delas, observamos que existe – e isso Miranda (2010) confirma -, um parâmetro relativo à organização temporal, pois “a notícia é sempre ancorada num *único ponto de referência* a partir do qual se distribuem os factos relatados, que serão objecto de diferentes possibilidades de localização” (p.218).

Figura 28: Cif Active Gel amostra grátis

(32)

AMOSTRA GRÁTIS NO INTERIOR

EDIÇÃO ESPECIAL

LEVE BOAS NOTÍCIAS PARA CASA.

Chegou o limpa tudo e mais alguma coisa.

Finalmente boas notícias para todos os lares portugueses. Chegou o novo Cif Active Gel com baking soda. Um gel com surpreendente que vem revolucionar a limpeza, oferece excelentes resultados de limpeza mesmo em áreas cobertas, sobretudo as paredes muito sujeitadas por toda a casa (cozinha e casa de banho).

Os anos depois do lançamento do lendário Cif Cream que continua a ser o número 1 na limpeza da cozinha, mais difícil, Cif decidiu

Em termos de resultados de limpeza, o Cif Active Gel é superior a outros produtos de limpeza lava tudo. A sua fórmula única com baking soda e peróxido de hidrogénio activo é adequada para uso num vasto leque de superfícies - cerâmicas, porcelana, esmalte, vidro, fibrose - todos os tipos de superfícies geralmente encontradas nas cozinhas e casas de banho. A única novidade que é tipicamente

Como recordar, tomate, óleo nos fogões, espuma de sabonete, a sujidade dos azulejos, das torneiras, dos lavatórios, lavabos e chuveiros, são todos fáceis e rapidamente removidos, ou não seria a missão de Cif Inicer e Limpador para toda a casa que remove a sujidade e proporciona às pessoas o aproveitamento das suas casas ao máximo.

Complementar à sua gama com o gel de limpeza que se presta à limpeza do dia-a-dia, o gel com carbonato sódico e oxigénio-activo é a prova de uma limpeza, proporcionando a pureza, limpeza e frescura em qualquer superfície impossível e com um perfume fresco.

CIF ACTIVE GEL COM BAKING SODA

Fonte: Miranda (2010)

Ao contrário da unitária, a organização temporal global fragmentada possibilita a existência de mais de um localizador origem para os acontecimentos linguísticos de diferentes enunciados. No texto 14, o gênero convocante “*anúncio publicitário*” apresenta traços do gênero convocado “*diário de viagem*”; a fragmentação se dá através dos indicadores temporais de natureza simbólica, como denomina Miranda (2010): 11:50, /12:19, 17h20 e 17h55, cada um assumindo o ponto de referência de sua organização temporal o indicador que o precede.

Figura 10: Publicidade

(14)





Fonte: Miranda (2010)

iii) Marcadores composicionais

Estes marcadores são relativos à organização dos textos, que, por sua vez, está diretamente ligada “aos fenômenos de estruturação de unidades textuais de qualquer um dos níveis (global e parcial) ou subníveis (parcial macro e parcial micro) (MIRANDA, 2010, p.230).

Sobre os planos de texto, a autora elencou o posicionamento teórico de alguns estudiosos do assunto acerca da organização global, antes da discussão propriamente dita. Vejamos:

a) Bronckart afirma que o plano geral do texto depende do gênero no qual o texto foi engendrado;

- b) Maingueneau considera o plano de texto como um dos componentes dos gêneros;
 c) Adam distingue duas espécies de planos: planos fixos (ou convencionais) e planos ocasionais.

Em seu estudo, Miranda (2010) deteve-se apenas nos planos fixos: “(...) a noção de plano de texto dá conta da estruturação composicional global dos textos e há diversos mecanismos gráficos ou acústicos que permitem demarcar as secções que o compõem” (p.231). Segundo a autora, para que um plano de texto funcione como marcador de gênero, é preciso que seja um plano fixo ou convencional, como uma notícia, cujo plano de texto é fixo (título, corpo do texto, subtítulo, fotografia legendada, infografias etc.). O exemplo 19 ilustra bem como este gênero (notícia) pode funcionar perfeitamente como um marcador composicional, pois sua estruturação e seus recursos são considerados estáveis.

Figura 16: Cif Active Gel

(19)

Publicidade

EDIÇÃO ESPECIAL

MÁS NOTÍCIAS PARA A GORDURA E SUJIDADE.

Chegou o limpa tudo e mais alguma coisa.

Finalmente boas notícias para todos os lares portugueses. Chegou o novo Cif Active Gel com baking soda. Um gel azul surpreendente que vem revolucionar a limpeza caseira, oferecendo resultados de limpeza nunca antes vistos, sobretudo na gordura mais entranhada por toda a casa (cozinha e casa de banho).

35 anos depois do lançamento do lendário Cif Creme (que continua a ser o número 1 na remoção da sujidade mais difícil), Cif decidiu

Em termos de resultados de limpeza, o Cif Active Gel é superior a outros produtos de limpeza lava-tudo. A sua fórmula única com baking soda e pérolas de limpeza activas é adequada para uso num vasto leque de superfícies - cromadas, aço-inox, esmalte, vidro, formica - todos os tipos de superfícies geralmente encontradas nas cozinhas e casas de banho. Aquela sujidade que é tão tipicamente

difícil de remover como gordura, tomate, óleo nos fogões, espuma de sabonete, a sujidade dos azulejos, das torneiras, dos lava-loiças, banheiras e chuveiros, são todas fáceis e rapidamente removidas, ou não seria a missão de Cif tornar a limpeza uma tarefa cada vez menos árdua e proporcionar às pessoas o aproveitamento das suas casas ao máximo.

complementar a sua gama com um gel de limpeza que se presta às limpezas do dia-a-dia. O gel concentrado espalha-se e enxagua-se com o passar de uma esponja, removendo a pior sujidade, limpando e deixando as superfícies impecáveis e com um perfume fresco.

**CIF ACTIVE GEL
COM BAKING SODA**

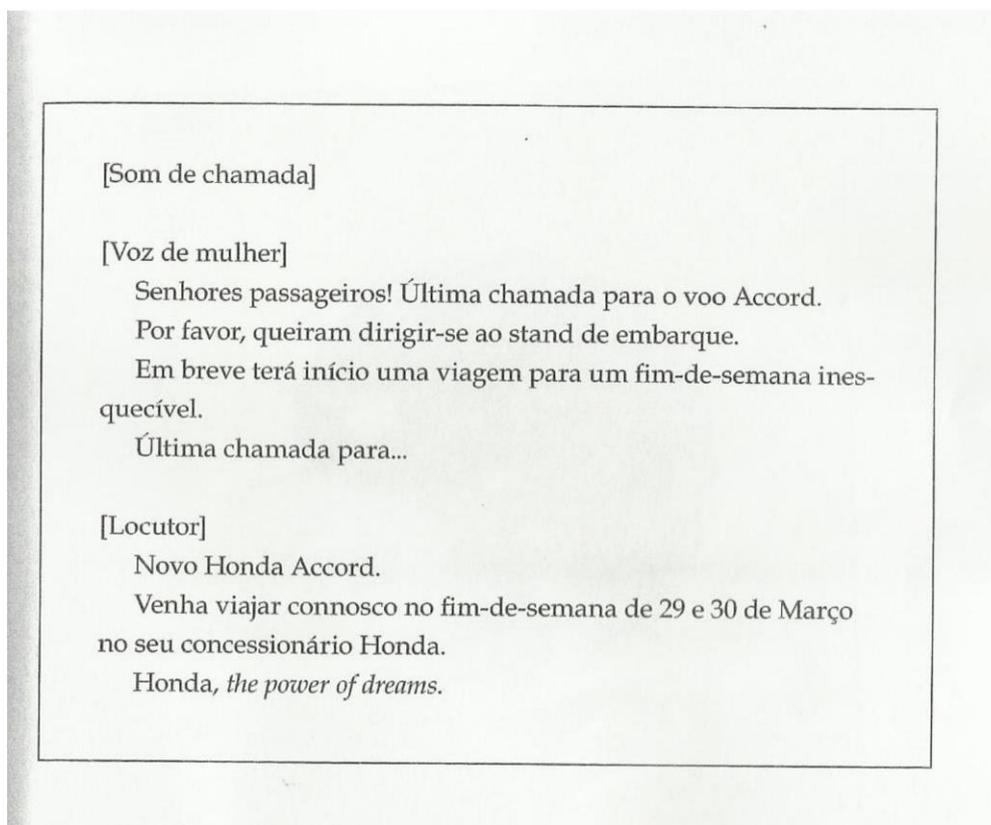


Fonte: Miranda (2010)

Da mesma forma, podemos perceber essa mesma característica no exemplo 30, cujo texto oral empiricamente produzido sob o gênero “*spot de rádio*” lança mão do gênero “aviso oral em local público”.

Figura 26: Honda

(30)



Fonte: Miranda (2010)

A organização parcial macro consiste em formas de estruturação intermediária, que se subordinam ao de plano de texto e contém estruturas menores. Situam-se neste nível os **tipos de discurso** (Bronckart) e as **sequências** (Adam)²⁸. Miranda (2010) se questiona se a ocorrência de um determinado tipo de discurso ou de uma dada sequência contribuiria para a identificação do gênero convocante. A autora observa que as sequências e os tipos de discurso podem apresentar alguma regularidade de ocorrência em certos gêneros.

O texto 33 tem como gênero convocante o *anúncio publicitário* e como gênero convocado o *verbete de dicionário*. Miranda (2010) explica que, neste exemplo,

²⁸ Miranda (2010) deixa claro que os “tipos de discurso” e as “sequências” são de naturezas diferentes, conforme os próprios autores assumem.

mobiliza-se o **discurso teórico**, que se manifesta através da ocorrência de frases declarativas e verbos no tempo presente com valor genérico. A autora ainda faz a ressalva de que esta “ocorrência exclusiva do discurso teórico é uma característica própria dos artigos de dicionário, por isso, no exemplo, este traço funciona como marcador do género convocado” (p.240).

Figura 29: Mérito

(33)

Mérito

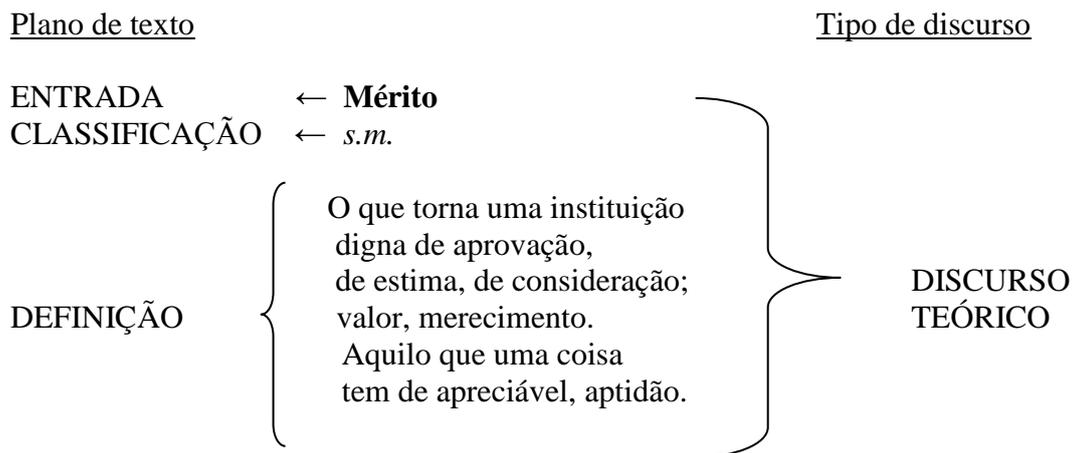
s. m. O que torna uma instituição
digna de aprovação,
de estima, de consideração;
valor, merecimento.
Aquilo que uma coisa
tem de apreciável; aptidão.

PRIVATE BANKERS
Banco Comercial Português NA TRADIÇÃO DOS MELHORES BANQUEIROS

TEL. 808 2
www.privatebankers.pt

The advertisement features a black and white photograph of a ballerina in a white tutu, captured in a dynamic pose as if performing. The background is a wooden floor. The text is overlaid on the left side of the image, with the word 'Mérito' in a large, elegant serif font at the top. Below it is a dictionary-style definition of the word. At the bottom, there is a dark red banner with the text 'PRIVATE BANKERS' in white, followed by 'Banco Comercial Português' and 'NA TRADIÇÃO DOS MELHORES BANQUEIROS'. In the bottom right corner, there is contact information: 'TEL. 808 2' and 'www.privatebankers.pt'.

Fonte: Miranda (2010)



Esquema feito por Miranda (2010, p.240).

Analisando o *corpus*, a autora percebeu que certos gêneros estabilizam a ocorrência de algumas das características linguísticas associadas aos tipos de discurso. Daí que, “se um mesmo tipo de discurso pode ocorrer em diferentes gêneros, é possível que em cada gênero ele apresente especificidades nas formas de semiotização” (p.240), como podemos ver no exemplo 25. Trata-se de um *anúncio publicitário* que evoca características da *carta de leitor*, em que se faz presente o discurso interativo, com as seguintes características: um ‘turno de fala’ em cada seção (pergunta/resposta); frases interrogativas e imperativas; formas de tratamento nominais e verbais na segunda seção que remetem para o primeiro locutor da interação; anáforas pronominais; auxiliares de modo e verbos no presente do indicativo e verbos no imperativo.

Figura 22: Correio das leitoras

(25)



PORTUGAL

ANTÓNIO COSTA, FERRO RODRIGUES E JOSÉ SÓCRATES
Os dois secretários nacionais não discutem a preparação do terreno para um cenário de pós-feminismo

seu lado, levava como seu «adjunto», na lista, Eduardo Cabrita (antigo e secretário de Estado-adjunto de António Costa). Para os socialistas contactados pela VISÃO, Pedroso, em Setúbal, perdeu em casa.

Mas ganhou noutros lados. Considerando que «Paulo Pedroso está para Ferro Rodrigues como Jorge Coelho estava para António Guterres», as vitórias do líder foram as vitórias deste jovem dirigente. É o caso de Braga, Joaquim Barreto não trouxe renovação (afinal, já lá estava), mas, pelo menos, pertence ao grupo - emergente - de ferristas. Em >

Para Paulo Pedroso, o número de participantes superou as expectativas. E o rejuvenescimento também - oito presidentes são sub-45 anos (Alberto Souto tem 44, Pita Amêixia, Miguel Freitas e Miguel Medeiros, 42, Celia da Silva, Paulo Fonseca e Ascenso Simões, 39, e Francisco Assis, 38). Aquém das expectativas ficaram as mulheres. Num partido que apregoa as quotas de género, a participação feminina desta ainda muito a desejar: das três mulheres que se lançaram na luta distrital (Marta Neto, em Faro, Teresa Portugal, em Coimbra, e Amélia Antunes, em Setúbal), apenas uma (a última) conseguiu ser eleita.

Vitórias da direcção

Além de ter sido a única mulher eleita, Amélia Antunes candidatara-se contra tudo e contra todos. «Foi uma surpresa», disse à VISÃO fonte socialista. Afinal, concorria contra o presidente distrital e ex-governador civil de Setúbal, Alberto Antunes, cuja lista era «apadrinhada», informalmente, por Paulo Pedroso. O braço-direito de Ferro não só foi o cabeça de lista por Setúbal, nas últimas legislativas, como a número dois da lista de Alberto Antunes era Ana Catarina Mendes, considerada uma «pedrosista» ferrenha. Amélia Antunes, por

CORREIO DAS LEITORAS

"Adoro pintar o meu cabelo, mas sei que isso o estraga. O que devo fazer?"

Susana

VISÃO 17 de abril de 2003

PORTUGAL



mo «segurista», uma tendência de que nunca se tinha ouvido falar... mas que, pelos vistos, começa a existir.

Fernando Cabral, da Guarda, também é embotado com o «segurismo». Aos 46 anos, é ex-delegado do Instituto Português da Juventude e ex-governador civil. Mas não portense à renovação, já que se recandidatou e disputou as eleições... consigo próprio.

As explicações necessárias

Joaquim Raposo já é conhecido por ser sempre uma aposta ganhadora. Funcionário do PS, foi «pasado» por Jorge Coelho, que o lançou na corrida autárquica da Amadora, em 1997. Ganhou. Agora, com Edgar Esteira a querer afastar-se da Federação, Raposo afirmou-se e voltou a vencer. Era uma batalha fácil, pois ninguém o quis derrotar. Esta foi a grande vitória do «coelhismo», nas eleições distritais. Coelho pode ter perdidão para futuras federações (como no Porto), a maior natureza distrital do País), mas conseguiu a capital.

«Narciso não percebeu que se tinha esgotado o seu prazo de validade... disse à VISÃO um dirigente próximo de Coelho. De facto, a persistência de Francisco Assis levou a mal. Assis, que já foi tido como «campeão» e, depois, como «generalista» (o líder parlamentar derrotou a candidatura de António Guterres), corre hoje sozinho. Mas a vida não lhe há-de ser fácil: a maioria dos membros da Comissão Política distrital está ao lado de Narciso Miranda.

As explicações são necessárias em dois casos. Assis Simões, de Vila Real, está, segundo um próximo, «numa relação de concubinato com todas as sensibidades». Identifica-se com Sócrates, tem uma longa amizade com

Costa e dá-se leal a Seguro. Resume: «Sou independente, no meio das sensibidades, mas murica perante as circunstâncias». E Henrique Truncho, de Évora. Os «coelhistas» temam-no por independente, mas os outros classificam-no de apoiante do ex-número dois de Guterres. Mas ele não se define publicamente.

Como última nota, refira-se o caso de António Costa. O líder parlamentar socialista está com Ferro para o que der e vier, considera que Sócrates tem mais hipóteses na sucessão, mas lá começa a descolar. A prova é o conjunto de apoios que contabiliza no terreno: além do já citado caso de Scitubal, o presidente de Beja, Rita Almeida, é uma figura que não lhe fugatela aplausos.

Ainda que timidamente, o facto é que o processo de renovação socialista já está em curso. ■



SOS CASTÊLHA

Organics

Olá Susana, deixa de se preocupar. Use o novo condicionador **Organics Color**. Nutriam e sinta o seu cabelo pintado suave como um novelo de lã.

E você, qual é o seu Organics?

S18 K17 de Abril de 2003

Fonte: Miranda (2010)

Assim como os tipos de discurso, as sequências também podem dar pistas do gênero convocado em questão. No exemplo 29, um *anúncio publicitário* que convoca traços do gênero *conto*, que é identificável através da **sequência narrativa** presente no decorrer do texto: a situação inicial (as quatro primeiras linhas); a ação, a complicação e a reação (a partir da 5ª linha até a 13ª linhas) e o desfecho (duas últimas linhas).

Figura 25: BES

(29)

[Homem] -	<p>Reza a história de Romeu que o amor por sua donzela o fazia enfrentar o céu para aliviar a dor dela. E nada temendo, o valente vem procurar sua amada para assegurar em seus braços a sua paixão ardente e sua alma devastada. Promete-lhe erguer um castelo como se o mundo fosse seu. Ela pergunta: “já falaste com o teu banco” Não - diz ele - falei com o teu.</p>
[Locutor] -	<p>Cada vez são mais. 37% do Crédito de Habitação que o BES concede é a clientes de outros bancos. Sabe por quê? Quem sabe, sabe. E o BES, sabe.</p>

Fonte: Miranda (2010)

A organização parcial micro trata das estruturas composicionais mais locais num texto e estão relacionadas à estrutura frásica e à estruturação morfológica. A estrutura frásica propicia “combinações fixas de palavras e construções sintáticas que são identificadoras de classes textuais” (MIRANDA, 2010, p.253). Conforme Ciapuscio (1994, p.119 *apud* MIRANDA, 2010, p.253), trata-se de constituintes textuais estereotipados ou prototípicos com caráter identificador. O texto 34 é um *anúncio publicitário* que incorpora o gênero *classificados*, que apresenta algumas especificidades sintáticas, como elipse do verbo e sucessivas frases nominais.

Figura 30: Ford Focus Living

(34)

**2 assoalhadas.
Acabamentos de primeira.
Vista excepcional.
Grande arrecadação.**

www.ford.pt

fordfocusliving
Edição limitada com oferta de ar condicionado para a sua família se sentir em casa.

Conheça o andar modelo em qualquer Concessionário Ford. E traga a família. Eles vão gostar desta edição limitada com ar condicionado, faróis de neblina, jantes de liga leve, leitor de CD e muito espaço. Mas atenção: há poucas unidades à venda. Ligue **800 20 70 70** e marque a sua visita. Se for um dos 30 primeiros a ligar, ainda ganha um exclusivo blusão Stewart Grand Prix.

exceda as expectativas

Fonte: Miranda (2010)

iv) Marcadores estratégicos/intencionais

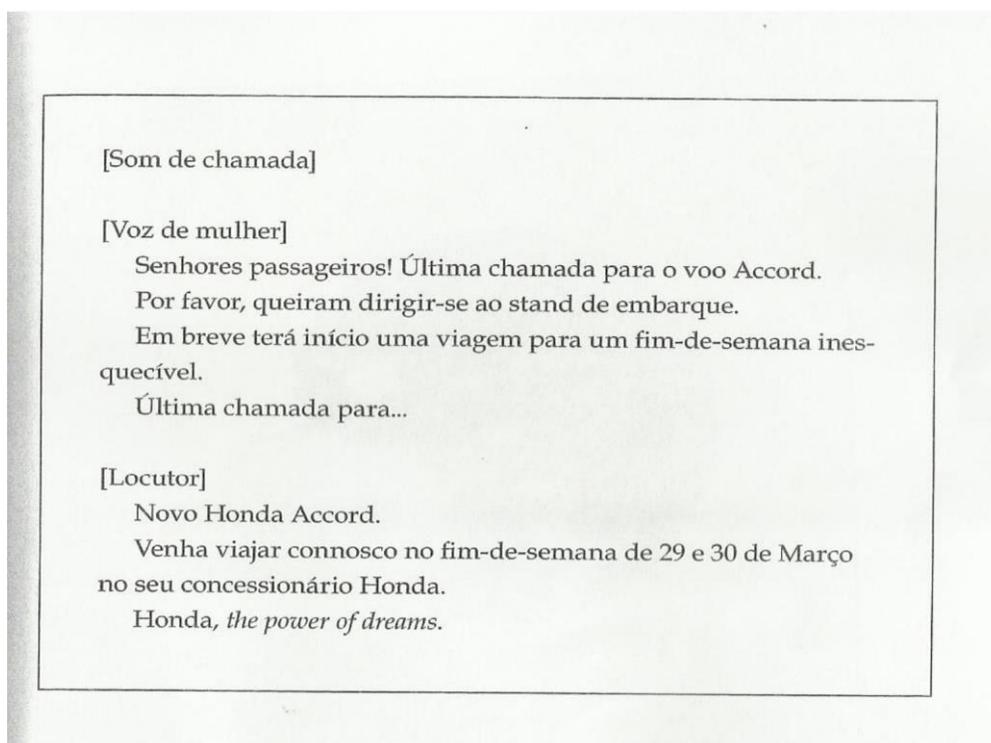
Estes marcadores se referem aos atos de linguagem (atos, macroatos, encadeamento de atos) e aos processos discursivos (inscrição do enunciador, emprego de aspas e citação). Miranda (2010) analisa “até que ponto os géneros podem estabilizar a ocorrência de um determinado acto de linguagem, actos de linguagem sucessivos ou de macroacto de linguagem” (p.265).

Para a autora, atos de linguagem seriam atos ilocutórios, ou seja, atos que o locutor realiza quando pronuncia um enunciado em certas condições comunicativas e com certas intenções, tais como ordenar, avisar, criticar, perguntar etc. Assim, num ato ilocutório, a intenção comunicativa de execução vem associada ao significado de determinado enunciado.

O exemplo 30 apresenta um *spot de rádio* convocando um texto no formato *aviso*. O que possibilita essa compreensão é a organização estratégico-intencional adotada no texto: macroato (avisar; dar aviso de alguma coisa), microatos²⁹ e sinal sonoro no início do texto (apesar de não ser verbal, é um signo que tem valor ilocutório específico de chamar a atenção para a escuta).

Figura 26: Honda

(30)



Fonte: Miranda (2010)

²⁹ Ver quadro 11, que descreve a organização estratégico-intencional do exemplo 30.

Miranda (2010) condensou as informações da seguinte forma:

Quadro 11: Organização estratégico-intencional do exemplo 30

Macroato	(Micro)atos	
Avisar	Chamar a atenção para a escuta	<i>[Som de chamada]</i>
	Interpelar	<i>Senhores passageiros</i>
	Informar	<i>última chamada para o voo Accord</i>
	Ordenar (pedir)	<i>Por favor, queiram dirigir-se ao stand de embarque.</i>
	Informar	<i>Em breve terá início uma viagem para um fim-de-semana inesquecível.</i>

Fonte: Miranda (2010)

Quanto às estratégias e aos processos discursivos que podem servir à organização estratégico-intencional, a autora elenca alguns recursos possíveis que funcionem como marcadores genéricos: os modos de inscrição ou apagamento do emissor/enunciador e os fenômenos de responsabilização enunciativa. Por exemplo: uma assinatura não ocorre indiferentemente em qualquer gênero (margem inferior de um texto escrito). Sua ocorrência é nula em *anúncios* e *classificados*, opcional num *email pessoal* e obrigatória em *declarações*, *contratos* e *sentenças*. Sua função é de especificar o autor e atribuir responsabilidade enunciativa. No exemplo 25, a assinatura funciona como uma das pistas para reconhecer o gênero epistolar *carta do leitor*.

Figura 22: Correio das leitoras
(25)

PORTUGAL

ANTÓNIO COSTA, FERRO RODRIGUES E JOSÉ SOCRATES
Os dois secretários nacionais não discutem a preparação do terreno para um cenário de pós-leituras

seti lado, levava como seu «adjunto», na lista, Eduardo Cabrita (antigo secretário de Estado-adjunto de António Costa). Para os socialistas contactados pela VISÃO, Pedroso, em Setúbal, perdeu com cara.

Mas ganhou outros lados. Considerando que «Paulo Pedroso» está para Ferro Rodrigues como Jorge Coelho estava para António Guterres, as vitórias do líder foram as vitórias deste jovem dirigente. É o caso de Braga, Joaquim Barreto não trouxe renovação (ainda, já lá estava), mas, pelo menos, pertence ao grupo - emergente - de ferristas. Em »

Para Paulo Pedroso, o número de participantes superou as expectativas. E o rejuvenescimento também - oito presidentes são sub-45 anos (Alberto Socoto tem 44, Pita Amênia, Miguel Freitas e Miguel Medeiros, 42, Celia da Silva, Paulo Fonseca e Accurso Simões, 39, e Francisco Antão, 38). Apesar das expectativas ficarem as mulheres. Num partido que aprecia as quotas de género, a participação feminina desta ainda muito a desejar: das três mulheres que se lançaram na lista distrital (Marcelia Neto, em Faro, Teresa Portugal, em Coimbra, e Amélia Antunes, em Setúbal), apenas uma (a última) conseguiu ser eleita.

Vitórias da direcção
Além de ter sido a única mulher eleita, Amélia Antunes candidatara-se contra tudo e contra todos. «Foi uma surpresa», disse a VISÃO fonte socialista. Afinal, concorria contra o presidente distrital e ex-governador civil de Setúbal, Alberto Antunes, cuja lista era «apadrinhada», informalmente, por Paulo Pedroso. O braço-direito de Ferro não só foi o cabeça de lista por Setúbal, nas últimas legislativas, como a número dois da lista de Alberto Antunes era Ana Carolina Mendes, considerada uma «pedrosista» ferrentíssima. Amélia Antunes, por

CORREIO DAS LEITORAS

"Adoro pintar o meu cabelo, mas sei que isso o estraga. O que devo fazer?"

Susana

VISÃO 17 de abril de 2003

Outro processo discursivo bastante presente nas produções textuais mais formais (gêneros acadêmicos e jornalísticos, por exemplo) é a citação, que pode assumir funções e valores diferentes, como introdução de novos tópicos (*cartas do leitor*) e validação ou legitimação do conteúdo temático (*monografias, teses, artigos acadêmicos*). No texto 35, um anúncio publicitário, há algumas citações a serviço do gênero *depoimento*. Observamos que, logo abaixo da citação, há referência de quem a proferiu. Esta construção tem o papel de determinar a procedência do enunciado citado, atribuindo à fonte a responsabilidade enunciativa. Como se trata de um gênero convocante ligado à esfera publicitária, poderíamos dizer que a função dessas citações é convencer o

consumidor sobre as vantagens do produto a partir do depoimento de outros consumidores – quer sejam reais, quer sejam ficcionalizados.

Figura 31: Novo Ford Focus

(35)

Novo Ford Focus C-MAX 1.6 TDCi 109 cv

"Espaço, flexibilidade e dinamismo"
In "Lux Woman", Novembro 03

"O Focus C-MAX tem o melhor comportamento... a melhor qualidade de construção e o motor mais interessante."
In "Turbo", Janeiro 04



"(...) Ford, que em vez de sete lugares, optou por privilegiar o conforto e o bem estar dos passageiros."
In "Correio da Manhã", 19/10/03

"Os 109 cv do motor 1.6 TDCi são um trunfo."
In "Automotor", Janeiro 04

Recomendado
Melhor em Probabilidade Infinita

É nestas alturas que ficamos quase sem palavras.

Muito já se disse do novo Ford Focus C-MAX. Ainda agora chegou às estradas portuguesas e já deu nas vistas. A novidade é que, até 31 de Março, toda a gama Focus C-MAX vem equipada de série com ar condicionado. Visite já o seu Concessionário Ford. Só temos boas notícias para lhe dar. Novo Ford Focus C-MAX. Qualidade em todos os sentidos. www.ford.pt

Novo Ford Focus C-MAX Desenhado para viver. Construído para durar. 

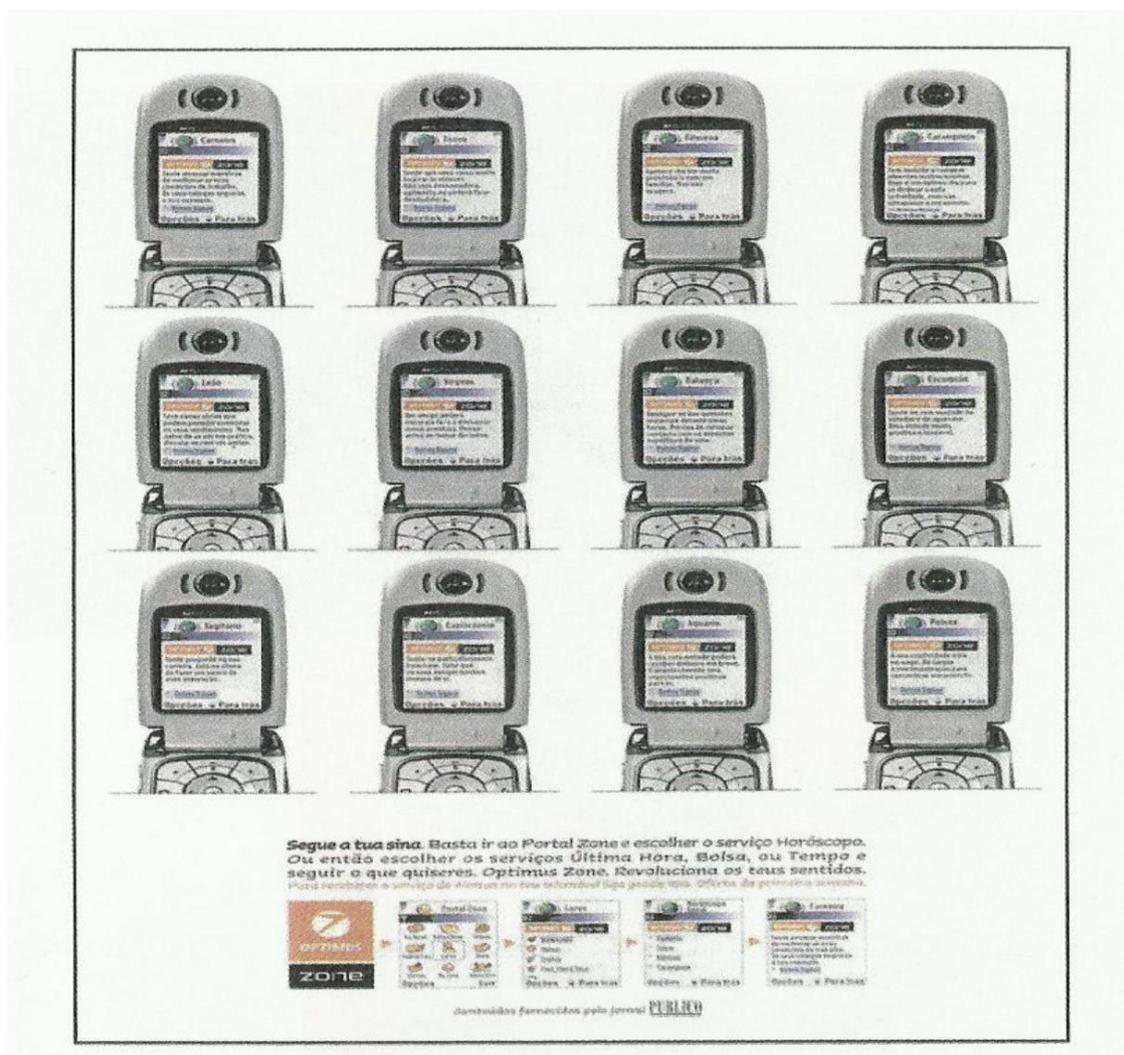
Fonte: Miranda (2010)

v) Marcadores materiais/disposicionais

Estes marcadores dão conta do modo como as seções de um plano de texto são localizadas relativamente à totalidade do espaço (na escrita) ou do tempo (na oralidade) de um texto e seus aspectos materiais. Miranda (2010) entende que essas “podem estar relacionadas disposicionalmente de modos diversos: sucessivo, encaixado, intercalado, concomitante, etc.” (p.277). Como, por exemplo, se observa no texto 36, que segue uma disposição considerada sucessiva, pois apresenta uma ordenação que está de acordo com o gênero convocado (*horóscopo*). Caso a ordenação fosse diferente, subverteria o parâmetro disposicional deste gênero.

Figura 32: Celulares

(36)



Fonte: Miranda (2010)

Consideramos esta classe de marcadores que se relaciona diretamente à disposição do texto extremamente relevante quando se trata de identificar quais gêneros estão envolvidos num determinado processo de intertextualização. Contudo, não temos a mesma postura em relação aos marcadores que a autora afirma indicarem o gênero convocado por meio de aspectos materiais.

O aspecto material tem a ver com o modo de apresentação física de um texto, seja qual for o seu suporte de circulação, segundo Miranda (2010) – que se deteve a analisar somente textos publicitários. Provavelmente este seja o motivo que nos levou a desconsiderar este recurso, visto que nosso trabalho se debruça, principalmente, sobre os textos verbo-visuais nos gêneros cartum, charge e tirinha.

A autora considera a formatação tipográfica e a variação cromática mecanismos que possibilitam a identificação da intertextualização. Entretanto, faz um alerta: nem todos os casos de intertextualização têm marcadores desta natureza. Os suportes também “condicionam as possibilidades de mobilização dos recursos materiais” (p.285). Mas há de se levar em consideração que essas possibilidades “(tal como os próprios suportes) mudam historicamente: as publicações jornalísticas de começo e meados do século XX não contavam com a mesma tecnologia que as publicações do início do século XXI” (p.286).

Os exemplos que Miranda (2010) apresenta para mostrar a ocorrência destes marcadores quase que invariavelmente estão ligados a gêneros jornalísticos. Por exemplo, nos artigos jornalísticos são recorrentes: em todas as seções, usar caracteres pretos sobre fundo branco; iniciar o corpo do texto por um item lexical em letras maiúsculas; apresentar a mesma tipografia em todo o corpo do texto e construir o título com caracteres de maior tamanho relativamente ao corpo do texto. A variação cromática, segundo a autora, também tem destaque, como a cor rosa estar associada ao mundo feminino. Como mencionamos anteriormente, estes não são mecanismos relevantes a ponto de ser criada uma classe de marcadores contemplando-os; até porque as ocorrências em que eles aparecem são particulares (servem apenas para textos escritos, conforme Miranda [2010]). Melhor seria incluí-los como uma submodalidade, já que sua abrangência é restrita.

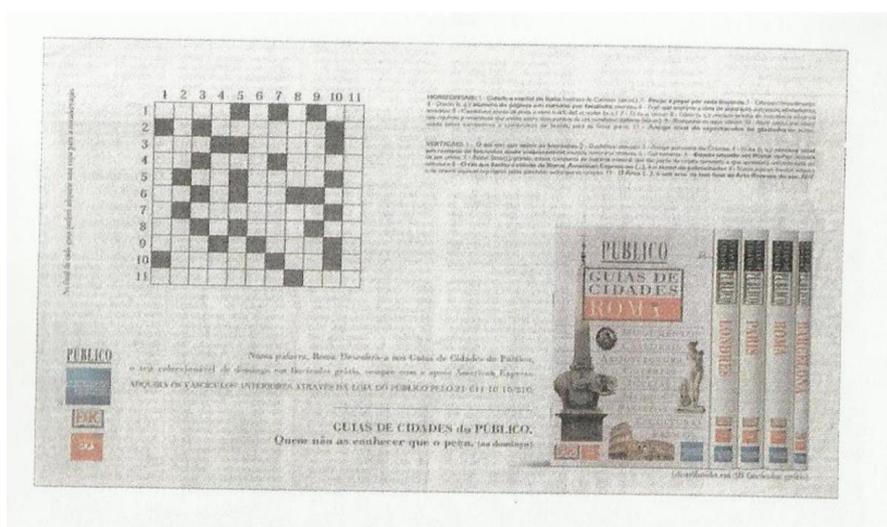
vi) Marcadores interativos

O processo de intertextualização é, por sua natureza, uma relação entre parâmetros de diferentes gêneros (MIRANDA, 2010). Diferentes espécies de fenômenos relacionais realizam-se nos textos. Com base nisto, Miranda (2010) observa a possibilidade de funcionamento de mecanismos interativos desempenhando o papel de marcadores semiolinguísticos. A autora dividiu-os em dois grupos: os mecanismos de ordem interna (intratextual) e os mecanismos de ordem externa (extratextuais) - que convocam aspectos exteriores ao texto para colocá-los em relação com elementos internos.

Os mecanismos intratextuais dizem respeito “às interações entre diferentes secções de um plano de texto” (p.292). Consoante Miranda (2010), “nos géneros que se caracterizam pela mobilização de um plano de texto convencional, as secções (todas ou algumas delas) podem estabilizar modos particulares de funcionamento relacional” (p.293). O título, nos textos jornalísticos, por exemplo, sintetiza e anuncia o conteúdo temático desenvolvido no corpo do texto. A autora afirma que as relações intersemióticas são um caso específico de interação interna: “as unidades verbais e não verbais podem interagir de modos diversos, instaurando relações de complementaridade, redundância, ilustração, especificação ou explicitação, entre outras” (p.297). O texto 37 ilustra bem esta interação, em que se instaura uma relação de complementaridade entre o *anúncio publicitário* e as *palavras cruzadas*.

Figura 33: Palavras-cruzadas

(37)

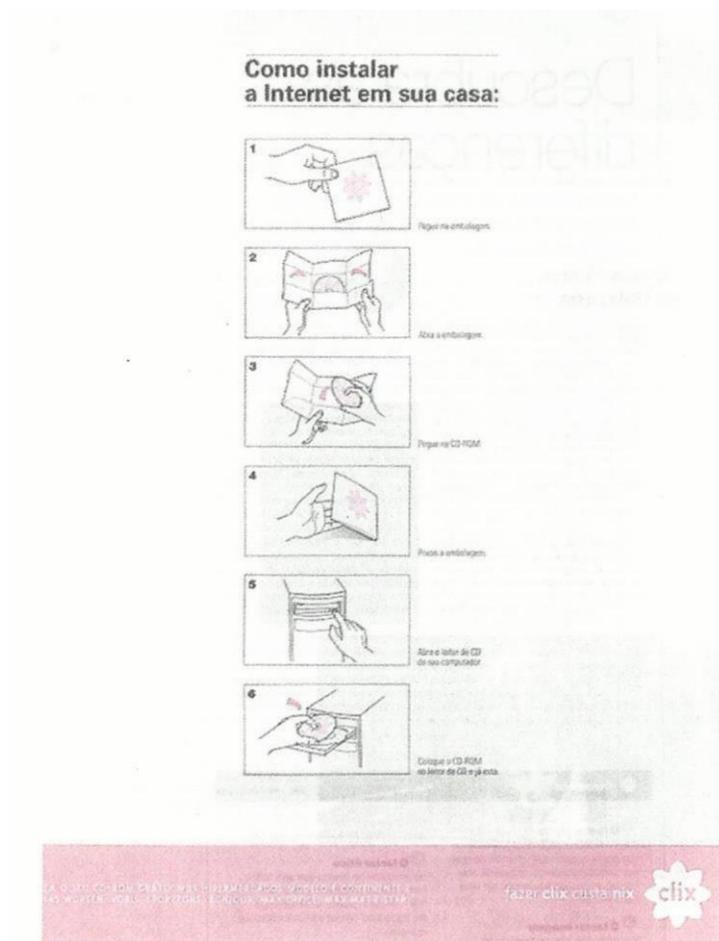


Fonte: Miranda (2010)

De mesma natureza, mas relação diferente, o texto 38 mostra o gênero *anúncio publicitário* convocando traços do gênero *manual de instruções*, estabelecendo uma relação de redundância, visto que o componente não verbal é reforçado pelo componente verbal.

Figura 34: Clix

(38)



Fonte: Miranda (2010)

As interações extratextuais foram consideradas por Miranda (2010) potencialmente relevantes para participar como pistas para a identificação dos gêneros convocados, mesmo afirmando que “qualquer texto estabelece relações com o ‘exterior’, ou seja, todo texto é um objeto em situação e é constitutivamente dialógico” (p.301). Dizemos ‘potencialmente’ porque consideramos que esta interação já tem, por si só, um caráter constitutivo nos processos de intertextualização, que também é considerada por Miranda (2010) um processo interativo extratextual. Entendemos que

estes marcadores são irrelevantes se tomados como única forma de se determinar um gênero convocado. A autora admite isso; contudo, usa o exemplo 39 como uma possibilidade de exemplificar este tipo de interação. Trata-se de um *anúncio publicitário* que convoca traços do gênero *fotonovela*, que, por sua vez, convoca gêneros que lhes são constitutivos – geralmente os textos orais. Segundo a explicação de Miranda (2010), a *fotonovela* assimila traços temáticos e intencionais de uma interação comercial, produzindo, assim, “uma organização interativa de tipo recursivo” (p.303).

Figura 35: Impostos

(39)

Substituímos as velas e afinamos o motor... falta mais alguma coisa?

Sim, a factura.

Com factura, o seu dinheiro vai para onde deve ir.

Pedir factura é um pequeno gesto com grande importância. Com factura, você sabe que o dinheiro do seu imposto vai para todos nós, em vez de ir direitinho para o bolso de outro. Se todos pensarmos e fizermos assim, o Estado consegue arrecadar maior receita e, logicamente, começar a baixar os impostos. Logo, quando todos pagam, todos pagam menos. Por isso, para seu bem e para bem de todos, lembre-se: facturas. Todos temos a *dever* de pedir e a obrigação de dar. A começar por si.

IMPOSTOS
Quando todos pagam, todos pagam menos.

Autoridade Tributária e Aduaneira

Fonte: Miranda (2010)

Em seguida, inserimos os quadros resumitivos com as subdimensões semiolinguísticas e a descrição dos respectivos marcadores.

Quadro 12: Resumo das subdimensões semiolinguísticas

(SUB)DIMENSÃO SEMIOLINGUÍSTICA	MARCADORES INFERENCIAIS
COMPOSICIONAL	Plano de texto convencional (secções)
	Tipos de discurso (discurso teórico, discurso interativo, narração, relato interativo)
	Articulação entre diferentes tipos de discurso
	Sequências (narrativa, dialogal, descritiva, injuntiva)
	Estrutura sequencial
	Estruturação frásica
	Estruturação morfológica (abreviação vocabular)

(SUB)DIMENSÃO SEMIOLINGUÍSTICA	MARCADORES INFERENCIAIS
ESTRATÉGICA / INTENCIONAL	Actos de linguagem (actos, macroactos, encadeamento de actos)
	Estratégias e processos discursivos (inscrição do enunciador, emprego de aspas, citação)

(SUB)DIMENSÃO SEMIOLINGUÍSTICA	MARCADORES INFERENCIAIS
DISPOSICIONAL / MATERIAL	Disposição (paginação)
	Aspecto material (variação tipográfica e variação cromática)

(SUB)DIMENSÃO SEMIOLINGUÍSTICA	MARCADORES INFERENCIAIS
INTERACTIVA	Relações intratextuais (entre secções de um plano, intersemióticas)
	Relações extratextuais (discurso relatado, intertextualização)

(SUB)DIMENSÃO SEMIOLINGUÍSTICA	MARCADORES INFERENCIAIS
TEMÁTICA	Conteúdo temático e progressão temática
	Campo semântico (léxico)
	Fraseologias ou expressões ritualizadas
	Unidades lexicais e expressões associadas a conteúdos ficcionais

(SUB)DIMENSÃO SEMIOLINGUÍSTICA	MARCADORES INFERENCIAIS
ENUNCIATIVA	Ancoragem espacial (advérbios locativos e topónimos)
	Deícticos temporais
	Valores dos tempos verbais (o presente)
	Organização global do tempo (modalidades: 'unitária' e 'fragmentada')
	A inscrição do enunciador (primeira pessoa do singular)
	A inscrição do destinatário (segunda pessoa, formas de tratamento)

Fonte: Miranda (2010)

Julgamos que esses marcadores semiolinguísticos são extremamente relevantes tanto para o reconhecimento da intertextualização quanto da intertextualidade em textos verbo-visuais. É certo que alguns são mais recorrentes que outros e não são excludentes – como demonstraremos no capítulo 5, analisando charges, tirinhas e cartuns.

3.5.3 Intertextualização e intergenericidade

O início do século XX, mais precisamente a década de 20, suscitou questionamentos em relação às “misturas” de gêneros, consequência das mudanças sociais e culturais. Retomando o pensamento de Geertz, Lima Neto e Araújo (2012) observam que

(...) parecer haver uma reconfiguração do pensamento social em decorrência das hibridações, logo, as formas de categorizar estão sendo alteradas em virtude do que acontece de novo, e os gêneros são bons exemplos das misturas que ocorrem numa dada sociedade (p.274).

Dá surgirem muitas pesquisas relacionadas aos gêneros textuais. Como já dizia Marcuschi (2008), num subtítulo de um capítulo de uma de suas obras: “O estudo dos gêneros não é novo, mas está na moda” (p.149), aludindo aos estudos de Bakhtin (2010). O linguista russo postulou que os gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (p.262). Por sua vez, à totalidade do enunciado subjaz o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, que são determinados “pela especificidade de um determinado campo da comunicação”. Sua contribuição intelectual para os estudos da linguagem guiaram e continuam guiando várias pesquisas no assunto. Suas ideias são atemporais e parecem não deixar cessar a discussão sobre os fenômenos que envolvem a língua:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2010, p.261).

Relativamente aos gêneros textuais, percebemos imbricações que, por vezes, demandam uma definição distinta para cada realização empírica. Surge, então, a necessidade de se identificar critérios que possam embasar esta ou aquela forma de conceituar determinado fenômeno. Conforme ilustrado e discutido no capítulo 3, um novo termo foi proposto para tratar das relações entre gênero e texto: *intertextualização*, cunhado por Miranda (2010). Algumas acepções referentes a essas relações parecem, em alguns pontos, concordar e, em outros, divergir parcial ou totalmente.

Para Marcuschi (2008), “a questão central não é o problema da nomeação dos gêneros, mas a de sua identificação, pois é comum burlarmos o cânone de um gênero fazendo uma mescla de formas e funções” (p.164). Quando se trata da mistura de gêneros, em que determinado gênero desempenha certa função utilizando a forma de outro gênero, o autor adota a expressão *intergenericidade*. Seguindo a mesma linha de pensamento, Koch, Bentes e Cavalcante (2007) falam em *intertextualidade intergenérica* quando se trata de um gênero exercer a função de outro.

Já Lima Neto e Araújo (2012) assinalam que, para se identificar a intertextualidade inter-genérica, é necessário levar em consideração o suporte³⁰— além da forma e da função dos gêneros, conforme Marcuschi (2010). Os autores sugerem a fórmula a seguir para facilitar a compreensão desse fenômeno.

$$\text{Traço X do Gênero A} + (\text{Traço Y do Gênero B} + \dots) + \\ \text{Propósito do Gênero C} = \text{Gênero C}$$

Em que:

Traço X do Gênero A: uma característica do gênero (estilo, composição, forma, suporte etc.);

(Traço Y do Gênero B +...): possibilidades de inclusão de outros traços/gêneros na composição de um gênero híbrido;

Propósito do Gênero C: traço privilegiado na definição de um gênero;

Gênero C: resultado da junção dos elementos da fórmula.

Lima Neto e Araújo (2012) ressaltam que nem sempre o propósito comunicativo será o traço definidor. Os autores ilustram esta possibilidade com um exemplo³¹ de Marcuschi (2010). No caso, trata-se de um artigo de opinião em forma de poema. O que definirá o gênero como *artigo de opinião* será mais o suporte (jornal, seção de Opinião) que o conteúdo do texto. Para corroborar a ideia de que, para além da forma e da função, o suporte é caracterizador de gênero, Lima Neto e Araújo (2012) argumentam:

³⁰ Marcuschi (2010) diz que: “em muitos casos são as formas que determinam o gênero e em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente” (p.22).

³¹ Ver exemplo 40.

O leitor só consegue resgatar o propósito do gênero artigo de opinião e consegue vislumbrar a ação social que realiza porque, sociocognitivamente, ele reconhece um espaço no jornal destinado a este gênero (geralmente uma seção de um caderno do jornal) que está sendo preenchido aparentemente por um poema. Se este texto fosse veiculado de outra forma, avulsa ou em outra mídia, muito dificilmente seria identificado como um artigo de opinião” (p.283-284).

Figura 36: Um novo José

(40)

EXEMPLO 3 NELFE — 350 — ARTIGO DE OPINIÃO

UM NOVO JOSÉ
JOSIAS DE SOUZA

<p>-São Paulo-</p> <p>Calma, José. A festa não recomeçou, a luz não acendeu, a noite não esquentou, o Malan não amoleceu, mas se voltar a pergunta: e agora, José?</p> <p>Diga: ora, Drummond, agora Camdessus. Continua sem mulher, continua sem discurso, continua sem carinho, ainda não pode beber, ainda não pode fumar, cuspir ainda não pode, a noite ainda é fria, o dia ainda não veio, o riso ainda não veio, não veio ainda a utopia, o Malan tem miopia, mas nem tudo acabou, nem tudo fugiu, nem tudo mofou.</p> <p>Se voltar a pergunta: E agora, José?</p>	<p>Diga: ora, Drummond, agora FMI. Se você gritasse, se você gemesse, se você dormisse, se você cansasse, se você morresse... O Malan nada faria, mas já há quem faça.</p> <p>Ainda só, no escuro, qual bicho do mato, ainda sem teogonia, ainda sem parede nua, para se encostar, ainda sem cavalo preto que fuja a galope, você ainda marcha, José!</p> <p>Se voltar a pergunta: José, para onde?</p> <p>Diga: ora, Drummond, por que tanta dúvida? Elementar, elementar, sigo pra Washington. e, por favor, poeta, não me chame de José. Me chame Joseph.</p>
---	--

Fonte: *Folha de S.Paulo*, Caderno 1, p. 2 — Opinião, 04/10/1999

Fonte: Lima Neto e Araújo (2012)

Chegamos à conclusão de que cada autor aqui analisado sempre parte da premissa de que a relação entre gêneros é fato; porém, cada um deles acrescenta ou ignora um aspecto quando se trata de nomear este tipo de relação intertextual entre gêneros. Como nós estamos focados no estudo de Miranda (2010), convém comentar o posicionamento da autora em relação aos outros autores mencionados.

A linguista interpreta o processo de intertextualização de duas formas: a) relação necessária entre dois ou mais gêneros textuais no interior de um texto – que seriam os gêneros secundários de Bakhtin (2010), e b) processo de construção textual em que se convocam traços associados a gêneros diferentes daquele em que o texto geralmente se concretiza. Percebemos como ponto convergente das teorias a consideração de fatores linguísticos e sociais para reconhecer o fenômeno intertextual que ocorre no nível dos gêneros textuais. Quanto ao ponto divergente, Miranda (2010) considera a intertextualização uma relação secundária, baseada no processo de textualização, em que se põem em relação de copresença traços de parâmetros de textualização associados a gêneros diferentes.

Não é nosso objetivo divagar sobre as diferentes teorias sobre as relações entre gêneros. Procuramos, tão somente, explicar algumas concepções e ideias defendidas pelos autores que se debruçam neste tema tão complexo que é a relação intertextual nos gêneros textuais. Contudo, em nossa pesquisa, adotamos as ideias de Miranda (2010), sobretudo o conceito de intertextualização, pois esse fenômeno recobre satisfatoriamente as relações intertextuais entre gêneros e, por que não dizer, entre textos. Como observamos – e mostramos no capítulo 5 – todo o processo de intertextualização também pode revelar uma intertextualidade que, por ventura, esteja em determinado texto.

4 – OS GÊNEROS EM QUADRINHOS

Em meados do século XIX, na Europa, surgiam as histórias em quadrinhos (doravante HQs) tais como as conhecemos hoje. Dizemos isso porque há quem defenda a ideia de que as HQs tiveram sua origem nas pinturas rupestres, conforme Mendonça (2010). Em 2003, os europeus comemoraram o centenário das histórias em quadrinhos. Os norte-americanos, no entanto, o fizeram em 2002. Outros consideram que elas

surgiram em 1827. Os precursores desse gênero foram Busch³² e Topffer³³. O primeiro herói dos quadrinhos foi o **Menino Amarelo** (*Yellow kid*), desenhado por Richard Outcault, no fim do século XIX e publicado no jornal *New York World*. Já no Brasil, a primeira história em quadrinhos publicada foi **Nhô-Quim**, de Angelo Agostini, um italiano radicado no Brasil, pela Revista Fluminense do Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1869. O texto era escrito em rodapé, ainda não apresentava os balões”.³⁴ Mas o marco histórico dos quadrinhos no Brasil foi a publicação **A turma do Pererê**³⁵, primeira HQ brasileira feita por um só autor e também em cores. Vendeu bastante à época, porém, sua publicação foi cancelada logo após o golpe militar de 1964.

O século passado consolidou a presença constante dos gêneros em quadrinhos nos jornais impressos. Posteriormente, as HQs conquistaram, cada vez mais, leitores e passaram a circular em publicações exclusivas, como os gibis³⁶. Com o advento da internet, os quadrinhos ganharam mais um espaço de circulação, mesmo que virtual, bem como expandiu as temáticas e os estilos.

É um equívoco pensar que as HQs só despertam interesse no público infantil. Adolescentes e adultos compõem, também, grande parte do público leitor. Um dos estilos que mais cativou esse grupo de apreciadores de HQs foi o *mangá*, uma HQ tipicamente japonesa, cujos quadrinhos são lidos da direita para a esquerda (ao contrário da ordem como lemos aqui no Ocidente) e com início na última página, ou seja, de trás para frente. Para se ter uma ideia do quanto as HQs despertam diferentes interesses, vejamos o comentário abaixo, postado num blog³⁷ especializado em gêneros em quadrinhos.

Ainda ontem, denegridos e atacados por todos os lados, os comics suscitam hoje uma paixão e um interesse extraordinários. Os psicólogos os analisam, os sociólogos os dissecam, os pintores tentam captar-lhes a essência e a força: a *pop art*, por exemplo, procura tratar a história em quadrinhos como um elemento constitutivo da paisagem contemporânea. A crítica, por muito tempo bitolada, vai aos poucos despertando para a compreensão de que a história em quadrinhos americana não é uma série incoerente de desenhos,

³² Foi um influente poeta, pintor e caricaturista alemão, famoso pelas suas histórias satíricas ilustradas com textos em verso.

³³ Natural de Genebra, escritor, artista, professor da Universidade de Genebra e autor de novelas e também de histórias em imagens, plenas de fantasia.

³⁴ Informações fornecidas por Maria Cecília Amaral, professora que colaborou com o artigo “*O uso de histórias em quadrinhos como recurso pedagógico*”, na revista *Discutindo literatura – Especial quadrinhos*.

³⁵ Informações retiradas de uma entrevista do quadrinista Zivaldo à revista *Discutindo literatura – Especial quadrinhos*.

³⁶ A revista *Gibi*, lançada em 1939 por Roberto Marinho, transformou-se rapidamente num grande sucesso e, com o tempo, passou a ser a denominação genérica das histórias em quadrinhos em todo o Brasil.

³⁷ <http://powsoctunc.blogspot.com.br/2007/09/os-anos-60-70-e-nova-era-dos-quadrinhos.html>

mas a forma mais autêntica dos sonhos, das aspirações, das grandezas e das misérias do nosso século. Por sua vez, os países latinos entraram em cena apresentando talvez os artistas cujo grafismo é o mais belo atualmente.

Algumas pessoas podem, erroneamente, pensar que a leitura das HQs seja mais fácil que a leitura dos textos tipicamente verbais. É verdade que os leitores, ao terem contato com textos verbo-visuais, como as HQs, constroam o sentido a partir dos componentes verbal e não verbal. Para Mendonça (2010), descobrir e entender como essa relação funciona e a partir daí atribuir sentido ao texto “é uma das atividades linguístico-cognitivas realizadas continuamente pelos leitores de HQs.” (p.212).

Pela característica gráfico-visual dos gêneros em quadrinhos, podemos considerar que a leitura e a compreensão desses gêneros, assim como de outros gêneros de textos, se tornam mais ou menos complexas, levando-se em consideração a temática, o estilo, o contexto de produção e de recepção, o propósito comunicativo e o conhecimento de mundo do leitor. Concordamos com Mendonça (2010) quando diz que,

Visualmente, as HQs são facilmente identificáveis, dada a peculiaridade dos quadros, dos desenhos e dos balões. Entretanto, as HQs revelam-se um gênero tão complexo quanto os outros no que tange a seu funcionamento discursivo. Por isso, categorizá-las exige um grande esforço de sistematização, tendo em vista a multiplicidade de enfoques possíveis. (p.210)

Partindo dessas perspectivas, questionamos a natureza dos gêneros em quadrinhos: rótulo para abrigar diferentes gêneros, cada um com suas especificidades, ou um único gênero, com características comuns em suas manifestações, como a charge, a tirinha, entre outras? Optamos por acolher a definição de gêneros quadrinhos “como um grande rótulo que agrega vários gêneros que compartilham uma mesma linguagem em textos predominantemente narrativos” (RAMOS, 2012, p.21). Consoante Ramos (2012), os gêneros em quadrinhos carecem de um estudo minucioso, visto que equívocos em relação às tipologias (tira cômica, tirinha, tira em quadrinhos, entre outras) são frutos de um desconhecimento das características desses gêneros.

Ainda hoje, não há consenso em posicionar as HQs numa esfera da linguagem. Alguns defendem que elas pertencem à literatura, devido a adaptações de clássicos, como *O alienista*, de Machado de Assis; outros dizem que as HQs envolvem várias formas de linguagem (BARBIERI, 1998 *apud* RAMOS, 2012). O certo é que elas

adquiriram uma linguagem autônoma, como defende Ramos (2012) em seu livro que versa sobre a leitura dos quadrinhos. Vale ressaltar alguns pontos que o autor considera importantes no que tange à natureza dos quadrinhos (RAMOS, 2007 *apud* RAMOS, 2012):

- i) Diferentes gêneros utilizam a linguagem dos quadrinhos;
- ii) Predomina nas HQs a sequência ou tipo textual narrativo;
- iii) As histórias podem ter personagens fixos ou não;
- iv) A narrativa pode ocorrer em um ou mais quadrinhos, conforme o formato do gênero;
- v) Em muitos casos, o rótulo, o formato, o suporte e o veículo de publicação constituem elementos que agregam informações ao leitor, de modo a orientar a percepção do gênero em questão;
- vi) A tendência nos quadrinhos é a de uso de imagens desenhadas, mas ocorrem casos de utilização de fotografias para compor as histórias.

Especificamente, analisaremos textos nos gêneros cartum, tira cômica e charge, que, apesar de constarem no universo dos gêneros das HQs, têm características que os distinguem. A charge é considerada um texto de humor que aborda um fato ou tema que está em voga nas mídias. Seu objetivo é recriar, de forma ficcional, o assunto tratado sob um viés humorístico e, por vezes, satírico. Para Romualdo (2000 *apud* RAMOS, 2012), a relação intertextual é um dos elementos constituintes da charge, pois o “tema do desenho pode ser pautado por notícias reportadas de forma verbal, visual (caso das fotos) ou verbo-visual” (p.21). O cartum pode ser confundido com a charge; o que os diferencia é que aquele não está vinculado a um fato noticiado como este. As abordagens feitas no cartum “dizem respeito a situações relacionadas ao comportamento humano, mas não estão situadas no tempo, por isso são denominadas de atemporais e universais, ou seja, não fazem referência a uma personalidade em específico”³⁸. Para ilustrar esta diferença, vejamos os exemplos a seguir. No exemplo 41, temos uma *charge* que foi publicada à época em que a Copa do Mundo de futebol aconteceria aqui no Brasil. Mesmo que o componente verbal proporcione a compreensão do texto, trata-se de um tema pontual, bastante discutido naquele momento, pois os governos federal, estadual e municipal estavam construindo e reformando estádios, malha viária, dentre

³⁸ Fonte: <http://www.escolakids.com/cartum-e-charge.htm> (Acesso em 25/05/2015)

outros, “limpando” as cidades que seriam sedes dos jogos. Para que essas ações se concretizassem, muitas pessoas foram desalojadas, fato que causou opiniões divergentes. Já em 42 temos um *cartum* que retrata a influências das redes sociais virtuais na vida das pessoas, no caso do exemplo o *Facebook*: um casal que aguarda o nascimento de seu filho para 5 meses adiante se espanta com a quantidade de “amigos” que o bebê tem antes mesmo de nascer, demonstrando que, na maioria dos casos, as pessoas estabelecem “amizades” sem nem conhecer o amigo.

Figura 37: Copa do mundo

(41)



Fonte: Eugênio Neves (2014)

Figura 38: Perfil no Facebook

(42)



Fonte: Randy Glasbergen (2015)

Já a tira cômica (que recebe, também, nomes como *tira*, *tirinha*) tem sua temática ligada ao humor; seu texto é curto e seus personagens podem ser fixos ou não; a sequência narrativa é predominante e seu desfecho é inesperado. Para Ramos (2007 *apud* 2012, p.24), “o gênero usa estratégias semelhantes a uma piada para provocar o efeito de humor. Essa ligação é tão forte que a tira cômica se torna um híbrido de piada e quadrinhos”. No exemplo 43, temos dois personagens que podemos considerar como fixos: Mônica e Cebolinha, criados por Maurício de Sousa. Apesar de se constituir por apenas dois quadros, a sequência narrativa é perceptível graças ao componente verbal (que serve de roteiro para cognitivamente o leitor ativar seus conhecimentos sobre esta sequência, bem como da situação cotidiana apresentada na tirinha) e ao componente não verbal (o primeiro quadrinho foca apenas na expressão facial da personagem Mônica, que poderíamos considerar como o “conflito da narrativa”, pois a situação inicial, assim pensamos, seria inferida a partir da compreensão das falas dos personagens e dos desenhos; o segundo quadrinho equivaleria ao “clímax” e ao “desfecho” da narrativa).

Figura 39: Mônica e Cebolinha

(43)



Fonte: Mauricio de Sousa (1999)

Cada um desses gêneros é produzido segundo alguns critérios, como a intenção do autor; a forma como a história será classificada pela editora ou pelo veículo de comunicação em que ela circulará; o nome com o qual o gênero foi popularizado, tornando-o o mais conhecido do público (RAMOS, 2012, p.29). O que se observa é uma tendência em rotular estes gêneros por temas, ainda que os estudiosos ressaltem precisar de mais pesquisas no assunto.

5 INTERTEXTUALIDADE E INTERTEXTUALIZAÇÃO EM CARTUNS, TIRINHAS E CHARGES

Optamos por trabalhar com os gêneros em quadrinhos, pois os consideramos produções textuais riquíssimas em intertextualidade, fator que, por muitas vezes, observamos ser um entrave na construção do sentido do texto. Pensamos que seria mais do que providencial iniciar estudos e pesquisas com o intuito de propiciar formas de se trabalhar, especificamente, esses gêneros, levando em consideração os processos intertextuais envolvidos e a construção de sentido dos textos no ensino de Língua Portuguesa – podendo perfeitamente se estender a outras disciplinas escolares. Afinal de contas, defendemos que todo texto é dialógico e tem marcas que, mais ou menos implícitas/explicitas, remetem a outros textos e gêneros textuais.

Inicialmente, fizemos um levantamento sobre os estudos relativos à intertextualidade, que, em sua grande maioria, versam sobre os textos literários. Nosso trabalho adota como suporte teórico o estudo de Genette ([1982] 2010) sobre as relações transtextuais – principalmente a *intertextualidade* e a *hipertextualidade*; a pesquisa desenvolvida por Miranda (2010), que trata das relações entre gêneros de textos, as quais denomina como *intertextualização*, e os trabalhos de Ramos (2012-2013), que versam sobre as características da linguagem dos gêneros em quadrinhos, sobretudo as particularidades dos gêneros *charge*, *cartum* e *tirinha*. Também nos reportamos a uma pesquisa que consideramos relevante nos estudos da intertextualidade em textos verbo-visuais. Trata-se da tese de doutorado de Faria (2014), intitulada “*Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*”, que reflete “sobre a possibilidade de a forma de apresentação da implicitude nas copresenças ser diferente da forma como ela se manifesta nas derivações” (p.13). Os propósitos da autora, que se baseia sobretudo em Genette ([1982] 2010), são:

(...) repensar os critérios para a classificação do fenômeno intertextual em textos não literários, particularmente em textos verbo-visuais, para investigar como a relação intertextual se faz em diferentes manifestações de linguagem. (...) O propósito maior, no entanto, é advogar que a separação entre fenômenos de copresença (citação, alusão/referência, plágio) e de derivação (por transformação e por imitação) não só não deve ser tomada como parâmetros dicotômicos, como também deve ser entendida como uma relação de constituição, pois as derivações só se constituem por apelo a casos de copresença. (p.15-16).

Sua hipótese é de que a citação e a alusão sejam estratégias necessárias para construir paródias e paráfrases em textos verbo-visuais. Para isso, Faria (2014) investiga se há a possibilidade das tipologias intertextuais estudadas em textos verbais se manifestarem, também, em textos de natureza verbal e não verbal, especificamente em charges e cartuns – embora ateste que essas mesmas tipologias não poderiam ser aplicadas de igual maneira nestes gêneros.

Em nosso trabalho, para análise do *corpus*, consideramos as intertextualidades de copresença por *citação* e *alusão* e as relações de derivação (paródia e travestimento) atestadas por Genette ([1982] 2010) e os marcadores semiolinguísticos propostos por Miranda (2010) para a identificação da *intertextualização*.

5.1 Análise de cartuns

O cartum, por sua natureza, retrata situações comunicativas bem recorrentes e quase sempre atemporais. Com o advento da internet nas décadas finais do século passado, este gênero ganhou mais um espaço de divulgação, pois o veículo de comunicação no qual eles mais figuravam eram jornais e revistas. Parece-nos que o ambiente virtual favorece a produção deste gênero – além dos outros que fazem parte dos gêneros em quadrinhos, visto que uma de suas características é reproduzir ficcionalmente uma cena que retrate situações universais, sem se ater a um contexto específico, de forma que a compreensão textual se construa através da linguagem mista (verbal e não verbal), em apenas um quadrinho. Esta última característica do cartum, particularmente, favorece sua difusão nos ambientes virtuais: texto com apelo visual e “economia” de palavras – quase tudo aquilo que os “internautas” procuram quando “navegam” pela *web*.

É muito comum ouvir/ler comentários de indivíduos menos informados que os gêneros em quadrinhos são de qualidade literária inferior aos textos verbalmente consagrados. Isto se comprova, por exemplo, nas salas de aula: quando perguntamos o que é um texto, quase que a totalidade dos alunos se refere a textos escritos. Mas o que está envolvido nestas produções textuais é mais complexo, como a intertextualidade, que permeia toda a construção dos textos empíricos.

O cartum abaixo, exemplo 44, nos permite concluir que o objetivo do cartunista é satirizar e/ou criticar os costumes humanos, em particular a prática do preconceito. O personagem, ao se deparar com uma pessoa com necessidades especiais, oferece-lhe uma esmola, quando na verdade ela queria apenas obter uma informação. A primeira imagem retrata o homem que está em pé a dar a esmola com uma aureola sobre sua cabeça, aludindo à figura de um anjo, que, por sua vez, permite metaforicamente inferir que este mesmo homem acredita estar fazendo uma caridade e, logo, se considerando um “anjo”. O recurso intertextual da alusão só pode ser apreendido através de um componente não verbal (a aureola sobre a cabeça do personagem). Para Miranda (2010), este caso imita uma cena cotidiana prototípica, que é a situação de pedir esmola – um caso semelhante ao do texto 11.

Figura 40: Portador de necessidades especiais

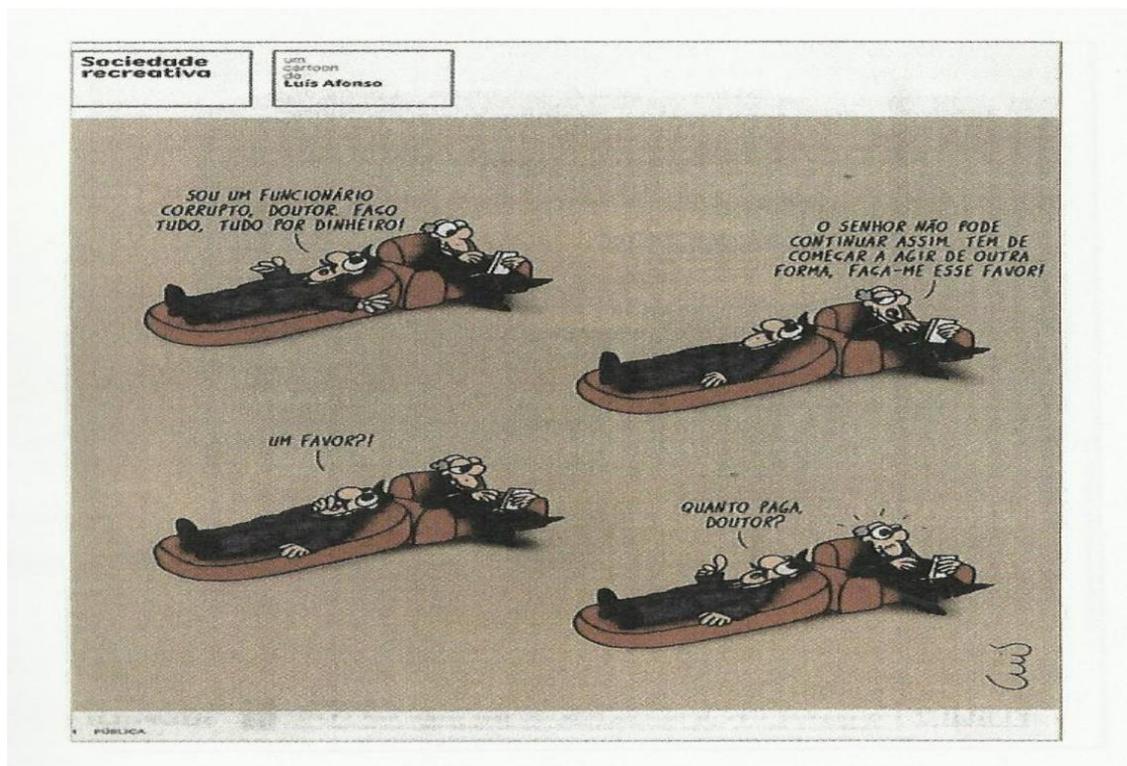
(44)



Fonte: Ricardo Ferraz (1982)

Figura 7: Charge “Sociedade recreativa”

(11)



Fonte: Miranda (2010)

O texto 45 merece atenção especial, pois detectamos imbricações de ordem intertextual. Primeiro, há, claramente, uma paródia, cujas pinturas-fonte (se é que podemos chamá-las assim) foram transformadas com finalidade humorística - as pinturas em questão são a *Mona Lisa*³⁹ e *O Grito*⁴⁰. Segundo, outro fenômeno intertextual presente no texto é a alusão: o componente verbal (“Não grite; melhore seus argumentos!”) “proferido” pela *Mona Lisa*, faz um trocadilho com a obra *O Grito*, para a qual ela se reporta. As afirmações de Faria (2014) corroboram a proposta de intertextualização de Miranda, na medida em que atestam que as alusões promovem os casos de paródia, como exemplifica 45, configurando-se numa *intertextualização total* no que concerne à área de cobertura do texto empírico.

³⁹ Obra do pintor renascentista italiano Leonardo da Vinci, datada de 1503-1506.

⁴⁰ Obra do pintor expressionista norueguês Edvard Munch, de 1893.

Figura 41: “O grito” X “Mona Lisa”

(45)

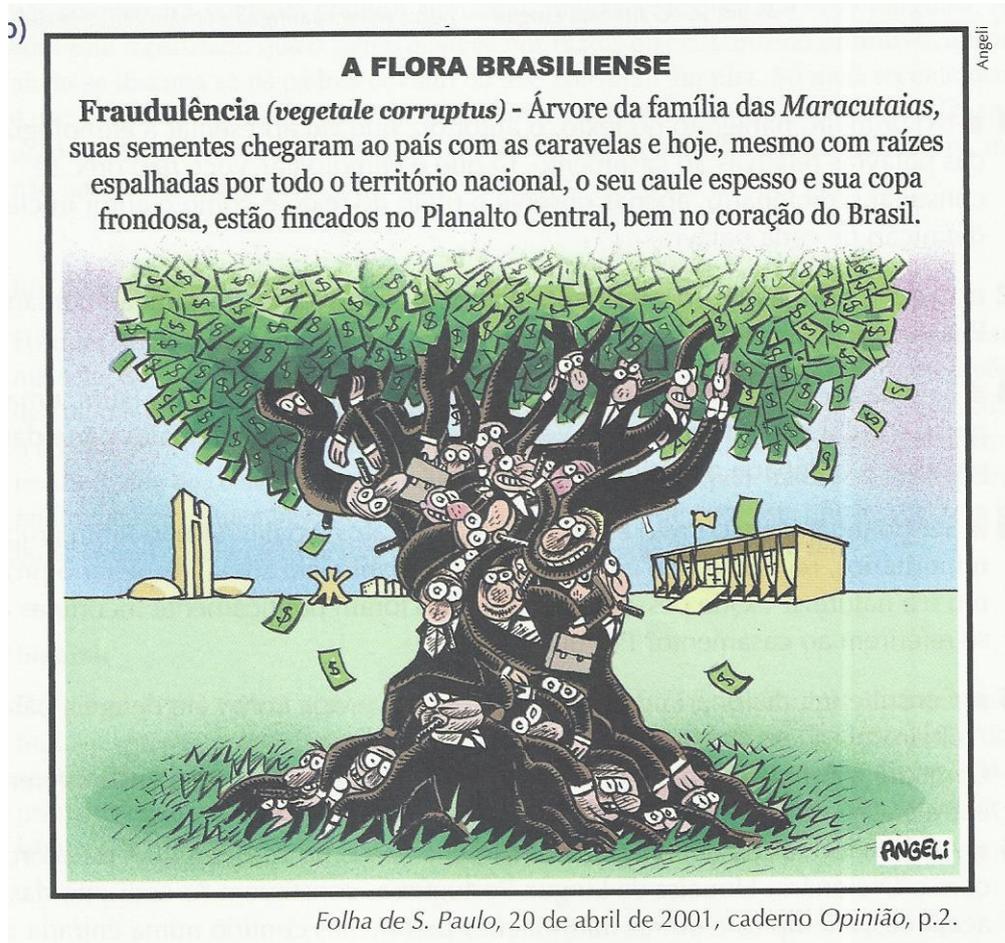


Fonte: Desconhecida

O texto 46 nos apresenta claramente uma ocorrência de intertextualização. Temos como gênero convocante o *cartum* e como gênero convocado o *verbetes de dicionário*, que é salientado através de um marcador classificado por Miranda (2010) de composicional, cuja função está ligada aos fenômenos de estruturação de unidades textuais. A autora considera haver, especificamente, um marcador genérico de tipo discursivo, que indicia o discurso teórico, que, por sua vez, é manifestado através de frases declarativas e verbos no presente com valor genérico – características próprias dos verbetes de dicionário. Miranda (2010) também prevê o plano de texto nessas ocorrências: entrada (“Fraudulência”), nome em latim (“*vegetale corruptus*”) e definição.

Figura 42: A flora brasileira

(46)



Fonte: Angeli (2001)

Com o intuito de homenagear as grandes obras-primas da pintura, o desenhista Mauricio de Sousa lança uma edição da *Turma da Mônica em quadrões*. Nela estão releituras muito criativas e bem-humoradas de quadros famosos. O texto 47 traz uma dessas releituras: a personagem *Mônica* em “O banho da gorducha” parodiando a obra “Vênus ao espelho”, de Velázquez⁴¹. Vemos que a intertextualidade presente no exemplo, considerada por Genette (2010) uma paródia, promove um caso de *intertextualização parcial* no que tange à localização espacial, pois vemos que a mudança feita em relação ao texto-fonte (a obra “Vênus ao espelho”) é pontual, não abrangendo toda a pintura.

⁴¹ Diego Velázquez (1599-1660), principal artista do Século de Ouro Espanhol.

Figura 43: Velázquez e Mauricio de Sousa
(47)



Fonte: Diego Velázquez (1647 a 1651) e Mauricio de Sousa (1995)

Nesta primeira análise, com cartuns, podemos observar que os casos de intertextualização, quase que invariavelmente, recorrem ao fenômeno intertextual da alusão como recurso para se criar a paródia.

5.2 Análise de charges

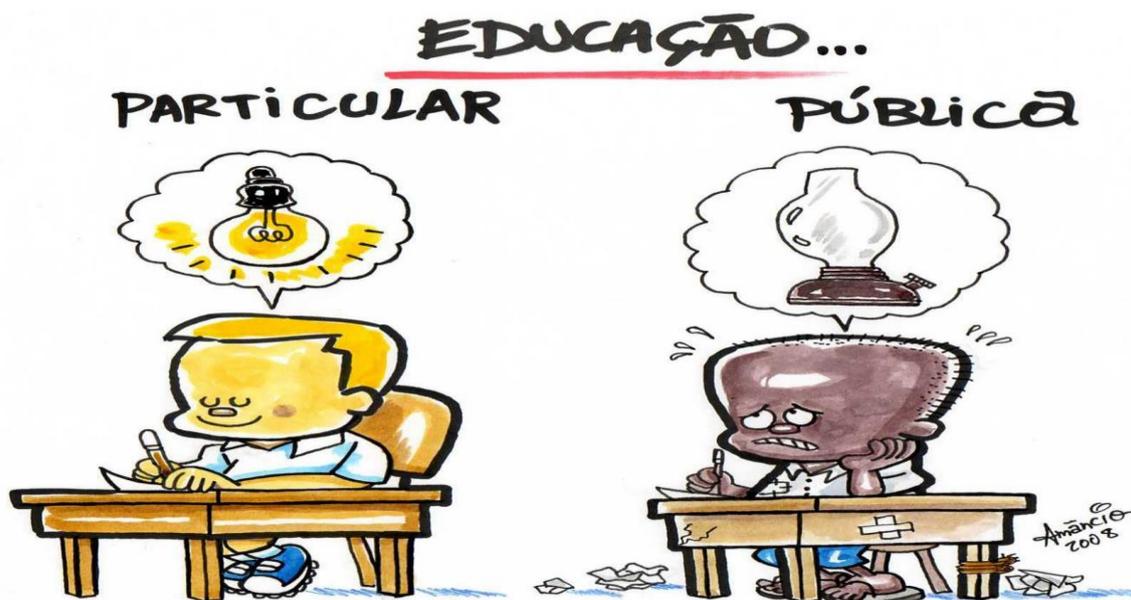
De forma semelhante à do cartum, a charge também se configura como um gênero em quadrinho constituído de componentes não verbais (sempre) e verbais (em sua maioria), mas retrata situações pontuais, inseridas num contexto específico. Geralmente, são sátiras e críticas relativas à vida pública, à política, às celebridades artísticas, esportivas, entre outras. Para que seu sentido seja apreendido, é necessário que os conhecimentos de mundo do destinatário sejam suficientes para ele interpretar a mensagem da charge, que é um gênero de texto essencialmente intertextual.

No exemplo 48, observamos dois garotinhos que representam, de forma fictícia, um aluno de escola particular e um aluno de escola pública. Pela caracterização de cada um deles, podemos entender que se trata de uma crítica ao sistema de ensino e de como essa realidade explica algumas práticas preconceituosas. De um lado, temos o aluno de escola particular: branco, loiro, aparentemente feliz, fardamento em bom estado de uso, material escolar de boa qualidade e mobília da sala de aula conservada. De outro lado, o

aluno da escola pública: negro, aparentemente triste, fardamento em mau estado de uso (há um remendo na blusa), material escolar simples, mobília da sala de aula em péssimo estado e ambiente sujo. Para enfatizar o extremismo desta condição, o chargista acrescentou uma lâmpada e um candeeiro sobre as cabeças, respectivamente, do menino branco e do menino negro, como forma de aludir a uma diferença de poder aquisitivo (“o dinheiro proporciona bem-estar e qualidade de vida”). Entendemos que todas estas inferências foram compreendidas graças ao componente não verbal. A linguagem verbal serviu apenas para identificar claramente os sujeitos. Acreditamos que, se este componente fosse retirado, não causaria prejuízo na compreensão do texto. O que determina o entendimento são as alusões feitas a determinadas opiniões manifestadas em frases feitas (“todo negro é pobre e não tem acesso a educação de qualidade”) e situações (“falta de investimento no ensino público por parte do governo”). Portanto, o fenômeno intertextual de alusão se deu através dos componentes não verbais, que reportam o leitor a conhecimentos de mundos partilhados socialmente. Vale salientar que se trata de alusão a determinados tipos de discurso, que se manifestam, por exemplo, através de frases feitas, e não a textos específicos. Consideramos o exemplo como um fenômeno de intertextualização que incorpora alusão ao discurso político-social.

Figura 44: Educação

(48)



Fonte: Amâncio (2008)

A próxima charge, exemplo 49, tem a finalidade de satirizar dois candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2014. À época, a candidata Marina Silva ficou conhecida por não apresentar uma proposta de governo própria, original, seguindo sempre os candidatos de oposição a então presidente reeleita Dilma Rousseff. Um desses candidatos era o mineiro Aécio Neves, cuja marca de campanha foi atacar a presidente Dilma e o seu partido político, o PT (Partido dos trabalhadores) – que, atualmente, passam por uma crise. Esta charge faz uma alusão aos contos de fadas; seus traços são identificáveis através do componente verbal (“Espelho, espelho meu...”) e do componente não verbal (cena de um conto de fadas em que a rainha má pergunta ao espelho se existe mulher mais bonita que ela). Ao mesmo tempo, observamos o fenômeno da referência, quando o espelho “responde” à pergunta da candidata Marina Silva: “Existem! As de Aécio Neves”. Tendo em vista estas intertextualidades, defendemos que elas podem ser responsáveis por fenômenos de intertextualização caracterizados por Miranda (2010). Funcionariam como recursos semiolinguísticos de intertextualização, já que derivam uma charge por paródia do conto infantil. Vemos aqui a incorporação de mecanismos inferenciais de sequência dialógica (presente no conto e inserida na charge), por exemplo, e a presença de um marcador temático de ficcionalização (“Espelho, espelho meu...”).

Figura 45: Espelho, espelho meu

(49)



Fonte: Genildo (2015)

A charge 50 evoca o fenômeno intertextual da alusão, com vistas a satirizar e criticar a política brasileira. Dita a Constituição que o Brasil é uma nação democrática e que o povo brasileiro é “fiscal” de seus representantes (deputados, vereadores, prefeitos etc.). Quando problemas de ordem política, social, entre outros, ameaçam o bom andamento da nação, é instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Os próprios políticos investigam e julgam seus pares, bem como aqueles que porventura estejam envolvidos em algum escândalo. O humor da charge reside em retratar como essas comissões acontecem (políticos dormem, conversam ao telefone etc.), culminando na não resolução do problema em questão. O político, no Brasil, é conhecido como um típico mentiroso e aproveitador; logo, não teria respaldo para julgar ninguém. Por isso é retratado com o nariz grande, fazendo uma alusão ao personagem das histórias infantis *Pinóquio*. Para Miranda (2010), teríamos, então, uma intertextualização indiciada por um marcador interativo através de uma relação intersemiótica: unidades verbais (“A hora da verdade” e “Comissão parlamentar de inquérito”) e não verbais (o nariz de *Pinóquio* em alusão ao ato de mentir).

Figura 46: A hora da verdade

(50)



Fonte: Aroeira (2015)

Para atestar que a intertextualização pode recorrer à alusão e/ou à paródia, analisamos o texto a seguir. Trata-se de uma cena que ficcionaliza uma sala de aula, em que os “alunos” são políticos brasileiros e a “professora” é a presidente Dilma Rousseff. Alguns destes personagens comportam-se à semelhança de um estudante comum: uns temem pela “reprovação”; outros ficam quietos, de modo a não se posicionar sobre o que está sendo discutido; alguns, confiantes, não têm dúvidas de que, ao final do “ano letivo”, conseguirão passar sem maiores contratemplos. O componente não verbal da charge revela o processo de intertextualização (uma charge que convoca o gênero *aula*), com fins humorísticos e/ou satíricos. Para reforçar, temos o componente verbal (“Classe de Direito Incivil na pátria educadora” e as falas dos personagens) aludindo à situação da política brasileira: impunidade e direito para poucos.

Figura 47: Classe de Direito Incivil

(51)



Fonte: Aroeira (2015)

Tal como o exemplo anterior, que tem a *charge* como gênero convocante e a *aula* como gênero convocado, o texto 52 faz uma crítica a um comportamento muito comum da maioria dos brasileiros: valorizar, acima de tudo, o futebol, a ponto de não

saber cantar o próprio hino nacional. Neste exemplo, o recurso da alusão à música feita para enaltecer o time de futebol brasileiro e os símbolos das notas musicais são fenômenos intertextuais que viabilizam a intertextualização – marcada, principalmente, pelo componente não verbal (sala de aula, professora, alunos, globo terrestre sobre a mesa).

Figura 48: Hino nacional

(52)



Fonte: Juan Cabral (2008)

Assim como nos cartuns, podemos observar que as alusões são processos intertextuais quase que determinantes para que se realizem os casos de intertextualização.

5.3 Análise de tirinhas

Diferente da charge e do cartum, a tirinha, por sua essência, tem implícita ou explicitamente a sequência narrativa na sua constituição, que se manifesta nas formas verbal ou não verbal. Não queremos com isso fechar as possibilidades de outras sequências integrarem-se a estes gêneros. É muito comum, também, a sequência dialogal figurar juntamente à sequência narrativa, por exemplo. Outro ponto que a difere dos dois gêneros já analisados é não se limitar apenas a um quadrinho, aumentando, assim acreditamos, as possibilidades de relações intertextuais.

Como constatamos nas análises anteriores, parece-nos que o fenômeno intertextual *alusão* mostra-se um recurso extremamente profícuo quando se trata de produções textuais em gêneros em quadrinhos. As tirinhas a seguir comprovam esta nossa hipótese.

Os próximos exemplos analisados têm em comum a presença da intertextualidade por alusão. Nosso propósito é mostrar como a alusão é recorrente nos processos de intertextualização. O texto 53 apresenta o que Miranda (2010) classificou como marcador temático para indiciar a intertextualização. Trata-se, neste caso, de léxicos e fraseologias próprios do gênero *conto de fadas*, representados pelo componente verbal. O humor está em mostrar que quem muda não é Júlio, mas sim o “patinho feio de borracha”, numa clara referência à história do clássico infantil “O patinho feio”, cujo desfecho é o mesmo da tirinha: se transformar num lindo cisne.

Figura 49: Patinho feio

(53)



Fonte: Gonsales (2002)

O texto 54 apresenta uma progressão do grau de “maldade” dos atos representados em cada quadro da tirinha: quanto mais grave é o “pecado” cometido pela pessoa, mais tempo ela vai passar no inferno. Podemos dizer que a intertextualização neste texto está explicitada por marcadores composicionais, os quais Miranda (2010) dividiu em níveis e subníveis. Os marcadores encontrados no exemplo 54 se enquadram no subnível “**organização parcial micro: tipos de discurso e sequência**”. Eles estão relacionados às formas de estruturação intermediária, que se subordinam ao plano de texto e contêm estruturas menores. No texto, encontramos marcadores genéricos do tipo discursivo: discurso jurídico, manifestado através de frases declarativas e verbos no modo infinitivo (características próprias do gênero *regulamento*).

Figura 50: Adão
(54)



Fonte: Iturrusgarai (2012)

No texto 55, o processo de intertextualização só é identificado no último quadrinho: trata-se de uma tirinha convocando o gênero *anúncio*. O que nos permite chegar a esta conclusão é a presença do marcador enunciativo, que corresponde aos fenômenos semiolinguísticos observáveis em torno das categorias **espaço, tempo e pessoa**. Especificamente neste exemplo, detectamos um marcador que diz respeito à responsabilidade enunciativa, que Miranda (2010) denomina *agentividade nos gêneros*. Partindo das ideias de Bronckart acerca do mecanismo de gestão das vozes do texto, a autora observa as ocorrências do pronome “eu” ou das formas verbais de 1ª pessoa do singular, que poderiam referir-se ao próprio autor do texto ou a algum personagem do texto. Nos anúncios publicitários, por exemplo, a 1ª pessoa do singular não remete para “a voz do autor”; caso apareça, o “eu”, não sendo uma voz citada (de um texto ou

fragmento de texto pré-existente que é introduzido no texto), está ficcionalizada - como podemos ver no exemplo 55: “Eu uso Ovelhim 2000 e disse adeus aos pelos brancos”.

Figura 51: Ovelha negra

(55)



Fonte: Gonsales (1999)

A autora faz a mesma observação em relação à forma de 2ª pessoa do singular, bem como as formas de tratamento alocutivo (o locutor enuncia sua posição em relação ao interlocutor através de formas pronominais, nominais e verbais). O texto 56 exemplifica esta manifestação de intertextualização no último quadrinho.

Figura 52: Cocoricór

(56)



Fonte: Gonsales (1999)

O texto 57 faz uma alusão aos contos de fadas no último quadrinho, na fala do personagem Cebolinha. Podemos deduzir isto através de um marcador temático, cuja presença indicia o fenômeno da intertextualização, segundo Miranda (2010): “ ‘Ela’

uma vez ‘tlês polquinhos’...). Estes tipos de marcadores são caracterizados por léxicos e expressões ritualizadas que permitem identificar a presença de determinado tema através do campo semântico ou lexical. Da mesma forma, as expressões ritualizadas num mundo ficcional (“Era uma vez...”, “Viveram felizes para sempre...”) também se comportam como um marcador temático.

Figura 53: Cascão e Cebolinha

(57)



Fonte: Mauricio de Sousa (1999)

De maneira diferente, mas com a ocorrência do marcador temático, os textos 58 e 59 ficcionalizam uma cena que é comum no meio cinematográfico: a filmagem de um filme, de uma série etc. Através da palavra “corta”, muito comum nos sets de filmagem, concluímos que se trata de uma gravação. Para além desta expressão, destacamos, também, como indiciadores de intertextualização o componente verbal “Sou dublê. A cena é muito arriscada”, no exemplo 59, e o componente não verbal (a claquete) no exemplo 58.

Figura 54: Cena de filme I

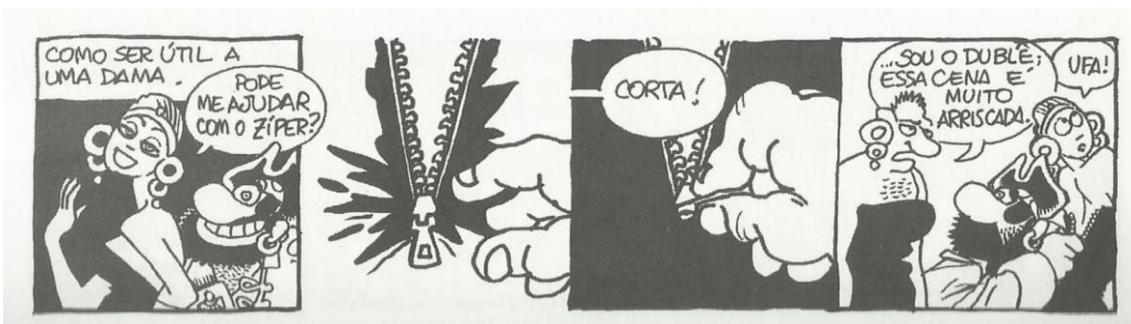
(58)



Fonte: Laerte (2007)

Figura 55: Cena de filme II

(59)



Fonte: Laerte (2007)

Terminada as análises das tirinhas, constatamos – assim como também observamos nos cartuns e nas charges -, que os casos de intertextualização, quase que invariavelmente, recorrem ao fenômeno intertextual da alusão. E que os marcadores semiolinguísticos propostos por Miranda (2010) podem contribuir para a identificação das relações intertextuais entre gêneros de texto, ainda que eles não sejam obrigatórios em todos os processos de intertextualização.

5.4 Conclusão das análises

Como já havíamos comentado no capítulo que trata da intertextualização, Miranda (2010) considera a *introdução* e a *imitação* as duas operações basilares do processo de intertextualização – e nisso concordamos com a autora. Também ratificamos a relevância dos marcadores semiolinguísticos, sobretudo os inferenciais, pois acreditamos que, ao se produzir um texto que nele se processe o fenômeno da intertextualização, é comum o produtor desse texto recorrer a elementos de organização textual associados a diferentes gêneros. Para corroborar nossas afirmações, elaboramos um quadro que mostra como esses dois critérios (operações de introdução ou imitação e classe de marcadores) são relevantes no reconhecimento da intertextualização, bem como da intertextualidade. Obtivemos esses resultados a partir da análise do nosso *corpus*, composto por charges, tirinhas e cartuns.

Quadro 13: Recorrência dos critérios de operação e dos marcadores

EXEMPLO	OPERAÇÃO	MARCADOR SEMIOLINGUÍSTICO	CLASSE DE ORGANIZAÇÃO
44	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão) Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
45	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão) Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
46	Imitação	Composicional	Sequências prototípicas
47	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão e paródia)
48	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão) Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
		Composicional	Tipos de discurso

49	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão e paródia) Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
		Temático	Léxico e fraseologias Ficcionalização
		Composicional	Sequências prototípicas
50	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão) Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
51	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão) Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
		Temático	Ficcionalização
52	Imitação	Interativo	Intertextualidade (alusão) Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
		Temático	Ficcionalização
53	Introdução	Interativo	Intertextualidade (alusão)
		Temático	Léxico e fraseologias
54	Imitação	Composicional	Tipos de discurso Sequência prototípica
55	Introdução	Enunciativo	Dêixis pessoal
56	Introdução	Enunciativo	Dêixis pessoal
57	Introdução	Interativo	Intertextualidade (alusão)
		Temático	Léxico e expressões ritualizadas
58	Introdução	Interativo	Relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal)
		Temático	Léxico
59	Introdução	Temático	Léxico

Fonte: Elaborado pela autora.

Concluímos, com essa tabela, que a operação de imitação tem maior recorrência do que a operação de introdução nos textos analisados. Não encontramos exemplos em que as duas operações se presentifiquem no texto concomitantemente.

Quanto aos marcadores semiolinguísticos, observamos que a maior incidência recai sobre o marcador interativo, especificamente a intertextualidade e as relações entre diversos sistemas semióticos (verbal-não verbal). O segundo marcador mais recorrente é o temático, que envolve léxico, expressões ritualizadas, fraseologias e ficcionalização. Em menor grau, temos o marcador enunciativo e o composicional figurando nos textos analisados. Este representado pelos tipos de discurso e pelas sequências prototípicas; aquele, pela dêixis pessoal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos o quanto é complexa a análise da intertextualidade em textos de natureza verbo-visual, principalmente quando os estudos no assunto contemplam, em sua maioria, os textos verbais literários. Da mesma forma em relação à intertextualização. Diríamos, até, que foi mais desafiador, por se tratar de uma noção cunhada recentemente pela argentina Florencia Miranda (2010) – muita ousadia nossa discorrer sobre um estudo ainda não explorado. Por isso, pensamos que há muito que se pesquisar sobre a temática; nosso estudo foi apenas o pontapé. Esperamos que, num futuro muito próximo, muitos estudos contemplem os fenômenos intertextuais nos gêneros em quadrinhos.

Nossa pesquisa começou por elencar as noções de texto, passando por conceitos afins ao da intertextualidade (polifonia e dialogismo) e pelo estudo das relações transtextuais, de Genette (2010). A maior parte de nossa pesquisa se debruçou no estudo de Miranda (2010) sobre intertextualização: seus objetivos e aportes teóricos defendidos para embasar a necessidade de cunhar um termo diferente para designar as relações intertextuais entre gêneros de textos.

A partir de nossas leituras sobre o assunto e da observação de textos empíricos, pensamos que o processo de intertextualização, nos gêneros analisados, ocorre concomitantemente com os processos intertextuais, sejam eles por copresença, sejam

por derivação – sendo os mais comuns a **alusão** e a **paródia**. Os marcadores semiolinguísticos propostos por Miranda (2010) mostraram-se recursos relevantes para indiciar não só a intertextualização, mas também a intertextualidade.

Alguns dos textos analisados comprovaram a hipótese de Faria (2014), quando diz que “é possível defender a tese de que a citação e a alusão constituem estratégias para a construção de paródias (ou de travestimentos)” (p.93) e “que, nas derivações, a implicitude é algo constitutivo” (p.89).

Por tudo o que discutimos, analisamos e concluímos, elencamos algumas sugestões para trabalhar interpretação textual, abordando os diálogos intertextuais (intertextualidade e intertextualização), no ensino fundamental: a) considerar os marcadores propostos por Miranda (2010) recursos que possam indiciar fenômenos intertextuais e de intertextualização; b) trabalhar as relações de copresença e de derivação, adequando o conteúdo para aulas de interpretação de texto; c) abordar a noção de intertextualidade em textos de natureza verbal, não verbal e verbo-visual; d) elaborar atividades que contemplem os estudos dos gêneros (suas formas e funções), considerando os regimes propostos por Genette (2010).

Assim, acreditamos que nossa maior contribuição foi entender o processo de intertextualização proposto por Miranda (2010); relacionar intertextualidade e intertextualização nos textos verbo-visuais, sobretudo nos gêneros charge, cartum e tirinha, e elencar sugestões de abordagem do assunto nas aulas de língua portuguesa, com foco na interpretação textual.

Como sugestão para futuras pesquisas, é necessário que se desenvolvam abordagens dos diálogos intertextuais para o ensino fundamental, ou seja, propostas didático-pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da compreensão textual com base nos temas abordados em nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

- ACUSAÇÃO de plágio contra Dan Brown pode atrasar filme. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,acusacao-de-plagio-contra-dan-brown-pode-atrasar-filme,20060225p1788>>. Acesso em: 04 mar. 2012.
- ANGELI. [A flora brasiliense]. *In A aventura da linguagem*. v. 9º ano ensino fundamental. Luiz Carlos Travaglia, Maura Alves de Freitas Rocha e Vania Maria Bernardes Arruda-Fernandes. Belo Horizonte: Dimensão, 2012.
- AROEIRA. [A hora da verdade]. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br/index.htm>>. Acesso em 31 maio 2015.
- _____. [Classe de Direito Incivil]. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br/index.htm>>. Acesso em 31 maio 2015.
- ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, v.19, p. 25-42, jul/dez. 1990. Disponível em <<http://revistas.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 24 ago. 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BARBOSA, Alexandre et al (Org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- BOND BILAU. Paródia carta de Caminha. Disponível em: <<http://www.oclick.com.br/colunas/humor10.html>>. Acesso em: 02 fev. 2014.
- BRAGA, Rubem. **Recado ao senhor 903**. Disponível em: <http://www.fieb.edu.br/reposicao/Maria_Theodora/Medio/3serie/maria_theodora_medio_3serie_TR_aula03.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- CABRAL, Juan. [Hino brasileiro]. Disponível em: <http://lehcarla.blogspot.com>. Acesso em: 31 maio 2015.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27. Disponível em: <www.patrick-charaudeau.com/uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 30 maio 2015.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COUTINHO, Laerte. **Piratas do Tietê: a escória em quadrinhos**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

DA VINCI, Leonardo. **Mona Lisa**. Disponível em: <http://galeriadefotos.universia.com.br/uploads/2012_01_20_15_52_231.jpg>. Acesso em: 12 mar. 15.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARIA, Maria da Graça dos Santos. **Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FÁVERO, Leonor Lopes. KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual: introdução**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERRAZ, Ricardo. **[Portador de necessidades especiais]**. Disponível em: <<http://www.alunosonline.com.br/portugues/charge-cartum.html>>. Acesso em 25 maio 2015.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

GENILDO. **[Espelho, espelho meu]**. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br/>>. Acesso em 19 abr. 2015.

GLASBERGEN, Randy. **[Perfil no Facebook]**. Disponível em: <<http://www.escolakids.com/cartum-e-charge.htm>>. Acesso em: 25 maio 2015.

GONSALES, Fernando. **Níquel Náusea: com mil demônios**. São Paulo: Devir, 2002.

_____. **Níquel Náusea: os ratos também choram**. São Paulo: Bookmakers, 1999.

ITURRUSGARAI, Adão. Adão. **In Português nos dias de hoje**. v.7º ano ensino fundamental. Carlos Emílio Faraco; Francisco Marto de Moura. São Paulo: Leya, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. BENTES, Anna Christina. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Introdução à linguística textual**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

LIMA NETO, Vicente; ARAÚJO, Júlio César. Por uma rediscussão do conceito de intergenericidade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 12, n. 1 p. 273-297, jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso>>. Acesso em: 05 set. 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definições e funcionalidade. *In* DIONISIO, Ângela Paiva et al (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. *In*: DIONISIO, Ângela Paiva. et al (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

MIRANDA, Florencia. **Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MORA, Andre Luis. [**Why so serious?**]. Disponível em: <<http://andreluismora.deviantart.com/>>. Acesso em: 12 mar.15.

NEVES, Eugênio. [**Copa do mundo**]. Disponível em: <deixesuamarcnomundo.blogspot.com>. Acesso em: 12 abril 15.

OLIVEIRA FILHO, Antonio Amâncio. [**Educação**]. Disponível em: <chargistaamancio.blogspot.com>. Acesso em 15 abr. 2015.

OLIVETTO, Washington; FRANCESC, Petit. [**Bombril**]. Disponível em: <<http://www.adlatina.com/sites/default/files/legacy//grafica/bombril-monalisa.jpg>>. Acesso em: 12 mar. 15.

PARÓDIA da carta de Caminha. Disponível em: <<http://oclick.com.br/colunas/humor10.html>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

PARÓDIA das obras “O Grito” e “Mona Lisa”. Disponível em: <<https://filosofiaatividadeseapesquisa.files.wordpress.com/2014/04/nc3a3o-grite-melhores-seus-argumentos.jpg>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

PIÈGAY-GROS, Nathalie. Introduction à l’intertextualité. **Intersecções – Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais**. Centro Universitário Padre Anchieta. Jundiá – SP. Graduação em Letras. Ano 3, n. 1, abril 2010.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REVISTA **Discutindo literatura – Especial Quadrinhos**, Local, n. 5, Nov/2008.

SANT'ANNA, AffonsoRomano de. **Paródia, paráfrase & Cia.** 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

SANTOS, Leonor Werneck. RICHE, Rosa Cuba. TEIXEIRA, Claudia Souza. **Análise e produção de textos.** São Paulo: Contexto, 2013.

SHAKESPEARE, William. **Otelo, o mouro de Veneza.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

SOUSA, Mauricio de. **As tiras clássicas da turma da Mônica.** v. 4. São Paulo: Panini Comics, 2009.

_____. **[Mônica e Cebolinha].** Disponível em: < espacoeducar-liza.blogspot.com>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **O banho da Gorducha.** Disponível em: <<http://tiatimaluquinha.blogspot.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

VELÁZQUEZ, Diego. **Vênus olhando-se ao espelho.** Disponível em: <<http://tiatimaluquinha.blogspot.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro. RAMOS, Paulo (Org.). **Quadrinhos na educação: da rejeição à prática.** São Paulo: Contexto, 2013.